



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



ROBERTO RODRIGUES EVANGELISTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ACESSO DOS GRUPOS RACIAIS, BRANCO E NEGRO, ÀS
TÉCNICAS NO ESPAÇO DE SALVADOR**

Salvador - BA
Julho de 2012

ROBERTO RODRIGUES EVANGELISTA

Acesso dos Grupos Raciais, Branco e Negro, às Técnicas no Espaço de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva

SALVADOR – BAHIA
2012

E92 Evangelista, Roberto Rodrigues

Acesso dos grupos raciais, branco e negro, às técnicas no espaço de Salvador / Roberto Rodrigues Evangelista.- Salvador, 2012.

131 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

1. Territorialidade humana – Salvador (BA). 2. Grupos étnicos. 3. Negros. 3. Brancos. 4. Divisão do trabalho. I. Silva, Maria Auxiliadora da. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911. 3(813.8)

— Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

Acesso dos Grupos Raciais – Branco e Negro, às Técnicas no Espaço de Salvador.

ROBERTO RODRIGUES EVANGELISTA

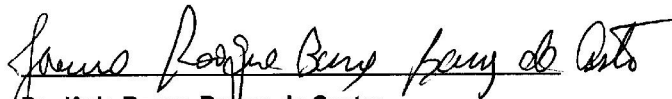
BANCA EXAMINADORA



Dra. Maria Auxiliadora da Silva

Doutora em Geografia


Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Dr. Jânio Roque Baños de Castro

Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Departamento de Ciências Humanas, UNEB, Brasil.



Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz

Doutor em Educação

Departamento de Educação, UNEB, Brasil.

Aprovado em Sessão Pública de 31/07/2012.

Dedicatória

Dedico esta Dissertação ao meu pai Matheus Apóstolo Evangelista (em memória) e à minha mãe Francisca Rodrigues Evangelista, pela dedicação incondicional. Dedico, também, às minhas irmãs Marizete, Iraci, Nilza, Marilene (em memória), Mariluce (em memória) e Rita, e aos meus irmãos Marivaldo, Raimundo e Romário.

AGRADECIMENTOS

Existe uma questão que está quase sempre presente na vida de quase todas as pessoas. Invariavelmente, nas nossas caminhadas nos perguntamos: como se chega? Acredito que apenas as crianças não têm tal questão demandando resposta em suas vidas. Às vezes tentamos encontrar o caminho sozinho, às vezes procuramos quem nos possa dizer como se chega, às vezes no percurso vamos encontrando quem nos diz como se chega. Encontrar nas nossas caminhadas pessoas que nos digam como se chega é o que nos inclina em direção à sorte.

No meu caso, nessa caminhada para o Mestrado em Geografia, tive a sorte de encontrar pessoas que me disseram como se chega. Pessoas que procurei e encontrei, pessoas que me acolheram, que dedicaram parte do seu tempo para me dizer de alguma maneira como se chega.

Na vida devemos sempre agradecer a quem nos ajuda a alcançar objetivos, a encontrar o caminho, agradecer a quem nos diz como se chega, a quem nos mostra como se chega.

Em reconhecimento a quem nos mostra como se chega inicio os agradecimentos com um agradecimento especial à Professora Doutora Maria Auxiliadora da Silva, por me acolher como orientado. Agradeço por ter sido uma Orientadora que o tempo todo me disse como se chega, agradeço por suas sugestões, por suas cobranças quanto ao cumprimento dos trabalhos necessários para a conclusão da Dissertação. Agradeço pela paciência e tolerância que sempre teve comigo, tudo isso, realizado de maneira sábia, sem incorrer na negligência nem descompromisso com suas responsabilidades de Orientadora. Agradeço a Professora Auxiliadora porque ela foi decisiva, sem ela eu não teria chegado até aqui.

Agradeço à Professora Delcele Mascarenhas Queiroz por ter aceitado o desafio de integrar a Banca Examinadora e acrescentar seus conhecimentos imprescindíveis, agregando com um olhar de fora da Geografia.

Agradeço ao Professor Jânio Roque Barros de Castro, primeiro por ter aceitado integrar a Banca Examinadora em cima da hora, em substituição ao Professor Rubem Toledo Júnior, que foi ministrar aulas em uma Universidade situada em outra Unidade da Federação.

Agradeço ao Professor Clímaco Dias, que após muitas conversas me sugeriu fazer uma disciplina como Aluno Especial no Mestrado em Geografia para ver se me despertaria interesse em ingressar como aluno regular, chegou até a indicar a disciplina Organização do Espaço Regional, na época ministrada pelo Professor Ângelo Serpa, a quem também agradeço pelo acolhimento e pelo curso que me sensibilizou e ajudou muito na tomada de decisão por ingressar no Mestrado como aluno regular.

Agradeço aos Professores Rubem Toledo Júnior, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, Creuza Santos Lage e Antônio Puentes, pelo acolhimento e pelas aulas que me acrescentaram conhecimentos imprescindíveis sobre a Geografia, que contribuíram muito para o meu crescimento. Sem dúvida, me disseram e muito como se chega.

Agradeço à Professora Catherine Prost, pelo acolhimento em um esforço inicial para que eu realizasse Tirocínio Docente em uma disciplina ministrada por ela.

Agradeço a todos os funcionários, sempre solícitos e colaboradores. Agradeço especialmente a Itanajara José Muniz da Silva e a Dirce Vieira Almeida por terem ido além da solicitude e da colaboração, por terem me cobrado o cumprimento das tarefas cotidianas do Mestrado e, principalmente, por incentivarem e cobrarem a conclusão da Dissertação.

RESUMO

A Dissertação analisa as desigualdades entre pessoas brancas e pessoas negras, de acordo com a declaração de pertencimento racial feita pelas pessoas aos Censos do IBGE, quanto ao acesso às técnicas no espaço de Salvador. Compreendendo as técnicas como um conjunto de meios instrumentais e sociais que são ponto de partida para os processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Além de tomar as técnicas como ponto de partida para a realização dos diversos processos de trabalho realizados pelos homens e mulheres na transformação da natureza, tornando-a cada vez mais adequada para a reprodução da vida humana, o texto identifica e analisa os processos de formação sócio-espacial e de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, tendo como delimitação territorial e espacial a cidade de Salvador, e como o grupo racial branco e grupo racial negro se inserem e participam nesses processos. O texto também aborda os processos de organização do espaço em Salvador, como decorrência da forma como ocorreu a inserção do território e de sua fração na divisão territorial do trabalho. Também é identificada no texto a distribuição espacial das técnicas em áreas da cidade de Salvador e como os grupos raciais que habitam essas áreas estão presentes e acessando as técnicas. As técnicas escolhidas para análise do acesso dos grupos raciais brancos e negros foram: trabalho e respectiva renda, educação, micro computador, automóvel particular, telefonia fixa, energia elétrica e coleta de lixo.

Palavras-chave: Técnicas; território; espaço; divisão territorial do trabalho; grupos raciais: brancos e negros.

ABSTRACT

The dissertation examines inequalities between white people and black people, according to the statement made by persons belonging to racial IBGE Census, as access to the techniques in the area of Salvador. Understanding the techniques as a set of instrumental and social media that are the starting point for the process of formation and uses of land and production and housing space. Besides taking techniques as a starting point for achieving the various work processes performed by men and women in the transformation of nature by making it increasingly suitable for reproduction of human life, the text identifies and analyzes the processes of formation socio-spatial formation and uses of land and production and housing space, with the space and territorial delimitation the city of Salvador, and as the white racial group and racial group are part black and part in these processes. The text also addresses the processes of spatial organization in Salvador, as a result of how the insertion occurred in the territory of his faction and the territorial division of labor. Also identified in the text is the spatial distribution of technical areas in the city of Salvador and how the racial groups that inhabit these areas are present and accessing techniques. The techniques used to analyze the access of black and white racial groups were working and their income, education, micro computer, private vehicles, fixed telephony, electricity and garbage collection.

Key Words: Techniques; territory, space, territorial division of labor; racial groups: whites and blacks.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
TÉCNICAS E DESIGUALDADES: DO QUE SE TRATA NO ATUAL PERÍODO HISTÓRICO?	13
CAPÍTULO 2	
DESIGUALDADES NA CONSTITUIÇÃO E NO USO DO TERRITÓRIO E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, EM SALVADOR	39
CAPÍTULO 3	
TÉCNICAS, CONSTITUIÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO E HABITAÇÃO DO ESPAÇO, EM SALVADOR	64
CAPÍTULO 4	
TÉCNICAS, PRODUÇÃO, RENDA E O ACESSO DOS GRUPOS RACIAIS, EM SALVADOR	81
CAPÍTULO 5	
TÉCNICAS, CONSUMO E O ACESSO DOS GRUPOS RACIAIS, EM SALVADOR	102
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

LISTA DE TABELAS

1	População total, população branca e população negra, em Salvador, nos Censos 2000 e 2010	92
2	População total, quantidade de domicílios e média de moradores por domicílios, em Salvador, nos Censos 2000 e 2010	93
3	População de 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) áreas de ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 (dez) áreas de ponderação majoritariamente habitadas por negros, e posição na ocupação no trabalho principal, em Salvador, no Censo 2000.	97
4	Valor médio do rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais, por raça cor, em Salvador, em 2010. Valores em R\$	98
5	Número de domicílios e classes de rendimento domiciliar per capita, em salário mínimo, nos Censos 2000 e 2010, em Salvador	99
6	População total, população branca e população negra, em Salvador, no Censo 2000	105
7	População total, quantidade de domicílios e média de moradores por domicílios, em Salvador, no Censo 2000	105
8	População de 10 anos ou mais nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitada por brancos e nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitada por negros, e quantidade de anos de estudos, em Salvador, no Censo 2000	106
9	Total de domicílios nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitada por brancos e nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitada por negros, com telefonia fixa e microcomputador, em Salvador, no Censo 2000	113
10	Total de domicílios nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitada por negros, com coleta regular de lixo, energia elétrica e automóvel particular, em Salvador, no Censo 2000	116

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar o acesso dos grupos raciais, branco e negro, às técnicas no território usado e no espaço habitado de Salvador, como frações do território e do espaço. Para a realização da pesquisa delimitamos os grupos raciais de acordo com os critérios utilizados pelo IBGE para a realização dos seus Censos. Nesse sentido, definimos o grupo racial negro agregando as pessoas que se declararam pretas ou pardas nos levantamentos feitos pelo IBGE. Quanto ao grupo racial branco consideramos a declaração de que é branca feita pela pessoa durante a coleta dos dados dos Censos 2000 e 2010. Então, nos dois casos tomamos por base os mesmos critérios de definição de raça cor feitos pelo IBGE.

A pesquisa, um estudo de caso, realizado tendo como base dados secundários, obtidos nos Censos 2000 e 2010, notadamente no Censo 2000, e em outras fontes de estudos e pesquisas relacionados ao tema. Foram escolhidas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco¹; e outras 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro, ou seja, pretos e pardos². A composição dos 02 (dois) conjuntos de Áreas de Ponderação pode ser observada nas notas, ao fim desta introdução.

A análise dos dados referentes aos Domicílios dos dois conjuntos de Áreas de Ponderação aconteceu, pelo lado da produção, observando o acesso à renda obtida no trabalho realizado pelos grupos raciais, branco e negro. Pelo lado do consumo, foi analisado o acesso à educação, energia elétrica, telefonia fixa, micro computador e acesso a automóvel particular. O trabalho de pesquisa, acerca do acesso às referidas técnicas no território e no espaço de Salvador e o acesso dos grupos

¹ Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas: 06 (Stella Maris e Aeroporto); 14 (Imbuí); 16 (Armação, Costa Azul, Stiep e Conjunto dos Bancários); 17 (Itaigara, Caminho das Árvores e Iguatemi); 18 (Pituba e Parque Nossa Senhora da Luz); 22 (Rio Vermelho e Parque Cruz Aguiar); 23 (Barra e Barra Avenida); 24 (Graça); 25 (Chame-Chame, Jardim Apipema, Morro do Gato e Morro Ipiranga); 26 (Campo Grande, Canela e Vitória).

² Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras: 04 (Bairro da Paz); 19 (Nordeste de Amaralina); 31 (Engenho Velho da Federação); 41 (Alagados e Baixa do Petróleo); 45 (Alto de Santa Terezinha e Ilha Amarela); 46 (Rio Sena); 50 (Coutos e Vista Alegre); 70 (Pirajá); 81 (Valéria); 82 (Cajazeira, Bico Doce, Palestina, Boca da Mata e Águas Claras).

raciais a elas, teve por objetivo investigar as evidências de que o acesso a elas ocorre de maneira desigual entre os grupos raciais brancos e negro, revelando significativas desvantagens para este.

A escolha desse tema decorreu da necessidade de investigar como os dois grupos raciais e os lugares majoritariamente habitados por eles estão articulados aos processos da divisão do trabalho social e da divisão territorial do trabalho. Tratou-se de identificar e analisar o estágio das técnicas, dos objetos e das ações nos lugares predominantemente habitados pelo grupo racial branco e nos majoritariamente habitados pelo grupo racial negro, e como os grupos raciais acessam e utilizam as técnicas, os objetos e as ações nos processos cotidianos e constantes de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço.

No **Capítulo 1**, foram apresentadas as linhas gerais do sistema teórico orientador da pesquisa. Foi buscada a explicação acerca das técnicas e de seu papel nos processos de trabalho, de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, a partir do que nos foi ofertado por SANTOS, 1998, 2002, 2002b, 2004. Além da exposição do papel das técnicas, foram apresentados elementos teóricos, trazidos emprestados de outras disciplinas, com o objetivo de contribuir com os fundamentos teóricos da geografia para a interpretação dos fenômenos do seu cotidiano, orientada por uma teoria social. Nesse sentido, foi buscado em SEN, 1987, 2000, 2008, elementos para a compreensão das desigualdades. Buscou-se em WEBER, 2003, 2009, GERTH e MILLS, 2008, GIDDENS, 1997, 2005 fundamentos teóricos sociológicos, para em um processo de interdisciplinaridade trazer as bases da teoria social para a interpretação dos fenômenos geográficos.

A análise acerca da Formação Social Brasileira e da Formação Sócio-Espacial foi realizada no **Capítulo 2**. Para tanto, foi solicitada ajuda de diversos estudiosas acerca da Formação Social Brasileira, notadamente, aqueles que realizaram estudos com foco na Bahia. A busca por elementos da Formação Social Brasileira teve como objetivo compreender como se desenvolveram as relações sociais e econômicas ao longo dos séculos e como os negros participaram desses processos. O papel da Metrópole nos processos de colonização, o recurso ao trabalho escravo e a inserção do Brasil Colônia no concerto da divisão territorial do trabalho. Outros aspectos

também importantes dizem respeito aos processos de superação da Escravidão e de instauração da República, e qual o lugar que as elites definiram para os negros nas relações sociais e econômicas vigentes no novo regime.

No **Capítulo 3**, foram tratadas como continuidade ou repercussão do período histórico anterior as posições das elites quanto à inserção do Brasil e as frações do seu território na divisão territorial do trabalho. Também foram abordadas as incursões das elites quanto à definição da inserção social dos negros na nova nação surgida com o fim da Escravidão e a Proclamação da República. Enfim, tratou-se da evolução histórica do Brasil e da Bahia no século XX.

No **Capítulo 4**, tratou-se fundamentalmente do processo de inserção desigual do território e de suas frações no concerto da divisão territorial do trabalho e suas conseqüências em termos de realização dos processos espaciais e de organização do espaço. Foi analisado, como decorrência da inserção desigual na divisão territorial do trabalho, o surgimento de dois circuitos na economia urbana das cidades, o circuito superior e o circuito inferior, conforme interpretado por SANTOS, 2004, e as das repercussões desses fenômenos quanto à inserção dos grupos raciais nos processos de trabalho e, conseqüentemente, de recebimento das recompensas. Isto é, do acesso dos grupos raciais às técnicas da produção, da criação de objetos e a participação dos grupos raciais na distribuição das recompensas, através da renda auferida com a participação nos processos de trabalho.

As técnicas do consumo foram analisadas no **Capítulo 5**, as de educação, de telefonia fixa, micro computador, automóvel particular, as de técnicas coleta de lixo e as de energia elétrica. Foram analisadas na perspectiva da importância que elas têm como usufruto das recompensas adquiridas pela participação nos processos de criação de objetos e de criação de bens intangíveis.

CAPÍTULO 1

TÉCNICAS E DESIGUALDADES: DO QUE SE TRATA NO ATUAL PERÍODO HISTÓRICO?

Ao colocar a técnica no centro da análise geográfica, SANTOS, 1998, 2002a, sugere uma abordagem marcada por uma teoria social para a geografia, na medida em que é possível identificar e analisar as disponibilidades de técnicas existentes nas sociedades e que podem ser usufruídas pelos indivíduos, pelas famílias, pelos grupos sociais e pelas classes sociais. O mesmo raciocínio e possibilidade podem ser observadas com relação às instituições públicas e privadas, com relação às empresas, e também em relação às frações do território e às frações do espaço. A abordagem e análise geográfica tendo a técnica como centralidade, nos permite, por exemplo, identificar e analisar o grau de desenvolvimento deste ou daquele território e suas frações a partir dos conjuntos de técnicas existentes, disponíveis nos territórios, e seus estágios de desenvolvimento ou atualidade, e como as classes e os grupos sociais, as famílias, as instituições de Estado e as de Governo, e as empresas acessam e utilizam esses conjuntos de técnicas em seus mais variados estágios de desenvolvimento ou atualidade nos processos de trabalho, nas ações de transformação da natureza ou artificialização da mesma, tornando-a mais adequada aos diversos afazeres humanos.

As técnicas e os objetos técnicos são imprescindíveis para a realização das ações de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. E, a disponibilidade das técnicas e o acesso e uso delas pelas famílias, grupos sociais e classes sociais expressam as posições que cada segmento social ocupa no contexto da estratificação social. Afinal, as sociedades utilizam as técnicas e criam objetos em processos de trabalho socialmente realizados, ou seja, no contexto das relações sociais e das relações de produção. Então, ter igualdade de acesso às técnicas e aos objetos como mecanismo de apropriação dos benefícios que a sociedade criou é algo decisivo para a realização de igualdades nas relações sociais, e nas relações entre os grupos sociais.

É sempre bom registrar que o incessante processo de utilização das técnicas e dos objetos na realização das ações para a criação de novos objetos resulta na constituição e usos do território e na produção e habitação do espaço, viabilizando cotidianamente a vida social no presente, com a utilização das técnicas e dos objetos na realização das diversas ações transcorridas nas relações sociais e de produção, e projetando e, em certa medida, indicando como será o futuro, em decorrência da criação de novos objetos, que além de materializar no presente a constituição e usos do território e a produção e habitação do espaço, sugerem que novas técnicas e ações serão realizadas a partir dos objetos que serão usados no futuro. Diante dessas circunstâncias, não podemos minimizar nem subestimar o papel dos objetos nos contextos das relações sociais e das relações de produção. Afinal, as diversas ações humanas conferem aos objetos um caráter de imprescindibilidade na reprodução da vida, ou seja, na realização dos diversos afazeres nas relações sociais, e nos diversos processos produtivos nas relações de produção.

A relação do homem, do humano, com a natureza ocorre por meio das técnicas. É através das técnicas que o homem vem transformando a natureza, cotidianamente empreendendo incessantes processos de criação de objetos para seu uso no desenrolar da vida, para realização dos trabalhos, ao longo da história, seja no âmbito doméstico seja nas atividades econômicas, reproduzindo sua vida cotidianamente nas relações sociais e econômicas. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço”, SANTOS, 2002, pg. 29. Esta condição das técnicas evidencia que elas são a mais importante forma de relação entre o homem e o mundo natural, entre os humanos e a natureza, entre os homens e o meio em que eles se encontram reproduzindo cotidianamente sua vida, nas suas relações com o mundo natural, com os conjuntos de objetos por eles criados, e nas suas relações sociais.

“É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”, SANTOS, 2002, pg.29. Por meio das técnicas os homens vêm artificializando a natureza, tornando-a cada vez mais adequada ao seu uso e à realização de benefícios para a vida humana. É

claro que os processos de artificialização da natureza realizados pelos homens resguardam para estes uma dimensão grande de autonomia, porém, uma margem de domínio nitidamente relativo. Ou seja, a artificialização da natureza serve e muito aos homens, porém, trata-se de um servir não absoluto, porque em vários momentos a natureza evidencia que não está sob controle dos homens. Ela se rebela.

Mesmo com todos os constrangimentos impostos pela natureza, o território usado e o espaço habitado são cada vez mais marcados pelas diversas técnicas que evidenciam o quanto a natureza vem sendo artificializada pelos homens. São as técnicas do habitar expressas pelas casas, pelos edifícios, pelas técnicas dos barracos, dos abrigos de “pau a pique”, estas últimas, constituindo-se em técnicas primárias e inadequadas para o padrão de habitar conquistado socialmente ao longo de séculos, principalmente se comparadas às utilizadas no atual período histórico; técnicas, que, por consequência surgem decorrentes das técnicas que transformam o cimento, a areia e o tijolo, criando edifícios e imóveis diversos. São as técnicas dos transportes expressas pelos veículos automotores, em suas diversas formas, são as técnicas de transporte de pessoas, técnicas de transporte de mercadorias e objetos diversos em caminhões, navios e aviões, temos ainda as técnicas de transporte em carros de mão, cuja força motriz é o próprio corpo, a própria força humana, neste caso, técnicas arcaicas, inadequadas para a realização das ações de transporte de objetos e mercadorias no atual período histórico; são as técnicas de pavimentação de vias, imprescindíveis para a realização das técnicas dos transportes rodoviários e uso dos veículos automotivos, objetos técnicos imprescindíveis no atual período para a realização das técnicas de transporte de pessoas, de objetos, de mercadorias. Técnicas industriais que transformam objetos e dão novas formas e significados à matéria-prima as mais variadas, criando outros e novos objetos.

São técnicas que transformam o minério em aço, para a construção de automóveis e outros objetos que têm o aço como matéria-prima. Técnicas que transformam a madeira em móveis diversos e artefatos para o uso doméstico e empresarial. Técnicas que transformam frutas em sucos, em doces e em vinhos. São técnicas diversas da agricultura e pecuária, técnicas de cultivo da terra para produzir alimentos, para a criação de animais, para reflorestar uma porção do espaço, ou parte do território que foi desmatada. Técnicas da educação, são técnicas de ensino

e aprendizagem, são técnicas de criação e transmissão de conhecimento. Técnicas das artes, técnicas de criação artística. São técnicas da gestão de empreendimentos. São técnicas da administração pública, técnicas da disputa e da condução política do território ou de uma fração dele.

Enfim, o território é marcado pela presença das diversas técnicas, sejam elas expressas pelos objetos que as concretizam ou materializam, seja pelas ações que utilizam os objetos para viabilizar os processos de trabalho e para a criação de novos objetos, sejam as técnicas não aparentes na paisagem, porém, perceptíveis na realização de ações. Portanto, são técnicas aparentes compondo a paisagem e a configuração física do território, e são técnicas não visíveis, mas que estão presentes no cotidiano das relações sociais e das relações de produção no território e em suas frações.

Podemos dizer, que “as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”, SANTOS, 2002, pg.171, expressando o grau de desenvolvimento e como uma determinada sociedade está estruturada em termos de organização social, produção econômica e estágio de relacionamento com o mundo natural, ou seja, com o meio que a sociedade, que os homens vivem. Por tudo isso, como afirma SANTOS, 2002:

O conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica.

A premissa da técnica como a principal forma da relação do homem com o meio, como mediadora das ações humanas de transformação da natureza em constantes processos de criação de objetos para benefício da vida dos homens, como elo viabilizador e mediador das ações na criação de objetos e artificialização da natureza, e, também, na mediação das relações entre os humanos, em muitos aspectos das relações sociais, resguarda para ela, para a técnica, um papel decisivo na trajetória histórica dos homens, reserva um lugar de extrema importância na caminhada dos homens, ao constituir-se no meio utilizado pelos homens para transformar a natureza, para criar objetos, para produzir riquezas, e para realizar

diversas dimensões das relações entre os humanos. Foi e é por meio das técnicas, em constantes processos de transformação da natureza em seu benefício, de criação de objetos, de geração e posse de riquezas, de constituição do território para seu uso, e de produção do espaço para seu habitar e viver, que os homens estratificaram as sociedades, que os homens definiram as posições das classes e dos grupos sociais, que os homens definiram, definem e redefinem as posições dos grupos sociais e das famílias nos contextos das relações sociais ao longo da história.

Na sua trajetória os humanos encontraram nas técnicas a mais adequada maneira de transformar a natureza, artificializando-a para melhor proveito da vida dos homens. Analisando a caminhada da humanidade podemos observar que, “cada técnica poderá ser localizada no tempo. Trata-se também, na verdade, da história dos instrumentos e meios de trabalho postos à disposição do homem”, SANTOS, 2007, pg. 57. Tudo isso nos remete para a compreensão de que cada conjunto de técnicas não tem a mesma idade. Embora conjuntos de técnicas antigas se entrelacem com conjuntos mais modernos e avançados na realização das ações cotidianas nas sociedades, estes implicando numa sobreposição, ou melhor, serventia aos objetivos dos homens de permanente constituição do território e de produção do espaço, os conjuntos de técnicas mais avançadas não excluem da fração do território, da fração do espaço as técnicas atrasadas, estas permanecem como síntese de objetos e ações que se apresentam de maneira desvantajosa como meios utilizados pelos homens nos processos de constituição do território e de produção do espaço.

Portanto, as técnicas se apresentam no território representando formas distintas na configuração física do território ou na paisagem, e funções também distintas. Além disso, viabilizando as diversas ações de constituição do território e de produção do espaço. As técnicas, também, mesmo em um conjunto específico delas que realizam ações similares, cumprem papéis e significados distintos em termos de adequação, eficácia, posicionamento e desempenho no contexto das relações sociais e das relações de produção, que podem viabilizar mais vantagens para os grupos sociais

que tenham a posse ou acesso às técnicas mais avançadas ou mais atuais. "As técnicas não têm a mesma idade e, desse modo, pode-se falar do anacronismo de algumas e do modernismo de outras, como, naturalmente, de situações intermediárias", SANTOS, 2007, pg. 57.

Os objetos e as ações convivem num processo permanente de interação mútua, um alimenta o outro num incessante processo de realização de ações, expressando as diversas técnicas que criam novos objetos e as que não criam objetos. Essa interação de sistemas de objetos e de sistemas de ações constitui o espaço geográfico e acontece da seguinte maneira: "de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes", SANTOS, 2002, pg. 63. Dessa maneira acontece o processo permanente de produção e transformação do espaço e de constituição do território.

A síntese indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que é o próprio espaço geográfico, SANTOS, 2002, e que tem as técnicas como os elementos essenciais de sua produção, pode ser observada por outro prisma de análise, bastando trazer para a cena dois elementos que constituem a formação sócio-espacial ou territorial, que são as forças produtivas e as relações sociais de produção, duas categorias marxistas que podem ser usadas para a compreensão da estrutura e do funcionamento das sociedades. É claro que, dado aos avanços das ciências e da tecnologia, e, conseqüentemente, das forças de produção, e das relações sociais e de produção no atual período histórico, as duas categorias marxistas trazidas para auxiliar na análise da estrutura e do funcionamento do espaço habitado e do território usado carecem de atualidade, revelando-se insuficientes para compreender em toda a sua abrangência o papel e o significado das técnicas, dos objetos e de sua imprescindibilidade para a realização das ações, enfim, de como os sistemas de objetos e os sistemas de ações funcionam, ou seja, o espaço, num incessante processo de desenrolar da vida humana, de trabalho dos homens no interior das relações de produção, de artificialização da natureza, por meio das técnicas.

Variando e enriquecendo a análise das técnicas, dos objetos e das ações através de uma aproximação dos sistemas de objetos com as forças produtivas, e dos sistemas de ações com as relações sociais de produção, o primeiro passo a dar é perceber que embora exista proximidade enquanto categorias de análise os sistemas de objetos guardam uma distinção quanto às forças produtivas, originalmente descritas pelo marxismo, que é fundamental para a análise do atual período histórico. A idéia de forças produtivas está associada a um conjunto de meios de produção, máquinas, equipamentos, edificações, enfim, uma síntese de bens que, ao lado do trabalho compõem as forças produtivas, e são utilizados para a criação de outros bens e mercadorias, ou seja, para a criação de outros e novos objetos. São bens de capital, objetos utilizados nos processos de produção econômica ou geração de riqueza, que são controlados por uma classe social dada, que pode ser dominante, restando às classes dominadas a venda da sua força de trabalho, como realização de ações, utilizando os objetos ou meios de produção que integram as forças produtivas para a criação de novos objetos.

Os avanços em ciência e tecnologia, uma maior difusão e distribuição do progresso técnico e a ampliação dos acessos à educação e conhecimento para as classes que integram as forças produtivas apenas com o seu trabalho, ao lado do ininterrupto processo de desenvolvimento das técnicas e da incessante criação de novos objetos, nos remetem para a necessidade de enxergar além dos conceitos ou categorias marxistas de forças produtivas e relações de produção, para compreendermos melhor como as técnicas, os objetos e as ações se apresentam nos processos de constituição do território e de produção do espaço, realizados cotidianamente pelos homens, no atual período histórico. A primeira coisa a fazer é perceber que não existe uma apropriação exclusiva dos objetos utilizados nos processos de produção pelas classes dominantes. No conjunto de técnicas e de objetos utilizados nos processos de trabalho onde acontecem as ações para produzir novos objetos as classes e grupos sociais subalternos se apropriam de parte significativa das técnicas e objetos que ocupam papel secundário nos processos de produção ou de transformação da natureza. Ou seja, as classes e grupos sociais dominantes não controlam todas as técnicas nem todos os objetos existentes no território usado e no espaço habitado.

Os processos de sucessivos nascimentos de novas técnicas, de criação de novos objetos, utilizados nos processos de trabalho, seja na geração de riqueza ou acumulação de capital, sejam na realização das tarefas domésticas, vão determinando mais eficiência e adequação das técnicas mais modernas, na medida em que estas possibilitam mais produtividade do trabalho, mais celeridade na realização das diversas tarefas de transformação da natureza pelos homens, e mais eficiência na realização das diversas ações. Esses processos de surgimento de novas e mais eficientes técnicas vão jogando as antigas para um segundo plano ou papel secundário nos processos de trabalho, ou seja, na realização das diversas ações nas relações sociais de trabalho, e também na composição daquilo que os marxistas chamam de forças produtivas. Isto é, as forças produtivas compostas por técnicas e objetos técnicos mais modernos, e por trabalho, inevitavelmente propiciam maiores, mais eficientes e adequados processos de acumulação de capital, conseqüentemente, mais poder e influência nas relações sociais para as classes e os grupos sociais que dominam ou controlam as técnicas e os objetos mais modernos para a realização de suas ações.

As classes e os grupos sociais subalternos não são excluídos dos sistemas de ação nem dos sistemas de objetos. Eles permanecem acessando os objetos e realizando as ações. O que é marcante, o que é efetivamente determinante para a abordagem e análise geográficas é que as classes e os grupos sociais subalternos acessam muito mais os objetos de geração mais velha, não os objetos mais modernos, conseqüentemente, realizam ações utilizando objetos de serventia desvantajosa na realização das ações de trabalho de transformação da natureza, de produção econômica, e de realização dos afazeres domésticos e de outros afazeres, ou seja, acessam técnicas e objetos que ocupam papel secundário na hierarquia das relações de produção e das relações sociais, ou seja, participa de maneira secundária na hierarquia das diversas ações. O que temos são as presenças de técnicas mais modernas e técnicas antigas ou ultrapassadas em relação às mais modernas, convivendo de maneira complementar nos sistemas de objetos e nos sistemas de ação, onde as técnicas mais modernas subordinam as antigas nos permanentes processos de trabalho de criação de novos objetos, de constituição do território e de produção do espaço.

A existência de técnicas e objetos modernos e antigos, conseqüentemente, também a existência de ações adequadas, não tão adequadas e, até mesmo, inadequadas para os padrões mais avançados de acumulação de riqueza e de realização dos trabalhos de transformação da natureza, tudo isso ocorrendo simultaneamente no território usado e no espaço habitado, evidencia que não existe uma linearidade de posse e uso de objetos e de realização das ações nas relações sociais desenvolvidas pelas classes e grupos sociais no cotidiano das sociedades. Temos, ao mesmo tempo, pessoas e famílias que fazem parte das classes e grupos sociais subalternos, a serviço e sob o comando, sob a hegemonia das classes dominantes, que realizam ações utilizando os mais modernos objetos, as mais modernas técnicas, em contraposição à situação em que as famílias e pessoas das classes e grupos sociais subalternos, cumprem um papel nas relações sociais de venda da sua força de trabalho para as classes dominantes, e de não venda da força de trabalho para as classes dominantes, porém, realizando um papel complementar, de colaboração com as classes dominantes na realização de posições vantajosas no contexto das relações sociais e econômicas. Ou seja, as classes e grupos sociais subalternos acessam as técnicas que ocupam papéis secundários, papéis menos importantes nos sistemas de técnicas, utilizam objetos com serventia de menor importância nos sistemas de objetos e, conseqüentemente, realizam ações com menor adequação nos sistemas de ação.

Desde a primeira hora a presença dos homens no Planeta se caracteriza por um processo constante de transformação da natureza, processo este que tem as técnicas como elemento mediador desta relação transformadora que os humanos realizam cotidianamente com a natureza, transformando-a, artificializando-a, criando objetos e usando-os em benefício para a vida humana. Desde os primeiros momentos, utilizando-a para satisfazer suas necessidades, e, ao longo do desenrolar da história, se apropriando de elementos da natureza transformando-os artificialmente, ampliando cada vez mais a presença no espaço de objetos construídos pelos homens.

No processo de transformação do mundo natural realizado pelos humanos, desde a primeira hora, as técnicas vêm cumprindo um papel essencial, constituindo-se na forma de mediação e orientação pela qual os humanos se relacionam com a

natureza, e entre si. Para SANTOS (2002) “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

A propriedade de mediação e orientação das ações dos homens, expressa pelas técnicas, nos processos de transformação da natureza, reservou às técnicas um papel central na constituição dos territórios, na produção do espaço e na produção econômica, enfim, na viabilização da vida dos humanos no Planeta. Este significado, na vida da humanidade, desenvolveu-se com o passar dos períodos históricos, constituindo-se em vantagens para aqueles grupos sociais, empresas, famílias e indivíduos que dominam as técnicas e em desvantagens para os que não as dominam. Não resta dúvida que, em toda a trajetória da humanidade, os homens agiram em relação à natureza buscando transformá-la através da técnica.

Nos primórdios, as técnicas se concretizam como diferenciação entre os homens, expressas a partir das habilidades qualificadoras das ações que distinguiam os homens no seu trabalho de transformação da natureza e, como desdobramentos ou resultados das transformações da natureza, constituição de territórios e produção do espaço, como resultado da invenção artificial de parte do mundo material, numa lenta, porém progressiva, criação de objetos simples que se caracterizam quase como uma extensão ou prolongamento do corpo humano. Trata-se de um contexto em que inexistiam sistemas técnicos autônomos como na história recente em que as técnicas avançam criando objetos cumpridores de funções nos processos de trabalho ou nas ações, constituindo verdadeiros sistemas técnicos, onde não é suficiente a habilidade ofertada pela técnica na realização das ações, ou dos processos de trabalho concreto ou abstrato, são necessários conjuntos de objetos para emprestar mais eficiência, eficácia e velocidade às ações.

O período histórico atual, o meio técnico-científico-informacional, é o período das unicidades, SANTOS, 2004a. Vivemos o período da unicidade técnica, fenômeno que acontece graças aos avanços da ciência e da tecnologia, notadamente da tecnologia da informação, que permitiu um processo de comunicação entre os diversos sistemas técnicos, coexistindo dentro do espaço e suas frações, dentro do território nacional e suas frações, criando uma situação onde não mais existem sistemas técnicos avançados e sistemas técnicos atrasados, hoje existe apenas um

sistema técnico, congregando os sistemas técnicos avançados e os atrasados, sendo que os sistemas técnicos mais avançados exercem posição de hegemonia, e subordinam os sistemas técnicos mais atrasados, seja na totalidade do espaço globalizado, seja nos lugares; da unicidade do tempo, que permite a convergência dos momentos, dos acontecimentos em todos os lugares, estabelecendo a simultaneidade das ações, acelerando os diversos processos de trabalho realizados pelos homens, ou seja, dando velocidade ao processo histórico simultaneamente nos diversos lugares do mundo globalizado; e da unicidade do motor da economia, onde nos encontramos diante de um processo em que os ciclos da atividade econômica acontecem em escala mundial, indo além das fronteiras nacionais, ocorrendo por meio de grandes empresas mundiais, competindo entre si, numa concorrência que acontece de uma maneira nunca vista antes na história, dando à noção dos ciclos da atividade econômica, como determinante da constituição do território e da produção do espaço, intensidade e significado muito mais acentuados que no período histórico precedente.

No atual período histórico, do meio-técnico-científico-informacional, da unicidade técnica, da unicidade do tempo ou convergência dos momentos, e da unicidade do motor da economia mundial, vemos realçar dois fenômenos convergentes e sinérgicos, ao lado de um terceiro fenômeno, imprescindíveis para a análise geográfica, preferencialmente pelo olhar da interdisciplinaridade. Trata-se da divisão do trabalho social, como nos ofertou Durkheim em suas teorias, da divisão territorial do trabalho e dos acontecimentos solidários hierárquicos, aqui observados pela idéia de solidariedade orgânica também ofertada por Durkheim, não se trata de compaixão ou sentimentos morais similares, trata-se de estar no mesmo barco de maneira interdependente nas relações que ocorrem entre os territórios no interior da divisão territorial do trabalho, e também das relações que ocorrem entre os diversos agentes intraterritório. Os dois últimos fenômenos tratam-se de dimensões objetivas nos processos de produção do espaço total nas diversas frações dele, espaço total, que se configura como território nacional nas diversas nações do mundo, e dos diversos processos de trabalho no cotidiano de constituição e usos de um território dado e de suas frações.

A divisão do trabalho social encontrou e definiu as posições políticas e econômicas e as ocupações dos diversos países, a partir de seus sistemas técnicos e das habilidades e capacidades que esses sistemas técnicos possuíam e possuem em termos de produção de seus espaços, como frações do espaço total, e de constituição e usos de seus territórios no interior da totalidade que comanda o espaço total. Alguns territórios, a partir das habilidades e capacidades dos seus sistemas técnicos em realizar ações e criar objetos nos processos estritos de produção do espaço, e nas habilidades e capacidades de produzir bens e mercadorias nos processos de produção econômica, encontraram e vão encontrando no andamento e evolução da totalidade suas posições nas relações de trocas internacionais, determinadas pelo valor dos bens e mercadorias produzidos no interior do território. As unicidades, no interior do meio técnico-científico-informacional, expressão geográfica da globalização, configuram muito mais celeridade dos acontecimentos, acelerando muito mais as mudanças no interior da totalidade. Tais fenômenos acirram ainda mais a disputa de posições entre os territórios na divisão territorial do trabalho e entre os diversos agentes estabelecidos no interior de um território dado.

No período atual, as técnicas com suas propriedades de ser o principal artifício utilizado pelos homens em seu incessante processo de transformação da natureza, de criação de objetos e de realização de ações, constituem-se nos fundamentos da produção do espaço, da constituição do território e das diversas etapas dos ciclos econômicos, de produção da riqueza, de distribuição da riqueza, de circulação da riqueza e de consumo expressa em bens e serviços, possibilitando que as ações, graças aos avanços nas ciências e tecnologias no atual período histórico, ocorram como potência criadora de objetos, constituidora do território e produtora do espaço, numa dimensão muito maior que em períodos históricos anteriores, (SANTOS, 2002). Diante disso, técnicas, objetos e ações estão articulados, mutuamente expandindo suas possibilidades de transformação da natureza, de artificialização do mundo natural em benefício da vida humana.

Portanto, no atual período histórico, caracterizado pelo meio técnico-científico-informacional, que também é marcado pela globalização das relações econômicas e sociais, não podemos esquecer que a aceleração contemporânea, determinada pela

unicidade técnica, pela unicidade do tempo ou convergência dos momentos e pela unicidade do motor da economia mundial, configura uma totalidade que incide nos lugares de maneira diversa entre os lugares, e também no interior dos lugares.

A diversidade de sistemas técnicos que se apresentam no território e nas suas frações ocorre como expressão da globalização, como uma característica do atual período histórico, que incide nos lugares através da divisão territorial do trabalho, que ao mesmo tempo une e distingue os lugares, institui diferenciações espaciais, que concretizam processos distintos de constituição do território, processos desiguais de produção econômica e, conseqüentemente, desigualdades espaciais, de maneira muito mais intensa que nos períodos históricos anteriores.

Todas essas diferenciações geográficas articuladas na totalidade das unicidades técnica, do tempo ou convergência dos momentos e do motor da economia, através da divisão territorial do trabalho, encontram em cada lugar os elos que articulam o lugar à totalidade, de maneira subordinada, através das verticalidades, dos acontecimentos hierárquicos e da solidariedade orgânica, durkheimiana. Trata-se de um processo que acontece através da fragmentação dos subespaços ou das frações do espaço, onde os espaços de redes comandam e subordinam cotidianamente o espaço banal, o espaço de todos, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as famílias.

Os acontecimentos que artificializam parte do mundo material, enfim que transformam a natureza através das técnicas, das ações e dos objetos, numa constante de processos de ações dos homens na constituição de novos objetos, de constituição do território, de produção econômica e, conseqüentemente, de produção do espaço, são muito mais acelerados e exigentes quanto ao uso adequado dos objetos para a realização das ações, e ocorrem constante e continuamente. São processos dinâmicos que acontecem de maneira muito mais acelerada, com todos os elementos de sistemas técnicos mais avançados, cumprindo um papel de mediação do qual se servem os homens para funcionar os sistemas de objetos e os sistemas de ações, ou seja, para o funcionamento do espaço habitado, para a constituição do território e de seu uso.

Nesse contexto de globalização, de meio técnico-científico-informacional, no atual período histórico, as técnicas, as ações e os objetos têm um significado e uma contundência maiores na realização das ações e na criação de novos objetos, devido à intencionalidade contida nos objetos utilizados para a realização das ações e para a criação dos novos objetos, conseqüentemente para a constituição do território e para a produção do espaço.

Diante disso, é preciso, a todo instante, lembrar que os homens que dominam as técnicas e que possuem os objetos mais adequados para a realização das ações gozam de vantagens na constituição do território e de suas frações, e na produção do espaço. O domínio das técnicas e a posse dos objetos usados para a criação de novos objetos configuram não apenas vantagens na constituição do território e na produção de espaço configuram, também, status nas relações sociais, posições mais vantajosas nas relações econômicas, e o que é mais importante, detém mais vantajosas posições e condições de determinar os rumos políticos, sociais e econômicos numa sociedade concreta e também para a constituição do território e para a produção do espaço.

Os processos de transformação da natureza através das técnicas, dos objetos e das ações, processos de criação de novos objetos, são processos de posses dos objetos já existentes e se constituem em processos de posses dos novos que estão sendo criados, são processos de constituição de propriedades da parte artificial do mundo material e, invariavelmente, também de posses das partes naturais usadas cotidianamente pelos homens. Porém, nunca devemos esquecer que o que efetivamente realiza e dá dinâmica e aceleração aos processos de constituição do território, de produção do espaço e, conseqüentemente, da vida econômica é a utilização da parte artificial, a parte da natureza transformada pelos homens, a parte de objetos feitos pelos homens. São os sistemas técnicos, são os objetos criados pelas ações no interior dos sistemas de ações, são objetos possuídos, acessados e utilizados pelos homens no constante processo de constituição do território e de produção do espaço.

É importante não esquecer que são as técnicas e os objetos que possibilitam aos homens a realização do trabalho de transformação da natureza, de viabilização das ações, de criação de novos objetos e meios para se viver e produzir de maneira

mais adequada em cada período histórico. No atual período histórico as exigências de adequação de técnicas e de objetos nos processos de transformação da natureza, de criação de novos objetos, de constituição do território e de produção do espaço são muito mais contundentes. O acesso às técnicas e aos objetos, ou a utilização das melhores e mais modernas técnicas e a posse ou a utilização dos objetos mais adequados e mais modernos, simultaneamente viabiliza melhores posições na criação de novos objetos e na realização de ações mais adequadas, ou seja, nas ações dos homens para a constituição cotidiana do território usado e para a produção do espaço habitado, e nas relações de produção e nas relações sociais. Podemos dizer que essa lógica, essa racionalidade que é presidente das relações dos homens com a natureza e também das relações com o meio, institui a natureza das desigualdades entre as classes sociais e entre os grupos sociais.

As evidências das desigualdades, associadas ao acesso e utilização das técnicas mais modernas e mais apropriadas nos processos de trabalho, e à posse e uso dos objetos e à utilização de técnicas e objetos para a criação de novos objetos, estão presentes nas relações sociais e de produção nas sociedades ocidentais capitalistas. As sociedades capitalistas em geral, e especificamente as sociedades que empreenderam processos de produção e relações de produção capitalistas tardiamente, no atual período histórico e em períodos anteriores, são estratificadas, apresentando sua configuração em classes diversas e grupos sociais diversos, inclusive entre as classes, e nesses processos de estratificação a posse de bens, de objetos, de equipamentos utilizados nos processos produtivos na criação de novos objetos, na transformação da natureza e nas mediações entre os homens e o meio são os elementos determinantes das posições que as classes e grupos sociais ocupam nas relações sociais e de produção num território dado, num espaço dado. Ou seja, se técnicas, objetos e ações são imprescindíveis para os processos de transformação da natureza empreendidos pelos homens, então ter acesso às técnicas e possuir objetos para realizar as ações são o ponto de partida e de continuação das desigualdades sociais, que se expressam na constituição cotidiana do território e na produção, também cotidiana, do espaço.

A contundência da posse de bens e de objetos utilizados nos processos de produção do espaço e de constituição do território é tão forte como definidora de posições sociais no interior das sociedades e de suas relações sociais que “é comum pensarmos na estratificação em termos de bens ou de propriedade, mas sua ocorrência também pode se dar com base em outros atributos, como gênero, idade, afiliação religiosa ou posto militar”, Giddens, 2005, pg. 234. Não podemos esquecer que além dos atributos citados por Giddens, existe outro atributo ou condição social que também se constitui em fator de estratificação nas sociedades capitalistas ocidentais, particularmente naquelas que integraram os processos de acumulação de riquezas no período colonial por meio do escravismo, ou seja, através do tráfico de homens, mulheres e crianças escravizadas da África para a América e a exploração dessas pessoas por meio do trabalho escravo: trata-se da raça ou pertencimento de indivíduos ou famílias a grupos raciais.

A visão predominante nas sociedades de ter como referência os bens ou propriedade como elementos definidores da estratificação social não é algo descabido, algo sem sentido. Efetivamente existe uma relação direta entre a posse de bens ou objetos e a posição social que os indivíduos, famílias e grupos sociais ocupam nas sociedades modernas, no atual período histórico e, também, em períodos históricos anteriores. É a partir do domínio das técnicas e da posse dos objetos, conseqüentemente, da posse das técnicas já que os objetos configuram técnicas de mediação das relações dos homens com o meio, com a natureza, que os homens empreendem as ações de criação de novos objetos, de constituição do território e de produção do espaço. Possuir objetos e utilizá-los na criação de novos consolida e amplia posições nas relações sociais e de produção, viabiliza status, institui posições de mando, posições de hegemonia no conjunto das relações sociais, na constituição e no uso do território e na produção e habitação do espaço. Então, nada mais coerente que se observar a estratificação social a partir da posse de bens e objetos.

É claro que a posição social de um indivíduo, de uma família ou de um grupo social não se define exclusivamente pela posse de bens ou de objetos. Em suas análises sociológicas Max Weber nos ofertou conhecimentos, comprovados social e historicamente, que confirmam outras formas ou elementos de definição das

posições sociais ocupadas por indivíduos ou famílias nos esquemas de estratificação nas sociedades capitalistas e modernas. As posições sociais podem ser conseguidas e reconhecidas através de prestígio social; por meio da honra; através da representação de grupos sociais na organização e estruturação jurídica e política das sociedades modernas, por meio da participação política e do exercício de funções relevantes na organização do Estado e nas relações sociais e de produção; além dessas formas já citadas, as posições nos esquemas de estratificação social também acontecem por meio do reconhecimento de habilidades e talentos artísticos e esportivos; outra forma de galgar melhores posições nos esquemas de estratificação nas sociedades capitalistas modernas é através da posse de habilidades e de conhecimentos científicos e o bom exercício nas atividades acadêmicas.

A questão essencial a ser observada não é a estratificação existente nas sociedades capitalistas modernas e sim o porquê e qual a natureza da estratificação e, conseqüentemente, das desigualdades, ao mesmo tempo alimentadoras e decorrentes dos esquemas de estratificação das sociedades. Por que as recompensas sociais e econômicas são distribuídas desigualmente nas relações sociais e de produção? Por que alguns indivíduos, famílias e grupos sociais têm acesso às técnicas mais adequadas? Por que possuem objetos também mais adequados para mediação das relações dos homens com a natureza, para a criação de novos objetos e para a artificialização da natureza? Por que alguns grupos sociais e famílias têm à sua disposição um arsenal de técnicas e objetos para a realização das diversas ações no cotidiano das relações sociais e de produção, para a constituição do território e uso do mesmo e para a produção do espaço e habitação do mesmo?

No seu livro *Desigualdade Reexaminada*, Sen, 2008, pg, 43, já no primeiro capítulo, chama atenção para a necessidade de se observar duas questões centrais para a análise ética da desigualdade. A primeira questão é a pergunta: por que a igualdade? A outra questão é, também, uma pergunta: igualdade de que? A perspectiva de análise da desigualdade sugerida por Sen nos permite refletir quanto à existência e disponibilização das técnicas em alguma fração do território usado, quanto aos usos e ações que são desenvolvidas ou realizadas pelos grupos sociais, por meio das

técnicas aqui pesquisadas. Por que, do ponto de vista ético, é necessário existir a igualdade entre os grupos sociais no acesso às técnicas, no acesso aos objetos, na realização das ações, na criação de novos objetos, na constituição e usos do território e na produção e habitação do espaço? Não se trata de uma questão menor, irrelevante do ponto de vista ético, a demanda por igualdade de acesso às técnicas entre os grupos raciais, afinal, como nos revela Santos, 2002, “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”. É por meio delas que o homem realiza sua existência num constante processo de transformação da natureza, produzindo o espaço, constituindo e usando o território, num incessante processo de realização de ações com a utilização de objetos, para criação de novos objetos, num interminável processo de produção e criação do espaço.

É fundamental para a análise geográfica a percepção de que os objetos ou conjunto de meios utilizados nos processos de produção ou nos diversos processos de trabalho de transformação da natureza não são de posse exclusiva das classes e dos grupos sociais dominantes. As classes e grupos sociais subalternos também atuam no território usado e no espaço habitado utilizando técnicas, objetos e realizando ações que cumprem um papel secundário e complementar, que tem menor importância nos processos de trabalho, de acumulação de capital, de geração de riqueza, de transformação da natureza, observados em relação aos processos comandados pelas classes e grupos sociais dominantes, porém, não deixam de ser importantes. Trata-se de menor importância, não de inexistência de importância. Ou seja, na hierarquia das relações sociais e de produção desempenham papéis secundários, porém, proporcionam acumulação de capital, geração de riqueza e transformação da natureza em menor escala ou proporção que as técnicas, os objetos, as ações e meios utilizados ou controlados pelas classes e grupos sociais dominantes, que os atores hegemônicos.

O fato de existir e conviver simultaneamente técnicas, objetos e ações diversas no território usado e no espaço habitado evidencia que as diversas classes e grupos sociais utilizam as diversas técnicas, manuseiam os diversos objetos, e realizam as diversas ações. Ou seja, todas as classes e grupos sociais atuam nos sistemas de objetos e nos sistemas de ações, atuam no território usado e no espaço habitado. A

questão essencial para a análise geográfica é como atua e qual a importância do papel que cada classe e grupo social desempenha no território usado e no espaço habitado.

Nos mesmos sistemas de objetos e nos mesmos sistemas de ações encontramos técnicas com idade bastante avançada, ou seja, técnicas não modernas, objetos também não modernos ou inadequados para a realização das ações e, conseqüentemente, ações inadequadas ou defasadas em relação às mais modernas. Isto evidencia desigualdade no acesso às técnicas e aos objetos, e também desigualdade na realização das ações no território usado e no espaço habitado. Portanto, trata-se de desigualdade no acesso às técnicas, aos objetos e na realização das ações. Não de exclusão, ou seja, trata-se de uma convivência desigual e complementar das classes e grupos sociais no território usado e no espaço habitado quanto ao uso das diversas técnicas, dos diversos objetos e das diversas ações, mediadas pelas técnicas, dentro dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, ou seja, dentro do espaço geográfico.

É importante observarmos que, anterior à ocorrência de desigualdades no acesso às técnicas, no acesso aos objetos e na realização das ações, existem as desigualdades nas relações sociais. Ou seja, existem as desigualdades entre classes e grupos sociais, que se configuram em posses de objetos mais adequados e mais modernos para serem utilizados nos processos de trabalho produtivo e nos demais processos de transformação da natureza; em acessos mais vantajosos às técnicas mais adequadas como meio de realização das diversas tarefas de trabalho e, conseqüentemente, na realização das ações mais adequadas aos processos de acumulação de capital e geração de riqueza.

Não podemos esquecer que as posições mais vantajosas se realizam na constituição e uso do território, e na criação e produção do espaço, que elas, as posições vantajosas, se realizam no presente e, ao serem usadas na constituição e uso do território e na criação e produção do espaço elas projetam, reproduzem as mesmas vantagens para o futuro. Não deixando dúvidas quanto ao fato de que as posições vantajosas hoje, dificilmente deixarão de ser vantajosas no futuro mais imediato. O que nos leva a concluir que as classes e grupos sociais que ocupam posições hegemônicas quanto ao acesso às técnicas mais eficientes e eficazes na

mediação das relações entre os homens e a natureza permanecerão gozando dessa posição no futuro próximo, na medida em que as posições do presente viabilizam as mesmas, e quem sabe até melhores, posições no futuro.

Tudo isso ocorre porque a existência das técnicas e dos objetos no território usado e no espaço habitado não é uma obra do acaso, não é algo desprovido de sentido. Não, técnicas e objetos são essenciais para a realização das diversas ações, e cada um deles tem uma data de nascimento, em que eles consagram um sentido e um significado para a realização das ações. Ter acesso às técnicas e aos objetos mais adequados para a realização das ações significa ter as melhores posições nas relações de produção e nas relações sociais. Daí o sentido e a pertinência de se abordar, de se analisar como acontece o acesso dos grupos sociais às técnicas numa determinada fração do território usado e numa determinada fração do espaço habitado.

Diante disso, é fundamental perceber e identificar quando e como existem usos diferenciados do território, a partir das posições vantajosas dessa ou daquela classe social, ou desse ou daquele grupo social. Tudo isso é fundamental para a análise geográfica, afinal, não se trata de uma coisa menor, de algo sem importância para o desenvolvimento de uma sociedade, esteja esta em um processo de condução e constituição cotidiana de um território, em qualquer escala ou dimensão. Diante disso, é extremamente importante a análise, a abordagem, a percepção e a identificação de quais são as classes e grupos sociais que têm o comando do uso do território, em suas diversas especificidades de técnicas, de apropriação de objetos já existentes e de criação de novos objetos, e de realização de ações.

A evolução das relações sociais e, também, das relações de produção nos indicam que mais que um contraditório ou confronto entre duas classes sociais, como sugeriram as proposições iniciais formuladas por Marx, as relações sociais apresentaram uma diversidade de elementos que vão muito além da idéia de posições antagônicas, ou seja, de posturas que em momento algum das relações sociais se apresentam na vida social de outra maneira que não seja através do conflito. Ao longo dos processos de evolução das sociedades capitalistas, notadamente daquelas que ingressaram no processo de desenvolvimento capitalista ainda na fase inicial ou concorrencial do sistema, ou melhor, dizendo, antes do

surgimento dos monopólios, ou seja, daquelas sociedades que enveredaram pelo caminho do desenvolvimento econômico antes do aparecimento das grandes empresas, uma parte considerável das classes e grupos sociais subalternos, que se encontravam em posições de desvantagens nas relações sociais e de produção tiveram acesso a bens e serviços, isto é, a objetos e a técnicas que lhes permitiram realizar ações suficientemente adequadas para lhes permitir ampliar suas posições nas relações sociais e de poder nas sociedades mais desenvolvidas.

As técnicas e as ações de mobilização social e organização política empreendidas pelas classes e grupos sociais subalternos, ao lado de uma necessidade das próprias classes e grupos sociais dominantes de promover, no âmbito das relações econômicas, a expansão da demanda por bens e serviços, ou seja, por objetos e técnicas produzidas por suas empresas, como perspectiva e busca de manutenção e expansão de seus negócios, promoveram técnicas e mecanismos como ampliação e mais facilidade no acesso a crédito para a aquisição de bens com pagamento à prestação, e o aumento gradativo da participação das classes e grupos sociais subalternos nos processos de distribuição da riqueza, conquistando aumentos de salários, para que elas pudessem adquirir mais e melhores bens e mercadorias, ou seja, mais objetos técnicos criados nos processos produtivos realizados pelas empresas capitalistas, conseqüentemente, acessando técnicas e objetos mais adequados para a realização das ações, conseguindo posições melhores que as anteriores nos processos de constituição do território usado e de produção do espaço habitado.

O objeto de investigação da geografia é o espaço como categoria histórica, como resultado das ações dos homens transformando a natureza, utilizando objetos na criação de novos objetos, tornando a natureza mais adequada à reprodução da vida. Trata-se, portanto, do espaço produzido pelos homens e mulheres, e vivido pelos homens e mulheres. Ou seja, o objeto fundamental de pesquisa, de investigação da geografia é o espaço, apreendido para a análise geográfica, como, em suas formulações para o movimento de renovação da geografia no final dos anos setenta do século XX, nos sugeriu SANTOS, 2002a, pg. 153:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Anos mais tarde, como resultado da evolução de seu pensamento, SANTOS, 2002, avança na percepção de que “o espaço é uma síntese indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Onde por meio das técnicas, dos objetos e das ações os homens transformam a natureza, realizando incessantes processos de criação de novos objetos, ou seja, de produção do espaço e habitação do mesmo, e de constituição do território e de seus usos. Então, para SANTOS, técnicas, objetos e ações ocupam papel fundamental nos processos de trabalho, nos processos de reprodução da vida social e material das sociedades, ou seja, exercem função de centralidade nos processos de produção e habitação do espaço e de constituição e usos do território.

Diante disso, tomando como referência a rica contribuição de SANTOS, nos ofertada para a compreensão e para a análise do espaço, nunca é demais ressaltar que o objeto da geografia é o espaço, e que ele é resultado das relações sociais, que ele é resultado dos incessantes processos de trabalho realizados pelos homens, através das técnicas e das ações, criando objetos e utilizando esses objetos para a criação de novos objetos, num agir sempre, num processo de ações sem fim, num trabalhar e transformar a natureza sem fim, num produzir e habitar espaço sem fim.

Então, uma geografia que não se limita a descrever o espaço, que busca compreender e interpretar de onde ele surge, como ele surge, qual o papel desempenhado pelas classes e pelos grupos sociais para esse surgimento, para a viabilização da existência do espaço, que compreende que “as técnicas são a principal forma de relação entre o homem e a natureza”, e que, além disso, elas “são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”, não pode deixar de analisar como as classes e os grupos sociais participam da distribuição do acesso às técnicas, qual a

qualidade, significado e importância das ações que realizam nos processos de constituição do território e de produção do espaço, qual o significado e como são acessados os objetos criados pelas classes e grupos sociais nos processos de constituição e usos do território e nos processos de produção e habitação do espaço.

Diante da preocupação levantada imediatamente acima e procurando um posicionamento de investigação que vá ao encontro dela, de maneira abrangente, podemos afirmar que existe uma consciência moral na vida brasileira e baiana que pele e repudia o racismo em sua forma de expressão e realização violenta. Ou seja, aquela que explicitamente subtrai o direito de ir e vir, e que atenta contra a integridade física dos negros. Esta condição que leva a sociedade brasileira e suas instituições de Estado ao imperativo categórico de repudiar e até mesmo criminalizar o racismo não impede a existência de relações raciais desvantajosas para os negros no desenrolar cotidiano das relações sociais e econômicas, e até mesmo a reprodução institucional, como se fossem naturais as posições desvantajosas vivenciadas pelas pessoas pertencentes ao grupo racial negro. Diante disso, cabe de forma contundente, até mesmo para consolidar e fortalecer a consciência moral que a sociedade brasileira alcançou acerca do racismo, estabelecida na vida brasileira e baiana, entendermos o porquê das desigualdades entre brancos e negros, qual a sua natureza, ou quais as suas naturezas, como ela se manifesta na vida social, econômica e política.

Nesta empreitada deixaremos de lado qualquer pretensão da geografia como uma suposta ciência de síntese, e enveredaremos pelo caminho de um diálogo profícuo com outras ciências, notadamente as ciências sociais: História, Economia, Antropologia, Sociologia e Política. Faremos o percurso apreendendo e utilizando o espírito sugerido por SANTOS, 2002a, pg. 130:

Se ficarmos confinados à sociologia para explicar o que se chama o fato social; à economia, para compreender os fenômenos econômicos; à geografia para interpretar as realidades geográficas, acabamos na impossibilidade de chegar a uma explicação válida. Não há porque temer a invasão do campo do outro especialista.

Considerando a proposição imediatamente acima, devemos buscar a análise dos fenômenos espaciais com as portas abertas para a recepção dos conhecimentos ofertados por outras ciências, afinal a apreensão de todas as faces de um fenômeno é praticamente impossível de ser realizada por apenas uma disciplina. O trabalho

científico feito com acuidade deve sempre levar em consideração a multiplicidade de determinações contidas em um fenômeno, notadamente os fenômenos que nascem das relações sociais. Diante dessas circunstâncias é fundamental que a análise seja feita por mais de um olhar, faz-se necessário que mais de uma disciplina se debruce sobre o fenômeno para a apreensão dele, e a decorrente interpretação seja a mais próxima possível do conjunto de determinações emanadas pelo fenômeno. Daí, tornar-se imprescindível uma abordagem interdisciplinar, chamando um conjunto de ciências afins aos fenômenos sociais, ou decorrentes das relações sociais numa dada sociedade.

O que se pretende aqui como objeto de pesquisa, é analisar como elementos de referência e aferição para a análise da existência de desigualdade de acesso às técnicas, e conseqüentemente no acesso a objetos e na realização de ações nos processos de constituição e usos do território e nos processos de produção e habitação do espaço em Salvador, entre famílias dos dois grupos raciais mais expressivos em termos populacionais. Diante disso, é preciso ter clareza quanto a uma questão que precede a observação da desigualdade, que é a identificação de que igualdade se pretende ver realizada ou se sente falta quanto ao acesso às técnicas, quanto ao uso dos objetos e quanto à realização das ações, enfim quanto aos processos de constituição e uso do território e quanto aos processos de produção e habitação do espaço no cotidiano das diversas famílias pertencentes aos dois grupos raciais.

Os sistemas de objetos existentes no território de Salvador, constituídos e animados por ações diversas mediadas pelas técnicas, sugerem trazer elementos de desigualdades que se estabeleceram e continuam presentes até os dias atuais, por meio de características particulares quanto ao uso do território e a produção do espaço soteropolitano, estes como frações do território nacional e do espaço total, respectivamente, que vão muito além das desigualdades estritamente geográficas, que se expressam pela diversidade de formas, pela diversidade de objetos dispostos na paisagem e pela diversidade de ações que animam os objetos, dando a eles o

sentido e a serventia na vida cotidiana das instituições públicas e privadas, das empresas e das famílias que realizam ações e usos no território e no espaço de Salvador.

A sugestão quanto à existência de desigualdades, que vão muito além das estritamente geográficas, das características intrínsecas dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, do espaço habitado de Salvador, do território usado de Salvador, decorre de fatos presentes no cotidiano de usos do território e de produção do espaço de Salvador que sugerem a reflexão acerca da existência de outro viés de desigualdade, além das geográficas, além da diversidade de formas presentes no espaço de Salvador, subjacentes e concomitantes com estas.

Trata-se de desigualdades entre famílias e pessoas pertencentes ao grupo racial branco e famílias e pessoas pertencentes ao grupo racial negro, que se expressam pelas vantagens exercidas pelo grupo racial branco no uso do território e na produção do espaço, tais vantagens não acontecem por simples coincidência, nem pela diversidade de objetos existentes no território e no espaço de Salvador. O que se pretende observar é a existência de desigualdades entre negros e brancos quanto ao acesso às técnicas, pois, a existência de desigualdades implica e simultaneamente decorre de desvantagens na constituição e no uso do território e na produção e habitação do espaço.

A percepção acerca da existência de desigualdades entre brancos e negros no acesso às técnicas no território e no espaço de Salvador, como frações do território brasileiro e do espaço, não se trata de uma coisa menor, sem importância para as relações sociais e de produção, sem significado para os processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Ora, considerando que os objetos e as ações, mediados e operacionalizados pelas técnicas, são, por excelência, meios de constituição do território e de produção do espaço, ter desvantagens no acesso às técnicas significa, desde o nascedouro, ficar em desvantagens na constituição e usos do território e na produção e habitação do espaço, no presente e no futuro mais próximo, já que as bases de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço no futuro são lançadas desde antes e do presente.

Antes de tudo, precisamos lembrar que o uso vantajoso do território e a produção vantajosa do espaço consolidam e reproduzem vantagens para as classes sociais e grupos sociais que têm o predomínio de uso do território e de produção do espaço de Salvador. Trata-se, também, de desigualdade de natureza social e racial, que pode ser analisada por meio do que a sociedade já constituiu como elementos de referência e aferição de justiça distributiva, a partir de um conjunto de valores éticos e da viabilização de direitos, benefícios e conquistas socialmente consagradas, desde dezenas de anos antes do atual período histórico.

CAPÍTULO 2

DESIGUALDADES NA CONSTITUIÇÃO E NO USO DO TERRITÓRIO E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO, EM SALVADOR.

É fundamental trabalhar as idéias e formulações acerca de formação do território e de formação sócio-espacial, para realizarmos de forma consistente e abrangente a análise acerca de como as técnicas tiveram papel decisivo como mediadoras das relações dos homens com a natureza nos processos de formação do território; como elas foram utilizadas nos primórdios de formação do território; como elas estão presentes e distribuídas no território e no espaço de Salvador como frações do território e do espaço brasileiros; e como elas, as técnicas, ao longo da evolução histórica do Brasil e das frações de seu território foram acessadas pelas classes sociais e pelos grupos sociais, particularmente os dois principais grupos raciais que constituem e usam o território e produzem e habitam o espaço soteropolitano. Devemos sempre lembrar que a formação do território e do espaço brasileiros é decorrente das relações sociais e de produção ocorridas historicamente no Brasil, desde os primórdios.

Esta condição e característica, que são determinantes em qualquer sociedade, no caso brasileiro e baiano ganham contundência bem maior devido à forma particular, específica de como no Brasil e nas suas Unidades da Federação, ou seja, de como nas frações de seu território, particularmente na Bahia e em Salvador ocorreram os processos do Escravismo, como ele foi superado, como aconteceram os debates, as formulações e ações acerca da nova nação que nasceria com o fim da Escravidão e a proclamação da República, e qual o lugar dos descendentes de africanos nessa nova nação, que começou a ser gestada desde o início da segunda metade do século XIX, passou pelos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram os anos 1888 e 1889, e consolidaram-se nas primeiras décadas do século XX.

Não podemos negligenciar que as relações sociais e de produção, que as ações dos homens, recorrendo às técnicas e aos objetos, para a transformação da natureza, tornando-a mais e mais adequada ao uso e às diversas ações do cotidiano, enfim, de realização do trabalho no sentido abrangente, são antes de tudo as responsáveis

pelos processos de constituição e uso do território e de produção e habitação do espaço. Diante disso, como nos revela SANTOS, 2002:

Se a geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à da sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois, a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Partindo da proposição de que o espaço é um elemento decorrente da criação humana, que é um ente produzido cotidianamente pelas ações humanas mediadas pelas técnicas e com a utilização dos objetos, que é decorrente das relações sociais e das relações de produção em curso nas sociedades, precisamos trazer as categorias de formação social e de formação sócio-espacial para o centro das análises acerca da constituição e uso do território e da produção e habitação do espaço. Como nos diz SANTOS, 2002:

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se, de fato, de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômica e Social, tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou.

Os processos de Formação Econômica e Social ocorrem por meio de técnicas, ações e objetos utilizados para a criação de novos objetos, ou seja, para a constituição e uso do território e para a produção e habitação do espaço, e para a realização da vida no cotidiano. Então, empreender a Formação Econômica e Social de uma dada sociedade é, também e simultaneamente, produzir o espaço dessa dada sociedade e constituir o território dessa sociedade. Diante disso, para que não haja empobrecimento da análise geográfica, é fundamental interpretar os processos que resultam na Formação Econômica e Social de uma dada sociedade também como processos que resultam na constituição e uso do território e na produção e habitação do espaço. Então, tratam-se, também, de processos de Formação Sócio-Espacial. Mais uma vez recorrendo a SANTOS, 2002:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

Diante dessa articulação e interdependência entre Formação Econômica e Social e produção e uso do espaço, que podemos chamar de Formação Sócio-Espacial, precisamos reconhecer que as ações, que os acontecimentos, que os diversos processos de trabalho de transformação da natureza, realizados pelos homens são acontecimentos históricos e espaciais, simultaneamente. Como nos revela SOUZA, 1996, pg. 21, Apud RECLUS, “Vista do alto, nas relações com o homem, a geografia não é outra coisa a não ser a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo”.

As técnicas, as ações e os objetos, todos estes utilizados na criação de novos objetos, na transformação da natureza, na constituição e usos do território e na produção e habitação do espaço, neste sentido realizam as relações sociais e as relações de produção, ou seja, empreendendo acontecimentos históricos, que têm como síntese a constituição do território e a produção do espaço, num dado período da história e que se reproduz ao longo do tempo, com a permanência das diversas formas espaciais, dos diversos objetos técnicos, na medida em que o surgimento de um novo, mais atual, contemporâneo e moderno sistema técnico não implica na supressão completa dos sistemas técnicos precedentes.

As considerações acima foram feitas com o objetivo de chamar a atenção para a importância e, até mesmo, para o papel decisivo que a Formação Sócio-Espacial tem para a definição da posição social das famílias e dos indivíduos, do lugar que as famílias e os indivíduos ocupam nas relações sociais e de produção, e de como as classes e os grupos sociais, as famílias, as instituições de Estado e de Governo, e as empresas estão presentes no espaço geográfico, para a definição de quais técnicas e objetos as famílias e os indivíduos acessam e usam cotidianamente na realização das ações de criação de novos objetos, nos diversos processos de constituição e uso do território e de produção e habitação do espaço. Nesse sentido, vamos apresentar algumas características essenciais da Formação Sócio-Espacial do Brasil, especificamente da Bahia, tendo a cidade do Salvador como a sua mais

expressiva síntese. Afinal, “as características essenciais da economia brasileira, ou, melhor dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro é produto das relações sociais do Brasil” SOUZA, 1996, pg. 25.

A constituição do território e a produção do espaço no Brasil, nos quatro primeiros séculos de sua existência, aconteceram como extensão e parte integrante do Império Colonial Português. Esta particularidade determinou, no território, Colônia de Portugal, os elementos essenciais da formação sócio-territorial e sócio-espacial do Brasil, desde o início da colonização até a Independência. Como não poderia ser diferente, a formação social do Brasil, seja no que diz respeito ao território, seja no que diz respeito ao espaço, foi determinado pelos interesses de expansão do império português naquele período histórico, como foram os casos de todas as Colônias portuguesas e as Colônias dos demais países europeus que realizaram empreendimentos de expansão colonial na América e em outros continentes, entre os séculos 16 e 19. O Brasil, como Colônia de Portugal, ocupou papel de destaque no processo de acumulação primitiva de capital realizado pela Coroa de Portugal nas suas diversas Colônias.

No século XVI a Europa vivia o período das grandes navegações e descobrimentos, como perspectiva de exploração de novos pontos do Planeta, a partir da consagrada descoberta da América, em 1492, que confirmou na prática as grandes possibilidades que se abriam para os principais países europeus naquele período histórico. Havia um considerável desenvolvimento das técnicas de navegação que permitiam a realização das ações de expansão dos impérios europeus, notadamente o português, o espanhol e o inglês, em direção a novos pontos do Planeta. A bússola foi mais e melhor desenvolvida e aperfeiçoada. Os europeus “também criaram outros instrumentos para a orientação dos navegadores: astrolábio, quadrante, balestilha e tavoleta, que serviram para marcar posições de latitude e longitude”, TAVARES, pg. 36, 2001. Portanto, técnicas, objetos e ações foram utilizados para viabilizar as políticas de expansão dos impérios europeus ao redor do mundo numa incessante busca pela acumulação de riqueza, que, mais tarde encontraria seu apogeu com o Escravismo Colonial, modelo de negócios

empreendido aqui na América por diversos países europeus tendo como base a captura e comercialização de homens, mulheres e crianças africanas, e a exploração do trabalho dessas pessoas em regime de escravidão.

O processo de realização das técnicas de comercialização de africanos na América tem início a partir de 1525, ALENCASTRO, 2000, por iniciativa de colonizadores espanhóis. No Brasil, o comércio de escravos oriundos da África torna-se um negócio atraente por volta de 1575, quando cerca de 10 mil escravos ingressam nas terras brasileiras, decorrentes dos negócios realizados pela Coroa através dos sistemas de comercialização de africanos, tendo como objetivo utilizá-los para trabalhar nas plantações. Os negócios realizados pela Coroa se intensificam a partir de 1600, quando Portugal passa para a primeira posição na realização do comércio de escravos na América, sendo responsável pela comercialização de quase a totalidade dos 125 mil africanos vendidos na América, ALENCASTRO, 2000. Para os portos brasileiros chegaram, para ser vendidos nos processos de comercialização de africanos, quase 40% desses 125 mil escravos.

A presença dos portugueses no Brasil, conduzindo os processos de constituição, formação e uso do território aconteceram, também, em função dos incentivos diversos que a Coroa deu como estímulo aos objetivos de empreender que o senhor de engenho apresentava. Então, incentivos fiscais para a edificação de engenhos, incentivos para a compra de africanos, “permitindo que cada senhor de engenho importasse 120 africanos pagando apenas um terço da taxa”, ALENCASTRO, 2000, pg. 34, foram fundamentais para a ocupação e uso do território e para a produção do espaço, naquele período histórico. Tais medidas de incentivo aos senhores de engenho, patrocinadas pela Coroa, provocaram uma significativa mudança no fluxo de escravos para as Américas, transferindo para os engenhos brasileiros, boa parte dos escravos que antes eram comercializados fundamentalmente para o Caribe.

O Escravismo Colonial, processo de acumulação de riqueza, baseado essencialmente na captura e comercialização de homens, mulheres e crianças nascidos em países africanos, e na exploração do trabalho dessas pessoas como escravos, se constituiu em grande negócio para Portugal. O recurso ao trabalho escravo era algo praticado amplamente na Europa, “notadamente na península ibérica o uso de mão-de-obra escrava era corrente na época dos descobrimentos”,

MORAES, pg. 237, 2000. Portanto, na Europa já era comum o domínio das técnicas de comando do trabalho escravo para a realização de empreendimentos, o que não se constituiria em nenhuma novidade a expansão dos processos de acumulação de riqueza através do Escravismo Colonial em várias partes do Planeta, como já foi dito, baseado essencialmente no tripé captura de homens e mulheres em países da África e comercialização destes como escravos, e exploração dos africanos como força de trabalho escrava.

Para o domínio colonial português, nas terras brasileiras, se instituiu “uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”, FREYRE, pg.4, 1999. Ao longo do processo de constituição do território no Brasil, sob o domínio da Coroa Portuguesa, os colonizadores empreenderam suas técnicas, já consagradas em outras experiências de colonização, a partir de procedimentos combinados no sentido de garantir os interesses portugueses nas diversas colônias por eles dirigidas. Os portugueses que possuíam alguma das habilidades imprescindíveis para o domínio colonial português, indivíduos preparados para serem “guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças num tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África”, FREYRE, 1999, pg. 9.

Todo esse movimento de deslocamento de dirigentes ou braços do Império Português atendia a um só comando bem articulado com um objetivo de expandir pela América e por aqui pelo Brasil um modelo de acumulação de riqueza, para além mar, em função das disponibilidades técnicas já existentes e criadas naquele período histórico, destaque para as técnicas de navegação de longa distância, que viabilizaram o transporte de pessoas, mercadorias e um tipo específico de pessoas que simultaneamente era uma mercadoria, ou seja, os escravizados, de acordo com as origens e destinos sugeridos pelos interesses comerciais da Metrópole; destaque, também, para as técnicas de guerra e de domínio territorial centrado na força militar e todas as suas circunstâncias; além do destaque para as técnicas de produção na agricultura e pecuária, notadamente de produção de cana de açúcar. É importante registrar que as características de domínio imperial português, de acumulação de riqueza baseada no comércio de mercadorias em geral, e em uma mercadoria

particularmente muito valiosa, que era o escravo, e na exploração do trabalho escravo na agropecuária, principalmente na produção de açúcar, estiveram presentes em todo o Nordeste, notadamente na Bahia e em Pernambuco. E, enquanto tais marcaram as relações sociais e de produção naquele período histórico, na Bahia e, particularmente, em Salvador e no Recôncavo.

A cidade do Salvador “foi, durante três séculos, a aglomeração urbana mais importante e mais populosa do Brasil; o seu porto era o principal do país”, SANTOS, 2008, pg, 35. Além de ser a maior cidade do Brasil, Salvador também foi por muito tempo a segunda maior cidade do Império Português, ficando apenas atrás de Lisboa. Durante muito tempo a cidade do Salvador se constituiu em grande entreposto de comercialização de escravos. Entre outras coisas, o porto de Salvador ocupou papel de grande importância na distribuição de escravos para as principais cidades das Américas. Embora a comercialização de escravizados fosse o negócio mais lucrativo, as atividades de comércio em geral se constituíram na principal atividade econômica na cidade da Bahia. Os negócios oriundos dos engenhos de açúcar, que também eram muito lucrativos, e que eram propriedade dos senhores mais ricos de Salvador, estavam estabelecidos no Recôncavo, espaço contíguo ao Soteropolitano, onde o acontecer solidário, mais precisamente o complementar sintetizava as diversas ações ocorridas em uma e em outra fração do espaço.

De tal modo, os processos de constituição do território e de produção do espaço de Salvador, como fração do território e do espaço brasileiro foram, em larga medida, baseados no trabalho escravo, nas relações de produção escravista, tanto no âmbito das atividades produtivas, economicamente falando, quanto no âmbito das atividades domésticas. Portanto, o trabalho escravo foi o elemento determinante de transformação da natureza, de criação de bens e mercadorias, de criação de objetos, enfim de realização das diversas técnicas como mediadoras da relação dos homens e mulheres com o meio. É claro, não podemos esquecer que no período colonial e até o final do século XIX, mesmo com os avanços técnicos alcançados pela Europa, notadamente na Inglaterra, no século XVIII, vivíamos no Brasil o período onde a utilização de máquinas nos processos de trabalho era muito pequena, ou seja, a criação de novos objetos e as ações em geral aconteciam fundamentalmente com a utilização de ferramentas que eram manuseadas nos processos de trabalho como se

fossem um prolongamento ou extensão do corpo humano, SANTOS, 2002. Tratava-se, fundamentalmente, de técnicas e ações para constituição e uso do território, ainda remanescentes de um período técnico anterior em que se usava intensivamente o trabalho escravo na criação de objetos e nos afazeres domésticos, embora na Metrópole já se utilizasse técnicas mais avançadas e mais modernas para aquele período histórico.

Então, técnicas, objetos e ações eram meios de constituição e de uso do território e de produção e habitação do espaço, utilizados pelos homens em um contexto de relações de produção e de relações sociais escravistas, em que parte expressiva dos homens e mulheres, no caso os escravizados, eram completamente destituídos da posse de objetos mais significativos nos processos de constituição do território e de produção do espaço, utilizavam os objetos, quase que exclusivamente, para a produção de bens e mercadorias, que seriam de posse dos senhores, nas atividades econômicas, fundamentalmente para venda na Metrópole e em outros países da Europa, e trabalhavam também nas atividades domésticas, para servir aos senhores e suas famílias. Os poucos objetos utilizados pelos escravos em seu benefício eram inadequados para a realização das diversas ações necessárias para a reprodução das suas vidas.

É importante e imprescindível não perder de vista que o ponto de partida da formação social brasileira, que o início da constituição do território e da produção do espaço aconteceu sob o comando da Metrópole Portuguesa, que empreendeu um processo de colonização baseado no trabalho escravo, no contexto do Escravismo Colonial, onde o tripé dos empreendimentos escravistas portugueses, ou seja, a captura ou troca e escravização de homens, mulheres e crianças nascidos em países africanos, à comercialização desses africanos nas Américas, e a exploração do trabalho deles por meio de relações de produção e sociais escravistas foram os elementos determinantes da constituição do território e da produção do espaço no Brasil e nas frações do território brasileiro. Além disso, esses elementos se constituíram na base que determinou as características essenciais das relações de produção e das relações sociais na Bahia e no Brasil, desde o período colonial, e

sofrendo mudanças decisivas quanto às relações de produção e quanto às relações sociais com o fim da Escravidão, ainda que, mesmo com o fim da Escravidão, as relações sociais tenham permanecido bastante desvantajosas para os negros.

Mesmo com as mudanças nas relações sociais e nas relações de produção, o novo regime continuou ainda estabelecendo relações sociais e econômicas desvantajosas para os descendentes de africanos, no caso, para os negros, onde permaneceu um quadro de exclusão social e econômica da população negra, uma situação de desvantagens quanto aos direitos civis, algo como uma sub-cidadania, ainda que se tenha inaugurado uma nova institucionalidade com o fim da Escravidão, estabelecendo que os negros eram donos de si mesmos, não mais uma propriedade de algum outro homem, de um senhor. Além disso, foi instituída a República, pondo fim à Monarquia, ou seja, inaugurou-se um novo período histórico que colocou na ordem do dia a definição dos elementos constitutivos e norteadores da nação brasileira, porém, com a manutenção das desvantagens generalizadas no acesso às diversas técnicas, aos objetos, que foram imprescindíveis para a criação de novos objetos, que foram fundamentais para a constituição do território e para a produção do espaço, e para a realização das ações naquele período histórico.

Portanto, apesar do fim da Escravidão, mesmo com uma nova ordem, foram mantidas, com novos contornos e significados, as relações de produção e as relações sociais desvantajosas para o grupo racial negro em relação ao grupo racial branco, quanto à constituição e ao uso do território e quanto à produção e à habitação do espaço, que se prolongaram nas relações de produção e nas relações sociais ao longo e na seqüência daquele período histórico, no acesso às técnicas, no acesso aos meios utilizados para a transformação da natureza em benefício dos homens e mulheres, prolongando-se até os dias de hoje.

Então, analisar o acesso às técnicas, realizado pelos grupos raciais, branco e negro, no território usado e no espaço habitado de Salvador, acesso às técnicas, que pelo papel e caráter destas como meio e instrumento, é fundamental para os processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, tudo isso não esquecendo Salvador como fração do território brasileiro e do espaço total, no atual período histórico, no período qualificado por SANTOS, 1998, 2002 e 2004,

como meio técnico-científico-informacional, forma geográfica da globalização, é uma tarefa que precisa ser feita considerando os elementos estruturantes das relações de produção e das relações sociais, particularmente das relações raciais praticadas em Salvador.

É fundamental identificarmos como ocorrem os usos do território, como as classes e os grupos sociais fazem esses usos, e quais as correspondências e relações que os usos realizados hoje têm com os usos realizados no passado, notadamente nos primeiros séculos da formação do território no Brasil, no período de dominação exercido pela Coroa, no período de vigência do Regime de Escravidão. Quais as correspondências existentes entre as relações raciais de hoje e as relações raciais do passado, qual a dimensão de acesso dos grupos raciais ao conjunto de técnicas e objetos criados e disponíveis no território e no espaço de Salvador, como frações do território brasileiro e do espaço, naquele período histórico e no atual.

O estágio das técnicas, a sua disposição e seu uso no território e no espaço, o acesso dos grupos sociais e, particularmente, dos grupos raciais às técnicas, expressam o perfil social e econômico de uma dada sociedade e da constituição e uso do território e da produção e habitação do espaço que os homens e mulheres dessa sociedade realizam cotidianamente. Afinal, “as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”, SANTOS, pg. 171, 2002. A percepção de Santos acerca das técnicas e de seu papel no contexto geográfico das sociedades nos remete para a necessidade de perceber, também, que técnicas, objetos artificiais e natureza mais adequada para melhor servir à humanidade são resultantes das ações dos homens na transformação da natureza, tendo as próprias técnicas e os objetos como meios utilizados nessa transformação, que, em última instância, resulta na constituição e uso do território, e na produção e habitação do espaço. Então, técnicas e objetos utilizados como elementos de transformação da natureza são simultaneamente meios imprescindíveis para a realização das ações e para a criação de novos objetos, e são meios possuídos pelas classes e grupos sociais no território e no espaço, e em suas frações.

Essa marca da técnica como elemento decisivo da constituição e do uso do território e da produção e da habitação do espaço é algo presente na história da humanidade a séculos e séculos. Tendo tal característica, as técnicas servem prioritariamente a quem as possui e a quem as usa. Diante disso, possuir e ter acesso às técnicas são condições imprescindíveis para constituir e usar o território e para produzir e habitar o espaço de maneira correspondente ao estágio das técnicas acessadas, dimensões da vida social e econômica das sociedades em geral, fortemente marcadas pelas relações sociais e de produção. Uma posição vantajosa quanto à posse e ao uso das técnicas e dos objetos alimenta uma posição vantajosa nas relações de produção e nas relações sociais.

Tudo isso, trata-se de um movimento de mão dupla em que posse e acesso às técnicas e objetos viabilizam posições vantajosas nas relações de produção e nas relações sociais, e vantagens nas relações de produção e nas relações sociais viabilizam a posse e o acesso vantajoso quanto às técnicas e objetos e à criação de novos objetos. Isso acontece porque as técnicas e os objetos têm um significado extremamente importante na vida social e econômica das sociedades, e cumprem um papel fundamental na constituição e uso do território, na produção e habitação do espaço e, conseqüentemente, na definição da posição ou lugar social e econômico das classes, dos grupos sociais, das famílias e dos indivíduos. O mesmo acontece em relação às empresas quando analisamos as atividades econômicas no âmbito do território, também acontece situação similar quando confrontamos frações do território que têm sistemas técnicos mais avançados em relação a outras frações do território que têm sistemas técnicos atrasados, ou seja, frações do território menos desenvolvidas.

O conhecimento acerca da evolução dos sucessivos sistemas técnicos é decisivo para a compreensão das “diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual”, SANTOS, pg. 171, 2002. Partindo desta percepção bastante rica e potente indicada por Santos, podemos trazer para a análise e a interpretação acerca da constituição do território e da produção do espaço em geral, e de Salvador, como fração do território brasileiro e do espaço, encontramos algumas pistas que podem nos mostrar as características essenciais dos sucessivos sistemas técnicos ao longo da

história do Brasil, e particularmente da Bahia e de Salvador. É sempre bom lembrar que os sistemas técnicos, ao longo da história, são sempre superados por novos sistemas, mais avançados, mais adequados para os processos de transformação da natureza, de artificialização do mundo natural, de tornar a natureza mais adequada aos usos dos homens nos territórios e em suas frações, enfim para a realização das diversas ações e para a criação de objetos.

É claro, não podemos desconsiderar que o surgimento de novos sistemas técnicos não implica na exclusão ou aposentadoria dos sistemas técnicos precedentes, anteriores ou ultrapassados em relação aos mais modernos e mais contemporâneos em cada período histórico. Não, os sistemas técnicos antigos permanecem no território e no espaço sendo utilizados por classes e grupos sociais, por famílias e indivíduos, por empresas nas atividades econômicas e por organizações sociais nas diversas atividades do cotidiano de relações de produção e de relações sociais das sociedades, porém, cumprindo um papel secundário, subordinado, complementar, hegemônico pelos sistemas técnicos mais modernos, mais atuais, mais adequados aos processos de trabalho de transformação da natureza, seja no âmbito das atividades produtivas, seja no âmbito das atividades domésticas. A permanência de mais de um sistema técnico no território e no espaço pode ser mais bem entendida a partir da explicação de SANTOS, 2002, pg. 42:

Devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam. A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área. Do ponto de vista específico da técnica dominante, a questão é outra; é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas.

Esta permanência de mais de um sistema técnico em operação nos processos de constituição e de uso do território e de produção e habitação do espaço realiza-se socialmente, economicamente e geograficamente como expressão das desigualdades entre as classes sociais e entre os grupos sociais quanto ao acesso às técnicas e aos objetos, imprescindíveis na realização das ações diversas empreendidas pelos homens e mulheres quanto à constituição e uso do território e a produção e habitação do espaço, cotidianamente. Os sistemas técnicos cumprem um papel concreto, definido historicamente desde a sua concepção, com datas de duração da sua utilidade e validade indefinidas, permanecendo nos territórios e no

espaço até mesmo depois do surgimento de sistemas mais avançados e mais adequados às necessidades de trabalho e usos nos processos de transformação da natureza, nos processos de produção do espaço e de constituição do território, enfim, nas relações sociais e nas relações de produção, numa dada sociedade.

Diante dos significados, da importância, das características e do papel das técnicas ao longo da história dos homens, de transformação da natureza, artificializando-a, tornando-a mais adequada para a vida humana, somos levados a crer que a constituição do território e a produção do espaço em Salvador, como frações do território brasileiro e do espaço, como já registramos anteriormente, ocorreram sob o comando da Metrópole, quanto ao controle do território com técnicas de dominação política e militar, impostas pela Coroa de Portugal como extensão de seu Império. Quanto aos processos de produção econômica, nos primórdios recorrendo ao trabalho indígena, inclusive mediante escravização destes, e, mais adiante, utilizando o trabalho compulsório ou escravo realizado por negros capturados em países africanos, como parte integrante do grande negócio daquele período histórico, o Escravismo Colonial, baseado na captura de negros na África, na comercialização desses negros, notadamente na América, e na exploração do trabalho desses negros como escravos. O Brasil e, particularmente, a Bahia, a partir da segunda metade do século XVI, com destaque para Salvador e Recôncavo, desempenharam papel fundamental para a realização dos empreendimentos portugueses. No caso de Salvador, que cumpriu um papel decisivo nas estratégias de domínio colonial e de produção agrícola para encaminhar para a Metrópole, como revela MORAES, 2000:

Até por abrigar a capital da colônia, tal núcleo consagra-se já na segunda metade do século XVI como o 'porto do Brasil', importante praça na geopolítica imperial lusitana, como pouso para naus da Carreira da Índia, como baluarte de defesa do Atlântico sul e como centro difusor e coordenador da colonização portuguesa nas terras sul-americanas.

Vale salientar que Salvador acaba por tornar-se, no século seguinte, a maior cidade colonial da América, atingindo no século XVIII condição de segunda maior cidade do império português (ultrapassada apenas pela capital imperial Lisboa). No período enfocado, essa zona já apresenta várias povoações espalhadas pela ampla baía de Todos os Santos e adjacências, com fluxos regulares entre si e com a capital do sistema.

É importante salientar que o início da colonização portuguesa no Brasil em geral e particularmente na Bahia ocorreu utilizando, de um lado, parte dos Índios como força de trabalho nos processos produtivos da época, inclusive recorrendo à escravização dos indígenas como mão-de-obra, e de outro, utilizando os africanos como escravos,

nos primeiros momentos em menor quantidade. Porém, à medida que o processo de colonização baseado no trabalho do escravizado africano foi se aprofundando como parte muito significativa dos negócios da Coroa, o tráfico de escravos, a comercialização dos mesmos nas Américas e o uso deles como mão-de-obra escrava nas lavouras passaram a ser os elementos fundamentais dos processos produtivos e dos negócios da Metrópole, em geral. Então, a formação do território de Salvador é marcada pela utilização do trabalho escravo nas atividades produtivas e no trabalho doméstico. Constituir o território e produzir o espaço em Salvador foi antes de tudo uma empreitada largamente baseada nas técnicas de dominação dos indígenas, nos primeiros momentos, e dos negros africanos, nos momentos seguintes, na expansão dos negócios da Metrópole, no período histórico conhecido como Escravismo Colonial, indo até o final do regime de escravidão no Brasil, em 1888.

O trabalho escravo como elemento essencial das relações de produção, e o caráter autoritário, centralizador e escravagista, sob o comando da Metrópole, como elemento determinante das relações sociais, políticas, jurídicas e administrativas de Salvador, como colônia de Portugal, deixaram marcas definitivas na vida social e econômica da cidade, marcas que não se encerraram, pelo contrario se prolongaram ao longo da nossa história, com outras variações das relações sociais e das relações de produção como decorrência das anteriores praticadas no período do Escravismo Colonial, mesmo com as ocorrências de três importantes acontecimentos históricos que promoveram impactos decisivos para a formação social brasileira: a Independência do Brasil, em 1822, deixando de ser colônia de Portugal, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, respectivamente em 1888 e 1889. Fenômenos estes que se trataram fundamentalmente da consolidação de mudanças significativas, já anteriormente em andamento, nas relações econômicas, sociais e políticas internamente, e nas relações políticas e econômicas com a Metrópole e com outros países europeus, notadamente a Inglaterra, além de mudanças nas relações de produção marcando o fim das relações de trabalho baseadas na escravidão.

É importante salientar que desde o início do século XIX, os países europeus e suas respectivas Colônias vivenciavam um intenso processo de redefinição da divisão territorial do trabalho, ou seja, havia, naquele período histórico, uma intensa disputa quanto aos lugares que cada país europeu e, conseqüentemente, suas Colônias deveriam ocupar em uma nova divisão do trabalho, que clamava uma solução com urgência, no contexto das relações de trocas internacionais e nos contextos político e militar. Tratava-se de uma busca incessante por expansão das relações de produção capitalista, da ampliação dos mercados para realização de negócios por empresas européias, notadamente as inglesas.

Naturalmente, as disputas por mudanças na divisão territorial do trabalho, e principalmente a consolidação de posições como resultado de uma nova divisão territorial do trabalho tiveram grandes repercussões nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço no Brasil e em suas correspondentes frações. Afinal, o Brasil, a Bahia e Salvador estavam integrados aos sistemas de trocas internacionais, obviamente que ocupando posições periféricas na hierarquia que compunha a divisão territorial do trabalho naquele período histórico. É claro que, nos contextos da solidariedade orgânica, conforme a percepção e teoria da divisão do trabalho social, nos ofertada por DURKHEIM, 2004, e da teoria dos aconteceres, ampliada e enriquecida por SANTOS, 2002, as repercussões das disputas por mudanças e as mudanças que se efetivaram na divisão territorial do trabalho demoravam muito mais tempo para incidir nos territórios naquela época. Era algo completamente diferente do que demora nos dias de hoje com a aceleração contemporânea. Hoje, os aconteceres solidários, sejam eles homólogos, complementares ou hierárquicos se dão de maneira muito mais rápida. Sendo que estes últimos ocorrendo com incidência multi-escalar, reproduzindo seus comandos em vários territórios e suas frações simultaneamente, repercutindo em vários lugares e regiões os objetivos que eles encerram.

O final do século XVIII e o século XIX foram muito marcantes para a formação social brasileira, especialmente na Bahia, porque importantes acontecimentos ocorreram, e implicaram em mudanças significativas na vida brasileira e baiana: a Revolta dos Búzios, ocorrida em Salvador no final do século XVIII, a chegada de D. João VI e da sua Corte; a abertura dos portos, permitindo que a Inglaterra estabelecesse relações

comerciais com e a partir do Brasil; a Independência do Brasil em relação a Portugal; a rebelião escrava de 1835 na Bahia, conhecida como Revolta dos Malês; o fim do tráfico de escravos; a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, fatos históricos ocorridos no século XIX, foram acontecimentos de grande significado para a vida brasileira. Todos esses acontecimentos, naturalmente, com repercussões no plano nacional, indo muito além das repercussões na Província onde estes fenômenos aconteceram.

O século XIX foi marcado por grande ebulição na vida social e econômica de Salvador, naturalmente, não poderia ser diferente, a grande ebulição esteve presente nos processos de constituição e uso do território e nos processos de produção e habitação do espaço. Analisando o processo de desenvolvimento territorial de Salvador, VASCONCELOS, 2002, registra que aquele período:

Começado com o final da guerra da independência, foi caracterizado por uma fase de grande instabilidade, ligada às crises de consolidação da independência, em que se adicionam questões específicas de Salvador, como a grande concentração de escravos numa cidade, além do crescimento de uma massa de libertos (brasileiros e africanos), que buscavam um lugar na nova sociedade.

Os usos do território e a sua constituição cotidiana, ao lado da produção e habitação do espaço em Salvador, como frações do território e do espaço, após a independência ocorreram num contexto de instabilidade institucional, decorrente de algumas particularidades das relações sociais e de produção em curso no Brasil, e particularmente na Bahia e em Salvador naquele período histórico, que traziam algumas diferenças em relação ao que acontecia em outras Províncias ou Unidades da Federação. O pós-independência de Portugal foi marcado por uma natural inexistência de um consenso majoritário, ou seja, de um arco de alianças políticas suficientemente amplo e abrangente, reunindo uma representação social e econômica de cerca de setenta por cento da população, que garantisse a condução política e institucional da cidade de Salvador de maneira estável, com toda a sua abrangência geopolítica, na Bahia e no Brasil. As evidências da inexistência de um consenso majoritário que garantisse estabilidade política e social na vida de Salvador puderam ser observadas em alguns fenômenos que marcaram a vida soteropolitana naquele período histórico: uma grande presença de africanos e de descendentes de africanos na cidade, ou seja, de negros (escravos e libertos) na vida social e econômica naquele período histórico, vivendo com seu status social

definido para os escravos, e indefinido para os libertos, que não eram mais escravos, porém, não gozavam de direitos sociais como os cidadãos brancos, os direitos para os negros nem eram consagrados nas Leis, muito menos de fato no cotidiano da vida social e econômica de Salvador, naquela época; ao lado disso, havia as pressões internacionais para uma convergência do Brasil e de suas Províncias para as relações produção capitalistas, já amplamente avançadas na Europa. E, sabemos que para a realização das relações sociais e de produção capitalistas não são suficientes as boas intenções.

Naquele período histórico o processo de constituição e uso do território e de produção do espaço de Salvador como frações do território brasileiro e do espaço ocorreu, como não poderia ser diferente, utilizando diversas técnicas, é claro, no contexto das relações sociais e de produção, pelas classes e grupos sociais que tiveram maior presença na vida soteropolitana, com destaque para os portugueses e descendentes, para os africanos, escravos e libertos, e para os descendentes de africanos, escravos e libertos. Fundamentalmente, os dois grupos sociais, WEBER 2003 e 2009, GERTH e MILLS 2008, GIDDENS 2005, portugueses e descendentes e africanos e descendentes, que constituíam os dois grupos raciais principais, empreenderam os processos de transformação da natureza, de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, utilizando as diversas técnicas para a realização das ações, para a criação de objetos no território e no espaço de Salvador, naquele período histórico, como frações do território e do espaço brasileiros.

Os dois grupos sociais estavam distribuídos na sociedade através de um complexo e rígido sistema de estratificação social, realizando a constituição e os usos do território de maneira condizente com as posições sociais que ocupavam no complexo sistema de estratificação social e suas hierarquias. Afinal, os processos de constituição e uso do território e de produção e habitação do espaço aconteceram de forma subordinada ao sistema de estratificação e à hierarquia social vigentes na Salvador daquele período histórico, assim como o acesso às técnicas e aos objetos, uma questão essencial para a criação de novos objetos, para a transformação da natureza no sentido de artificializá-la para servir melhor e mais adequadamente aos homens no território e no espaço de Salvador, também aconteceu a partir dos

interesses e mandos das classes e dos grupos sociais estabelecidos no território e no espaço de acordo com as posições ocupadas no sistema de estratificação e suas correspondentes hierarquias, naquele período histórico, em Salvador e Recôncavo.

O complexo sistema de estratificação e suas correspondentes hierarquias sociais vigentes na Salvador do século XIX foram largamente definidos a partir da cor da pele, ou seja, a cor da pele foi um elemento muito importante na definição da posição social ocupada por famílias e indivíduos. Os outros elementos definidores das posições das classes e dos grupos sociais, das famílias e dos indivíduos na hierarquia social ocuparam papéis secundários na estruturação e organização da vida social soteropolitana. Tudo isso pôde ser analisado por estudiosos que se debruçaram em documentos daquela época, como revela REIS, 2003:

Além das diferenças segundo a cor da pele, a origem étnico-nacional e o estatuto legal, os 65.500 habitantes de Salvador estavam divididos em grupos socio-ocupacionais. As poucas análises que existem das estratificações sociais baianas nesse período, em geral, concordam em dividir a sociedade em três ou quatro camadas, cada qual com subdivisões internas.

É importante registrar que no sistema de estratificação e definição das hierarquias sociais a questão racial estava invariavelmente articulada com a definição das posições sociais dos indivíduos. Pertencer ao grupo social dos africanos e descendentes de africanos, mesmo as pessoas libertas, era um indicador de pertencimento aos estratos sociais mais baixos da sociedade da Salvador daquela época. Outro viés do sistema de estratificação e hierarquia social na Salvador do século XIX é o ocupacional. As posições sociais tinham uma relação direta com o tipo de ocupação realizada pela pessoa. Afinal, uma sociedade em que o trabalho era algo que teria que ser realizado quase que exclusivamente por africanos e descendentes de africanos em suas condições de escravos ou ex-escravos, mesmo porque os libertos angariavam prestígio social tendente a zero, na cidade de Salvador e no Brasil daquele período histórico. As ocupações no âmbito do trabalho realizado nas atividades produtivas e nas atividades domésticas, e as ações de criação de novos objetos a partir da utilização de objetos já existentes e da mediação das técnicas era algo realizado em larga escala pelos africanos e seus descendentes. REIS, 2003, Apud MATTOSO:

Talvez o modelo mais abrangente de estrutura social para Salvador no século XIX, distingue quatro categoriais básicas: no topo, os senhores de engenho, grandes negociantes, altos funcionários do Estado e da Igreja, e finalmente os oficiais militares acima da patente de sargento-mor. Esses grupos teriam poder ou riqueza (ou ambos) e aspiravam, às vezes com sucesso, aos títulos de nobreza distribuídos pelo governo imperial a partir de 1822.

A segunda categoria era formada pelos funcionários intermediários do Estado e da Igreja, os profissionais liberais, oficiais militares, comerciantes, mestres-artesãos enriquecidos e um contingente razoável de baianos que viviam de rendas geradas pelo aluguel de casas e escravos, ou pela agiotagem.

Um terceiro escalão representava funcionários públicos menores, militares, profissionais liberais de reduzido prestígio social, quitandeiros, taverneiros, artesãos, vendedores ambulantes e outros trabalhadores de rua, entre os quais muitos libertos.

Finalmente, na base da pirâmide social estavam os escravos, mendigos e vagabundos – as “classes sociais perigosas” baianas da época.

Podemos observar que o referencial teórico e a orientação teórica utilizados por MATTOSO nas suas análises acerca dos sistemas de estratificação social e de definição das hierarquias sociais foram tomados emprestados de WEBER e suas formulações sobre a estratificação das sociedades capitalistas, que incluíram outras variáveis além da posse de riqueza ou patrimônio material como referencial de análise acerca dos elementos definidores das posições sociais ocupadas pelas famílias e indivíduos no esquema de estratificação social numa dada sociedade. Elementos como prestígio social são tratados nas análises de Weber também como fator de conquista de uma boa posição social nas sociedades ocidentais.

No território usado e no espaço habitado de Salvador, as técnicas, os objetos e as ações utilizados nos processos de transformação da natureza, de artificialização de parte dela para que servisse de maneira mais adequada aos objetivos e necessidades das pessoas que habitavam a cidade naquele período histórico, analisados do ponto de vista das atividades produtivas, eram mais diversificadas e abrangentes nas atividades econômicas do setor terciário, em decorrência da maior importância das trocas comerciais para a economia de Salvador e da Bahia, MATTOSO, 1992, além do grande volume de outros serviços, que também cumpriam papel expressivo na economia da cidade. A maior presença e utilização das técnicas ligadas às atividades comerciais devia-se a uma característica do Brasil, da Bahia e da Salvador daquele período histórico, que no que diz respeito à divisão territorial do trabalho ainda estava quase exclusivamente marcada pelos elementos do mercantilismo, envolvendo sistemas técnicos atrasados e distintos em relação

aos utilizados na produção industrial, ou seja, sistemas técnicos de uma fase anterior à produção industrial, que já andava de vento em popa na Europa, notadamente na Inglaterra.

Nas atividades comerciais de grande e médio porte, que utilizavam as técnicas e os objetos mais avançados no território usado e no espaço habitado de Salvador, naquele período técnico, a presença dos indivíduos pertencentes ao grupo racial branco era majoritária, e quase que exclusiva no que diz respeito à propriedade do negócio, BACELAR, 2001. A quantidade expressiva de pessoas pertencentes ao grupo racial dos pretos e pardos participava mais do comércio de rua, utilizando objetos e realizando ações mediadas por técnicas do que hoje identificamos como comércio de produtos e mercadorias como vendedores ambulantes. Outra participação significativa dos pretos e dos pardos, ou seja, do grupo racial composto por africanos e descendentes de africanos acontecia no transporte braçal de mercadorias e outros bens, onde os negros, organizados nos Cantos, grupos de trabalho etnicamente reunidos para realizar trabalho braçal, ofertavam esses serviços de transporte em Salvador, REIS, 2000. As técnicas de transporte de mercadorias na cabeça e nos ombros, empreendidas pelos africanos e seus descendentes, técnicas defasadas em relação às mais adequadas para aquele período, também revelam mais um viés da inacessibilidade dos negros às técnicas mais modernas e avançadas, já disponíveis naquele período histórico.

O período imediatamente anterior ao fim do regime de escravidão foi marcado por significativos debates acerca das mudanças que se faziam necessárias na sociedade brasileira e baiana, neste caso, com destaque para Salvador e Recôncavo. As técnicas de partido e associação, WEBER 2003 e 2009, GERTH e MILLS 2008, GIDDENS 2005, foram extremamente acessadas e usadas pelas elites brasileiras e baianas naquele período histórico. Elas foram fundamentais para viabilizar a manutenção do poder das elites e para a redefinição das posições das Províncias ou Unidades da Federação na nova divisão do trabalho que nascia no interior do território brasileiro. Com a redefinição da divisão interna do trabalho, Províncias como Bahia e Pernambuco, que ocupavam posição de destaque na divisão interna do trabalho, passaram a desempenhar papéis secundários nos processos produtivos dentro do território, no que diz respeito às relações de

produção. E, passaram a ocupar um papel relativamente importante no jogo político e institucional existente no território nacional, notadamente no processo representativo, devido ao grande contingente populacional e aos aspectos simbólicos, remanescentes de um poder outrora fortemente existente.

Mesmo assim, provavelmente pelas características intrínsecas às elites brasileiras, as nordestinas e a baiana particularmente não seriam diferentes, não houve posicionamentos na disputa pela redefinição do concerto territorial nacional tendo como perspectiva a inserção da Província da Bahia de uma maneira inclusiva da maioria de seu povo. Nem do povo social e economicamente incluído, ou seja, dos descendentes de portugueses, muito menos dos descendentes de africanos. A movimentação das elites baianas na redefinição do concerto territorial nacional aconteceu, fundamentalmente, numa tentativa de preservar seus interesses mais estritos no jogo de poder nacional, mantendo suas propriedades e negócios inclinados para relações de produção arcaicas, que não enxergavam nos processos de produção capitalistas modernos, com estatutos modernos nas relações, e com a constituição de mercados de massa como um caminho mais abrangente em termos de participação da maioria do povo nos processos de produção e consumo.

É fundamental registrar que as mudanças nas relações sociais e nas relações de produção, na Bahia, não implicaram em mudanças significativas quanto às técnicas utilizadas nos processos de constituição e de uso do território e de produção e habitação do espaço. Ou seja, no cotidiano das relações de produção e das relações sociais, no dia a dia das atividades econômicas, das atividades institucionais e das atividades domésticas, seja no que diz respeito à posse e ao acesso das classes sociais e dos grupos sociais quanto aos sistemas técnicos dispostos na paisagem, seja no que diz respeito às técnicas não aparentes, porém, imprescindíveis nas relações sociais, notadamente nas relações políticas e institucionais, para viabilizar a disputa de posições nos processos políticos, institucionais e culturais, que permitem o acesso às posições de Estado e de Governo e à reprodução do poder, da dominação e da hierarquização da estrutura social.

As técnicas de partidos, weberianamente falando, permaneceram como algo quase que exclusivamente das elites, que, naquele período histórico, somente eram encontradas no grupo racial branco. O grupo racial negro, tendo recém ultrapassado

o regime de escravidão, enfrentando diversos obstáculos ao acesso às posições de prestígio social, não ocupava posições de mando nas relações sociais, mesmo com a existência de fatos curiosos como um escravo ser dono de outro escravo, casos isolados e raros na vida social e econômica daquele período histórico. Além disso, o grupo racial negro era essencialmente disperso em termos organizativos, empreendendo raras iniciativas associativas e abertas para a disputa dos rumos políticos, sociais e econômicos da Salvador da época. Tudo isso decorrente da grande adversidade imposta aos negros na vida política e social soteropolitana daquele período histórico.

Portanto, o estágio organizacional dos negros estava longe dos conceitos de organizações ou associações que pudessem ser interpretadas como partidos de acordo com os conceitos de WEBER, 2003 e 2009. Afinal, estes conceitos refletiam percepções teóricas de experiências políticas e organizacionais vivenciadas na Europa, não na África. Então, o grupo racial dos descendentes de africanos se apropriavam de outras formas de organização e associação para a disputa de posições na vida política e social soteropolitana. Talvez por isso, além dos grandes obstáculos impostos pelas reminiscências do Regime de Escravidão, justifique-se a pouca influência dos negros na definição dos rumos da nova sociedade, inaugurada com os acontecimentos históricos da Abolição e da República. Mesmo assim, não podemos negligenciar que o fim da escravidão e o advento da República devem-se, também, à luta dos africanos e de seus descendentes. Além de tudo isso, é claro que não podemos esquecer que entre todas as técnicas de conquista e exercício de poder naquele período histórico as técnicas baseadas na força eram definitivas para a conquista e exercício de poder, para o comando do território e para o regramento dos seus usos, ou seja, o poder e o exercício do mesmo precisavam e muito da utilização das técnicas militares.

O acesso e uso das técnicas de partido, de associação pelos negros eram bastante dificultados pelas elites devido ao que o acesso e uso dessas técnicas poderiam implicar em termos de ameaça ao poder das elites soteropolitanas, naquele período histórico. Afinal, os negros realizaram algumas rebeliões ao longo do regime de escravidão, com destaque para a Revolta dos Búzios, uma tentativa de conquista do poder com a utilização das técnicas da política e da persuasão social, buscando a

implantação de uma nova sociedade, sem escravidão e baseada nos valores que orientaram a Revolução Francesa, porém, tal experiência sofreu de insuficiência no uso das técnicas e dos recursos militares, elementos decisivos para vitória de uma rebelião naquele período histórico. E, também com destaque para a Revolta dos Malês, uma rebelião urbana, ocorrida em 1835, liderada por negros malês, também com insuficiência de uso das técnicas militares de conquista de poder, porém com grande abrangência e participação dos negros que, “se uma rebelião das mesmas proporções acontecesse na virada para o século XXI em Salvador, com seus quase três milhões de habitantes, resultaria na punição de cerca de 24 mil pessoas, REIS, pg. 9, 2003.

No final do século XIX, mesmo com a Abolição e a República, os negros escravos e também os libertos vivenciaram vários obstáculos às técnicas já disponíveis no território de Salvador, fração do território nacional, nas relações sociais e raciais em curso no Brasil e na Bahia. Naquele período histórico os negros, inclusive os libertos, viveram o distanciamento das técnicas que funcionavam em torno dos objetos técnicos jornal e livro, seja para escrevê-los, seja para confeccioná-los, seja para realizar a leitura. A grande maioria dos negros não teve acesso às técnicas da educação vigentes naquele período, algo quase que impensável para os negros escravos, e muito pouco acessível para os negros libertos.

Os negros que não mais viviam nas áreas reservadas para os escravos nas casas dos senhores de escravos, a grande maioria utilizava técnicas habitacionais bastante defasadas quando comparadas com as já disponíveis e utilizadas na Salvador daquele período. Realizavam as técnicas de transporte de pessoas ou de mercadorias com objetos técnicos cuja força motriz era o próprio corpo; as técnicas de associação e partido na perspectiva abordada por Weber também não eram utilizadas expressivamente pelos negros, como já dissemos anteriormente; mesmo as técnicas de trabalho no comércio eram acessadas por poucos indivíduos pertencentes ao grupo racial negro. Os negros estavam presentes de maneira expressiva, no âmbito estritamente urbano, na realização de trabalhos braçais em geral, e tinham uma participação muito pequena nas atividades de comércio; na

realização dos trabalhos domésticos; e, nas outras atividades de produção econômica, os negros estavam presentes no trabalho realizado no engenho, no âmbito rural, nas áreas próximas a Salvador e, notadamente no Recôncavo.

Afinal, para cumprir um papel de sujeito histórico, e alargar a influência dos negros na nova sociedade pós-escravidão e início da República, era necessário, antes de tudo, dominar e empreender com altivez as técnicas militares de conquista de poder e de domínio de território com a força, dominar as técnicas de associações, de organizações, de disputa do poder político, econômico e social naquela e numa dada sociedade. Enfim, nos termos em formulou Weber, as técnicas de partido eram expertises pouco presentes no cotidiano da grande maioria das pessoas pertencentes ao grupo racial negro. Tal limitação ou insuficiência decorreu essencialmente da condição de escravizado, que não lhe permitia exercer o domínio e o empreendimento abertos das técnicas de partido, por um lado, e por outro, a diversidade de nações e línguas, além de um “desejo” de retorno às nações de origem, e de um sentimento de não pertencimento àquele mundo de extrema exclusão e negação de direitos elementares.

O ordenamento e o funcionamento econômico e social das sociedades precedentes, os processos de constituição e uso do território das sociedades passadas, os mecanismos de produção e de habitação do espaço nas sociedades anteriores podem ser mais bem compreendidos a partir dos conhecimentos que temos acerca do funcionamento, da organização e da estruturação das sociedades atuais, geograficamente, socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente. No atual período histórico, sabemos o quanto é difícil a organização social e política das classes e dos grupos sociais subalternos, mesmo em regimes democráticos, que funcionam política e institucionalmente com a permissão para a aberta associação dos indivíduos e dos grupos sociais, a partir dos diversos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais.

Então, partindo da análise do funcionamento das sociedades atuais podemos concluir o quanto era difícil o exercício das técnicas de associação, para todos os grupos sociais subordinados ao mando do senhor de engenho, principalmente para os negros escravos e, também, para os libertos. Daí a sugestão de identificação e percepção do quanto era adversa para os negros a organização em associação

aberta para o exercício do papel de partido naquela sociedade que funcionou do final do século XVI até o final do século XIX, mesmo no período de efervescência abolicionista e republicana. Afinal, uma das questões centrais na concepção da nova nação era a definição de qual o lugar dos africanos e dos seus descendentes, enfim, dos negros em geral na nova nação que surgia após Abolição e com a inauguração da República, SKIDMORE, 1989. As inconstâncias e até mesmo negação do reconhecimento dos negros como integrantes da nação brasileira, em igualdade de direitos e de deveres, permaneceu na vida social, política e cultural brasileiras até as primeiras décadas do século XX, as investidas dos Museus e Institutos Históricos e Geográficos tentando afirmar uma suposta inferioridade racial dos negros são mais que evidências de uma subcidadania para os negros na vida brasileira, SCHWARCZ, 2007.

CAPÍTULO 3

TÉCNICAS, CONSTITUIÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO E PRODUÇÃO E HABITAÇÃO DO ESPAÇO, EM SALVADOR.

Para uma compreensão, interpretação e análise acerca da distribuição do acesso às técnicas no território e no espaço de Salvador, como frações, respectivamente, do território brasileiro e do espaço total, é fundamental permanecer com a análise acerca da formação sócio-espacial e com a análise acerca de como ocorreram os processos de constituição do território brasileiro. Então, é fundamental identificar como as classes e os grupos sociais participaram desses processos, quais os benefícios e compensações as classes e os grupos sociais obtiveram no fazer histórico de constituir o território e de produzir o espaço, como as classes e grupos sociais usaram o território e como habitaram o espaço, na longa jornada de construir o Brasil, suas regiões e seus lugares.

A evolução dos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço de Salvador, como frações do território brasileiro e do espaço total foi, como não poderia deixar de ser, fortemente marcada pelas relações sociais e de produção ocorridas no final do século XIX, ou seja, pelas ações realizadas pelos homens e mulheres soteropolitanos utilizando o conjunto de técnicas não aparentes acessíveis, disponíveis e usadas pelas classes sociais, pelos grupos sociais, pelas instituições de Estado e de Governo, pelas empresas, pelas famílias e pelos indivíduos, e pelo conjunto de técnicas aparentes, dispostas na paisagem, ou seja, pelos objetos técnicos, acessíveis e usadas no período histórico que engendrou a Abolição da Escravatura e a República.

O posicionamento das classes e dos grupos sociais nas diversas relações sociais, econômicas e de poder; e a participação das classes e dos grupos sociais nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço no final do século XIX, quando foi posto fim ao Regime de Escravidão e ao Império, com o Brasil e, conseqüentemente, a Bahia ingressando em um novo período histórico regido pelo trabalho livre e pelas relações políticas e institucionais republicanas, viabilizaram as posições dessas mesmas classes e grupos sociais nas

relações sociais e de produção, nos processos de constituição e usos do território e na produção e habitação do espaço de Salvador, como frações do território e do espaço.

O acesso às técnicas, associado à posse e utilização dos objetos nos processos de constituição e uso do território e na produção e habitação do espaço são determinantes para a viabilização da vida das classes e dos grupos sociais, para a vida das famílias nas suas realizações cotidianas, para as ações das instituições de Estado e de Governo, e para as operações das empresas em seu incessante processo de produção. Enfim, técnicas e objetos são, respectivamente, meios e instrumentos utilizados pelos homens na criação de novos objetos e nos processos de transformação da natureza, artificializando-a para que ela sirva melhor e mais adequadamente aos homens na sua vida cotidiana. Além de viabilizar as ações humanas no presente, o acesso às técnicas e a posse e uso dos objetos permite e cria, a partir dos processos de constituição e uso do território e de produção e habitação do espaço, a possibilidade de manter, e até mesmo ampliar para o futuro as posições e conquistas sociais e econômicas de quem tem o acesso às técnicas e a posse e uso dos objetos nas relações sociais e de produção numa dada fração do território e do espaço.

No final do século XIX iniciou-se uma redefinição das posições das Unidades da Federação no concerto político, econômico e social nacional, ou seja, iniciou-se uma redefinição no que diz respeito à divisão territorial do trabalho quanto às frações do território do Brasil. As frações do território nacional mudaram de posição quanto à importância política, econômica e social na vida brasileira. As Unidades da Federação situadas na Região que hoje é conhecida como Nordeste perdeu importância nos concertos econômico e político existentes no Brasil após a Abolição da Escravidão e início da República. A Bahia e Pernambuco que tiveram grande importância no Período Colonial, e ainda prolongou sua importância até a primeira metade do século XIX, importância menor que no Brasil Colônia, representaram um papel bastante expressivo na definição dos rumos do Brasil, passaram a ocupar um papel secundário nos concertos econômico e político, onde suas elites se articulavam nos processos políticos nacionais cumprindo um papel colaboracionista nas estratégias e esquemas de poder empreendidos pelas elites da Região que hoje

conhecemos como Sudeste, notadamente as de São Paulo e Minas Gerais, preocupadas prioritariamente em salvar e preservar seus interesses específicos, com quase nenhum interesse em inserir a maioria da população baiana e pernambucana em posições satisfatórias no concerto político, econômico e social brasileiro.

As mudanças de posições das Unidades da Federação expressaram os estágios das técnicas nas diversas frações do território brasileiro. As frações do território que conseguiram assumir a dianteira nos processos de produção econômica, de constituição do território e de produção do espaço, também conseguiram construir sistemas técnicos mais avançados, mais desenvolvidos, mais modernos, e ocuparam posições mais vantajosas nos concertos político, econômico e social brasileiros. Afinal, dispor de sistemas técnicos mais avançados sempre significou empreender ações mais eficientes e mais adequadas aos processos de transformação da natureza, sempre significou arregimentar os meios mais eficientes e eficazes de artificialização do mundo natural, para permitir com que os agentes estabelecidos nas frações mais avançadas do território tivessem uma inserção mais competitiva nas diversas relações econômicas e sociais existentes inter frações do território, e do território como um todo na divisão territorial trabalho que se configurou naquele período histórico.

As frações do território que reúnem um número maior de agentes acessando técnicas mais modernas, técnicas mais avançadas nos diversos processos de trabalho, têm vantagens em relação às demais, seja no âmbito das atividades econômicas, onde os homens e mulheres empreendem ações para a criação de objetos para venda e consumo nos mercados, seja nas relações domésticas onde as técnicas e os objetos são utilizados, como nas atividades econômicas, nas diversas formas de constituição e uso do território e de produção e habitação do espaço. Ou seja, as técnicas mais avançadas permitem a criação de novos objetos de maneira mais rápida, além de permitir mais eficientemente a criação dos objetos mais adequados para a realização das ações nos processos de produção econômica e nos diversos processos da vida doméstica. Enfim, realizando de maneira mais vantajosa os processos de constituição e uso do território e de produção e habitação do espaço. O mesmo não pode ser dito com relação às frações do território brasileiro

que perderam posições por permanecerem utilizando de forma preponderante sistemas de técnicas mais atrasadas, isto é, técnicas defasadas em relação às existentes ou disponíveis nos sistemas mais modernos.

As mudanças de lugar na hierarquia da divisão territorial do trabalho, internamente ao Brasil, ocorreram em decorrência do papel desempenhado pelas lideranças das frações do território no interior da disputa dos rumos do Brasil quanto ao fim da Escravidão e quanto ao fim do Império. É claro que esses dois elementos decisivos na agenda brasileira daquele período histórico tiveram seus desdobramentos em questões outras umbilicalmente relacionadas às duas principais, ou seja, se desdobravam na luta pela definição de como os descendentes de africanos seriam inseridos no novo concerto nacional que nascia, ou seja, de como os negros seriam inseridos na nova nação brasileira pós Abolição e fim do Império; o estabelecimento do trabalho livre, em todo o território nacional, em todas as atividades econômicas, onde a legalidade das relações de trabalho estabelece que todo trabalhador tem liberdade de escolha acerca de onde trabalhar, com o que trabalhar, de ir e vir e de trocar sua força de trabalho por um salário ao fim de uma jornada estabelecida em um contrato tácito ou explícito; e ainda relacionado ao fim da Escravidão a tomada de decisão pela contratação em massa de assalariados estrangeiros mediante incentivos à vinda de imigrantes europeus.

Com relação ao fim do Império e a instauração da República, estiveram na ordem do dia às questões relativas ao processo representativo, próprio das sociedades que são ou que se pretendem democráticas. Então, a definição de como seria o processo representativo e quem teria o direito de se fazer representar. Quais os atributos indispensáveis ao reconhecimento e ao exercício da cidadania, ou seja, em poucas palavras: quem vota e quem será votado. Então, esse conjunto de questões esteve no cerne das definições das posições das frações do território quanto à hierarquia delas no concerto político, econômico e social brasileiro.

Os processos de definição dos rumos do Brasil após a Abolição da Escravidão e inauguração da República foram marcados por diversas ações das elites dominantes, que travaram embates bastante aguerridos no sentido de definir a nova nação e, conseqüentemente, como que os diversos grupos sociais se enquadrariam na nova

nacionalidade. Nas empreitadas para definir a nova nação brasileira, para definir como seriam distribuídos e reconhecidos os direitos sociais e de cidadania dos grupos sociais, para definir como seriam distribuídas as oportunidades e benefícios socialmente criados naquele período histórico, houve uma definitiva unidade entre as elites que comandavam as diversas Unidades da Federação: a manutenção da exclusão dos negros, enquanto grupo racial, do acesso às técnicas, dos direitos, dos bens e benefícios socialmente constituídos e criados.

A diversidade de estratégias das elites brasileiras, empreendidas nas antigas Províncias e hoje Unidades da Federação, se consolidou em uma unidade que foi o não reconhecimento dos negros inteiramente como cidadãos pertencentes à nação brasileira em igualdade de direitos com relação ao grupo racial branco. A unidade na diversidade das elites, Brasil adentro, foi a exclusão dos negros, que permaneceram sem acessar as técnicas essenciais para viabilizar uma vida de direitos e bem estar, no Brasil e nas frações do seu território, inclusive na Bahia e em Salvador.

A diversidade de estratégias empreendidas pelas elites dominantes no Brasil adentro teve suas especificidades na Bahia, como podemos observar nas obras de alguns pesquisadores. Começaremos por Bacelar, 2001, pg. 18:

Após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, para os grupos dominantes identificados com o modelo branco da prestigiosa civilização europeia, tornava-se fundamental deter o processo de ascensão, mesmo limitado e minoritário, e manter o controle dos ex-escravos e seus descendentes. A inexistência de estatuto civil diferenciador entre negros e brancos, de acordo com a constituição republicana e democrática, demandou o retorno de elementos antigos, demarcadores, de natureza racial da formação portuguesa, devidamente atualizados na ordem social que se instaurou.

O novo estatuto social surgido com a Abolição da escravidão e com a Proclamação da República colocou as elites dominantes diante uma encruzilhada: como aceitar os africanos e seus descendentes com igualdade de direitos conforme estabelecia a Constituição nascida com a República? A saída encontrada pelas elites dominantes foi colocar o critério raça como elemento determinante da definição do lugar das pessoas, das famílias e dos grupos raciais na vida social brasileira e baiana, como revela BACELAR, 2001, ainda na pg. 18:

O critério racial, tendo por base a cor e seus componentes coadjuvantes, tornou-se o principal vetor restritivo à ascensão social e a marca da desqualificação do suposto cidadão. A inferioridade biológica e cultural dos negros e os problemas derivados da mestiçagem, constantes nas “teorias raciais nacionalizadas”, sincronizaram-se perfeitamente com o ideário dos grupos dominantes, porém, nada disso era exposto diretamente. Primeiro porque definir publicamente a inferioridade do negro seria uma forma de despertar formas de organização societárias homogêneas na população majoritária com a ordem jurídica instalada, onde o modelo liberal regulamentava a esfera pública. Muito mais efetiva era a construção de atributos, a partir da vivência, das práticas, do cotidiano dos negros pobres de Salvador, tornados “naturais” – vadio, violento, criminoso, alcoólatra, sem família organizada, feitiçeiro –, a caracterizar negativamente a sua situação.

A estratégia inicialmente implementada pelas elites dominantes na Bahia no período imediatamente após a Abolição teve como busca central o não reconhecimento ou não aceitação dos negros com direitos iguais aos dos brancos na nova sociedade que nascia. Essa foi a marca comum às diversas estratégias postas em prática pelas elites dominantes nas diversas Províncias. Na Bahia a perspectiva das elites dominantes foi de inferiorizar os negros como mecanismo de realização de sua estratégia inicial. As evidências dessa pretensão podem ser observadas em BACELAR, 2001, pg.19:

Os elementos presentes na cultura de segmentos das camadas pobres tornaram-se componentes do ser negro em Salvador, daí a equação negro igual à pobreza e vice-versa. Por sua vez, formou-se uma identidade contrastiva entre negros e brancos. O negro era o outro inferior e incivilizado, em relação ao branco, superior e portador dos padrões civilizatórios europeus. Representações e ações, preconceito e discriminação racial, inoculados no dia-a-dia, na vivência cotidiana de negros e brancos a gerar em todos os segmentos da sociedade a internalização dos valores e condutas racistas.

Dentro da diversidade de estratégias empreendidas pelas elites dominantes, em suas respectivas Províncias, não podemos perder de vista a busca por referências constitutivas de uma nacionalidade, de preferência com elementos e fatores que remetessem ao ideário europeu, fortemente influente no Brasil daquele período, que tomava a Europa como modelo para diversos aspectos essenciais para instituição da vida política, social e cultural brasileira, notadamente quanto às questões raciais. Afinal, um espectro rondava a vida brasileira nacionalmente e em todas as suas Províncias, como preocupação destacada das elites da época: o que fazer com o negro? A resposta a esta pergunta das elites, que já era procurada desde muito antes do fim da escravidão, foi construída de maneira diversificada em cada Província, porém, com uma unidade dentro dessa diversidade: a construção de uma

nova nacionalidade não reconhecera o negro como ente racial nacional. Indicações dessa perspectiva das elites podem ser observadas particularmente em São Paulo, com as estratégias das elites dominantes paulistas reveladas por AZEVEDO, 2004, pg. 51:

Nesse meio tempo esperava-se que o país pudesse preencher uma carência básica apontada por quase todos os autores já vistos até aqui: a nacionalidade. Para isso era preciso que se forjasse uma população plenamente identificada com a idéia de pátria, de sociedade brasileira, não só em termos de limites geográficos como principalmente no sentido de uma ética nacional. Contudo, a percepção de uma explosiva heterogeneia sócio-racial destaca-se como um considerável entrave no pensamento daqueles que almejavam transformar o país recém-independente em nação.

A perspectiva das elites que comandavam o Brasil expressa nos embates nacionais e nas buscas de caminhos em cada Província continuava fortemente marcada pela pergunta que não se calava, afinal definir o que fazer com os negros significava definir o que fazer com um grupo racial que esteve no centro dos processos produtivos realizados na economia brasileira, que teve papel essencial nos processos de constituição do território e de produção do espaço, ainda que sob a condição de escravizado. Durante séculos os processos de transformação da natureza, tornando-a mais adequada para a realização da vida dos homens e mulheres, enfim, os processos de trabalho ao longo de centenas de anos, seja nas atividades produtivas usando objetos já existentes para a criação de novos objetos, seja nas atividades domésticas usando objetos para a realização das tarefas nas residências, contaram com uma larga, quase exclusiva, participação dos negros. Então, diante dessa circunstância, não foi tarefa fácil para as elites encontrar a resposta e os procedimentos que dela decorriam.

As elites dominantes brasileiras enxergavam os modelos europeus no seu horizonte e viam neles possibilidades de grande contribuição na formulação e concepção do que imaginavam como elementos constitutivos da nação brasileira, naquele período histórico. Ainda em AZEVEDO, 2004, também na pg.51, encontramos mais elementos reveladores da perspectiva das elites, especificamente as de São Paulo:

Sob a influência das teorias científicas raciais que então se produziam na Europa e nos Estados Unidos e açodados pela percepção de que o fim da escravidão se avizinhava cada vez mais, vários reformadores passaram a tratar do tema do negro livre não mais do ângulo inicialmente proposto – o da coação do ex-escravo e demais nacionais livres ao trabalho –, mas sim da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas.

O caminho de busca dos imigrantes, notadamente europeus, para substituir os africanos e seus descendentes, ou seja, os negros nos processos de trabalho após a Abolição não foi seguido por todas as Províncias, pelo menos não foi seguido na mesma dimensão. Embora iniciativas dessa natureza tenham ocorrido em outras regiões do país, o fenômeno da busca de imigrantes para substituir os negros nos processos de trabalho aconteceu com intensidade nas regiões que hoje conhecemos como Sul e Sudeste. Essa concentração das expectativas e ações em torno do imigrante como alternativa aos negros nos processos de trabalho e, também, como elemento que engrandeceria a nação brasileira não se espalhou por todas as Províncias. Na verdade o que houve como enfrentamento e resposta à pergunta o que fazer com o negro foi uma variedade de estratégias das elites nas diversas Províncias.

Como foi dito acima, o que prevaleceu como unidade das elites dominantes foi à relutância e até mesmo o não reconhecimento do negro como elemento digno de integrar a nação brasileira. Os negros estavam invariavelmente associados ao atraso social e econômico, por ser considerado pela maioria das elites dominantes como uma sub-raça. Daí os obstáculos ao acesso às técnicas mais adequadas para a realização dos diversos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Esse olhar das elites dominantes acerca dos negros e o que esperar deles na vida social, econômica e cultural brasileira foi, por muito tempo, seguramente até as três primeiras décadas do século XX, motivo de um grande debate na intelectualidade, particularmente na comunidade científica, e que pode ser constatado através de MOTA, 2003, PG. 47:

Na mesma posição estaria o renomado médico Nina Rodrigues, que não só aceitou a premissa básica do racismo, ou seja, a superioridade da raça branca, como acusava na miscigenação um mecanismo de degeneração que afundaria o país no caos e na selvageria. O que prevaleceu foi, ao contrário de Bonfim e Araripe Júnior, uma visão que anuía com as determinações raciais. Essa discussão acalorada tinha como pano de fundo uma disputa intelectual que girava, como vimos, em torno da construção nacional e das saídas possíveis para os impasses que minavam o lugar pretendido pelas elites dominantes no mundo rico e bem-criado.

O ingresso do Brasil em um mundo regido por relações de produção capitalista, onde os processos de trabalho nas atividades produtivas ocorriam tendo o assalariamento como forma de recompensa aos que trabalhavam nas atividades produtivas, não mais existindo a figura do escravo, assim como nas atividades

domésticas implicaria na criação de relações sociais e de produção bastante diferente das existentes em regimes de escravidão. Percorrer o caminho das relações de produção capitalista, enveredar por um mundo baseado no trabalho assalariado requer um sistema de leis que assegure direitos das partes envolvidas nos processos produtivos. Além disso, se faz necessário um conjunto de instituições e seus respectivos conjuntos de técnicas realizadoras das ações e procedimentos institucionais. É preciso praticar e desenvolver relações sociais compatíveis com o funcionamento democrático da sociedade, com a realização efetiva dos direitos dos cidadãos, seja nas relações de trabalho, seja nas relações políticas, seja nas relações civis, seja no conjunto de questões diretamente e indiretamente relacionadas a uma efetiva sociedade de homens e mulheres livres na realização das diversas relações sociais.

Era preciso criar as condições para viabilizar o acesso dos cidadãos às diversas técnicas essenciais para a reprodução das relações de produção inauguradas com o fim do regime de escravidão. Era preciso construir um sistema político que passasse para os diversos agentes estabelecidos no território brasileiro, inclusive os nativos, a segurança de que a chegada aos postos de governo não implicaria em um exercício de poder que colocasse dificuldade para os agentes, ou seja, era preciso garantir a livre iniciativa e o ir e vir dos diversos cidadãos. Era necessário conceber e desenvolver um sistema de leis que garantisse os direitos dos diversos cidadãos, também era preciso viabilizar o respeito e o direito de propriedade, com a correspondente segurança pública que a protegesse. Enfim, era preciso praticar no cotidiano das relações sociais e de produção um conjunto de técnicas não aparentes na paisagem, que eram próprias das sociedades mais modernas, notadamente das que ingressaram nos processos de trabalho assalariado.

Além das técnicas citadas acima, era extremamente necessário conceber e desenvolver um sistema educacional amplo e abrangente para viabilizar o acesso de amplas parcelas da população à imprescindível educação para a qualificação das pessoas para os processos de trabalho na agricultura, nas fábricas, no comércio e nos serviços públicos e privados. Ou seja, era necessário preparar um grande

número de homens para exercer funções no mercado de trabalho, além, é claro, da necessidade de criar um “exército industrial de reserva” que contribuísse para tencionar para baixo o valor dos salários.

Ao lado das técnicas não aparentes na paisagem, era necessário conceber e desenvolver as técnicas aparentes na paisagem, afinal o processo de produção capitalista tem por natureza e essência a incessante criação de objetos para consumo e uso. Nunca antes da sociedade capitalista se produziu tanto, se criou tantos objetos, se usou e consumiu tantos objetos, sejam objetos que o processo de consumo os extinguiu imediatamente, sejam objetos cujo consumo dura ao longo do tempo. Nunca antes da sociedade capitalista se constituiu e se usou o território tão aceleradamente, nunca se produziu o espaço tão velozmente, nunca se habitou o espaço realizando tantas ações simultaneamente e em tão curto tempo. O uso dos objetos já existentes na realização das diversas ações do habitar e para a criação de novos objetos em um território concreto é a razão de ser do capitalismo, é o infundável processo de constituição e uso do território e o incessante processo de produção e habitação do espaço.

O período histórico inaugurado com o fim da Escravidão e com a República, mesmo significando a aurora de um novo tempo nas relações sociais e nas relações de produção, colocava o Brasil e as frações de seu território ainda subordinados aos processos determinados pela divisão territorial do trabalho, no plano internacional, onde a Inglaterra permanecia com suas posições vantajosas, e os Estados Unidos passavam a assumir um papel de destaque no cenário político e econômico mundial e, juntos Inglaterra e Estados Unidos se destacavam no concerto das nações. Empreendendo ações de hegemonia, Inglaterra e Estados Unidos, regiam as posições da maioria das nações que estavam integradas aos processos de produção capitalista no concerto econômico e político internacional, ocupando papéis privilegiados na divisão territorial do trabalho, cabendo aos demais países integrados um papel subordinado quanto aos processos de evolução do sistema capitalista.

As posições de destaque alcançadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos no contexto político e econômico mundial deveram-se ao fato desses países possuírem, naquele período histórico, os sistemas técnicos mais avançados, que viabilizaram as

diversas ações de constituição e usos dos seus territórios e de produção e habitação de seus espaços. Tudo isso, como resultado dos processos de artificialização do mundo natural, de transformação da natureza tornando-a cada vez mais adequada à reprodução da vida humana, à satisfação das necessidades das instituições de Estado e de Governo, das empresas e das famílias. Além disso, a Inglaterra e os Estados Unidos gozavam de larga vantagem com relação às demais nações quanto à invenção e ao acesso às técnicas mais modernas utilizadas nos processos de criação de novos objetos e quanto à celeridade na constituição e usos dos seus territórios e à produção e habitação de seus espaços.

Daqui, do atual período histórico, da segunda década do século XXI, podemos observar melhor o quanto as técnicas e as ações acessadas e utilizadas pela Inglaterra nos seus processos de constituição e usos do seu território e nos processos de produção e habitação de seu espaço, no âmbito das relações sociais e das relações de produção ocorridas no território da própria Inglaterra, e nas relações políticas e econômicas internacionais, onde ela teve papel de destaque buscando realizar seus interesses no contexto da divisão territorial do trabalho, que influenciou o Brasil na segunda metade do século XIX no que disse respeito à ocorrência dos eventos, no que se tratou do andamento dos acontecimentos para que eles ocorressem de uma maneira mais adequada aos interesses ingleses, ou seja, para que a ocorrência dos eventos se desse como realização dos interesses da Inglaterra. Tudo isso no interior da divisão territorial do trabalho, é claro sem a velocidade dos dias de hoje, buscando melhorar as posições dos diversos agentes ingleses nos concertos econômicos, político e militar mundial.

No período histórico que transcorreu entre 1850 e 1889 o território brasileiro e suas frações, incluindo a Bahia, destaque para Salvador e Recôncavo, além das influências exercidas por Portugal, devido aos laços e interesses da outrora Metrópole, foram muito influenciados pelas técnicas e ações de realização de poder político e diplomacia, de poder econômico e de poder militar empreendidas pela Inglaterra, com o objetivo de consolidar e ampliar as suas posições e vantagens no interior da divisão territorial do trabalho, em curso naquele período histórico. Tais

técnicas e ações se destacavam já em 1808 com as pressões pela abertura dos portos brasileiros, e continuaram com as pressões e medidas para limitar e extinguir a Escravidão no Brasil.

O Brasil, naquele período histórico, encontrava-se no interior de uma totalidade cuja expressão mais imediata histórica e geograficamente era a divisão territorial do trabalho. Nesta distribuição do papel produtivo, economicamente falando, do papel político no relacionamento diplomático entre as nações, da posição dos países quanto à distribuição das técnicas e das capacidades de constituir e usar território e de produzir e habitar o espaço, e do papel de defesa das nações e de seus territórios de agressões externas, militarmente falando, o Brasil ocupava um papel periférico, com pouca influência nos processos decisórios no jogo político, diplomático e também no militar. E, no âmbito econômico também cumpria um papel de colaboração aos objetivos de negócios empreendidos pelas empresas inglesas, além de ter sistemas técnicos menos avançados que os existentes na própria Inglaterra, em outros países da Europa e nos Estados Unidos.

As limitações do Brasil e de suas Províncias, particularmente da Bahia, para viabilizar uma inserção positiva na divisão territorial do trabalho naquele período histórico traziam como causa as heranças do Regime de Escravidão. Já naquele período as mazelas da escravidão se colocavam como questões estruturais na formação sócio-espacial brasileira, repercutindo nos processos de constituição e usos do território e nos processos de produção e habitação do espaço logo nas primeiras décadas após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Alguns desses fatores estruturais, que repercutiam negativamente, ou seja, que se apresentavam no território e no espaço como obstáculos para o desenvolvimento do país podemos encontrar em SOUZA, 1996, pg. 26:

“Tal dimensão estrutural tem raízes profundas impossíveis de serem resgatadas aqui, mas que, sem dúvida nenhuma, podem ser resumidas em dois aspectos: 1) O Estatuto da Escravidão (século XIX) e sua longa permanência, aliado ao processo histórico de formação da nossa estrutura agrária...; 2) Os padrões sócio-político-institucionais herdados de Portugal e preservados no Brasil “independente.”

É importante registrar que o olhar de SOUZA, apresentando suas impressões e análise acerca de elementos constitutivos da formação sócio-espacial brasileira, reforça as análises que outros estudiosos que atuam em outras disciplinas fizeram

acerca do quadro apresentado no território e no espaço brasileiro e das ações realizadas pelos atores dominantes diante do quadro daquele período.

É amplamente sabido no mundo da geografia que as técnicas estão no centro dos processos de desenvolvimento das sociedades e de seus processos de produção. Afinal, como nos revelou SANTOS, 2002, pg. 171, “as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”. Ocupando papel essencial nos processos de desenvolvimento das sociedades as técnicas, no interior de seus sistemas, estão sempre se atualizando, se renovando, se modernizando para atender às necessidades de inovação e expansão dos processos de transformação da natureza empreendidos pelas ações dos homens e mulheres nos cotidianos processos de criação de objetos, artificializando a natureza para torná-la mais adequada aos usos e necessidades da humanidade. Esses processos constantes de transformação da natureza se expressam na constituição e usos do território e na produção e habitação do espaço, seja nas atividades produtivas economicamente falando realizando ações e utilizando objetos já na criação de novos objetos para usos e consumo da população, seja nas atividades de Estado e de Governo realizando ações e usando objetos já existentes, seja nas atividades realizadas por organizações civis realizando ações e utilizando objetos, seja nas atividades domésticas realizando as diversas ações do habitar utilizando objetos.

Nunca é demais lembrar que as técnicas e seus sistemas servem aos homens e mulheres como “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio” SANTOS, 2002, pg. 29. As técnicas constituem-se no principal meio de transformação da natureza, artificializando-a, colocando-a cada vez mais a serviço dos homens e mulheres na criação de novos objetos, utilizando objetos já existentes, numa constante invenção de meios para melhorar a vida cotidiana e para acelerar os processos produtivos, ou seja, na permanente constituição e uso do território e na incessante produção e habitação do espaço.

Após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República a sociedade brasileira e as suas diversas frações, a Bahia e Salvador particularmente, continuaram vivendo seus processos espaciais no território e no espaço e, conseqüentemente, no interior da divisão territorial do trabalho durante a evolução

dos seus sistemas técnicos e dos diversos aconteceres. É importante registrar que no interior da divisão territorial do trabalho, naquele período histórico, já existiam sistemas técnicos mais avançados nos territórios de países da Europa, notadamente no da Inglaterra, e no do próprio Estados Unidos, na América, com capacidade de realizar ações, de utilizar objetos e de criar novos objetos muito maior que a do período histórico anterior. Então, as defasagens dos sistemas técnicos existentes no território brasileiro em relação aos que eram mais avançados no interior da divisão territorial do trabalho se agravaram ainda mais, evidenciando um contraste bem maior que o existente no período histórico em que vigia o regime de Escravidão e o Império.

O Brasil, o seu território, as frações dele, em maior ou menor intensidade, estavam articulados com a divisão territorial do trabalho, o Brasil estava envolvido na divisão do trabalho social, como parte integrante dos sistemas de solidariedade orgânica, conforme DURKHEIM, 2004, enfim, articulado aos aconteceres solidários, conforme SANTOS, 2002, de solidariedade nas relações de troca de objetos, criados pelas ações dos homens usando objetos já existentes, nos processos de trabalho também integrados aos processos da divisão do trabalho social, ou da divisão territorial do trabalho, com todas as implicações do percurso que esta divisão provoca em termos de escala, ou melhor dizendo multi-escala, articulando os diversos territórios internacionalmente e suas frações nacionalmente. O Brasil, querendo ou não suas elites dominantes, já integrava a divisão territorial do trabalho, ou, numa linguagem mais próxima de outras disciplinas, integrava a divisão internacional do trabalho, com todas as implicações dessa condição. É claro que a integração do território brasileiro e de suas frações à divisão territorial do trabalho no período histórico imediatamente após a Abolição e a Proclamação da República, dada ao estágio de desenvolvimento que as técnicas apresentavam, não causou nem trouxe impactos tão contundentes e velozes como os que acontecem nos dias de hoje, como veremos mais adiante nos Capítulos 04 e 05 desta Dissertação.

A percepção acerca da divisão territorial do trabalho e suas implicações enquanto algo que compõe uma totalidade em permanente redefinição a partir das ações, dos eventos, dos aconteceres em andamento nos lugares foi apresentada, com bastante nitidez, por SANTOS, 2002, pg. 165:

Começemos por admitir que o planeta, como entidade material e humana, é uma totalidade, e que em cada um dos seus momentos, a história também é uma totalidade. Ambos, então, planeta e história, seriam realidades que permanentemente se transformam, para tornar-se, outra vez, planeta e história, ou, parafraseando Sartre, totalidades em permanente processo de totalização. A divisão internacional do trabalho pode ser considerada a energia desse movimento.

A percepção de SANTOS nos remete para o entendimento de que o território brasileiro é parte de uma totalidade expressa pela divisão territorial do trabalho, e que os eventos e acontecimentos em curso aqui no Brasil contribuem para um processo de permanente redefinição da divisão territorial do trabalho, rearranjando as posições dos integrantes da referida divisão a partir dos eventos e dos acontecimentos em andamento no lugar, ou seja, no território e em suas frações. Diante disso, não podemos perder de vista que o quanto mais adequadas forem as diversas ações, o quanto mais prósperos forem os diversos eventos e os diversos acontecimentos em andamento no território e suas frações em relação à totalidade, o rearranjo dessa totalidade se dará viabilizando melhores posições para o território e suas frações na nova divisão territorial do trabalho que surge a cada mudança da totalidade.

Tomando as mesmas referências teóricas e os mesmos postulados teóricos para utilizá-los em outro prisma de análise, ou seja, para uma abordagem que vá além dos eventos e dos acontecimentos em andamento ou em curso no território e suas frações, e considere a participação das classes e dos grupos sociais nos eventos e nos acontecimentos, idem quanto à participação das famílias e dos indivíduos, a participação das instituições públicas e privadas, a participação das diversas empresas e a participação das diversas organizações civis, podemos concluir que quanto mais prósperos forem os eventos e os acontecimentos que os entes citados acima participem melhores serão as posições desses entes no interior da divisão do trabalho interna ao território e, conseqüentemente, das posições na divisão territorial do trabalho. Então, quanto mais classes sociais, grupos sociais, famílias e indivíduos, instituições diversas e empresas diversas participarem de eventos e acontecimentos prósperos melhores serão as posições dos citados acima na divisão interna do trabalho e, conseqüentemente, na divisão territorial ou internacional do trabalho.

A análise dos processos espaciais não pode esquecer a centralidade ocupada pelas técnicas e seu papel como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço”, SANTOS,

2002, pg. 29, ou seja, é a partir das técnicas que os homens realizam as ações, que usam objetos, que criam novos objetos. É a partir das técnicas que os homens constituem e usam o território, é a partir das técnicas que homens produzem e habitam o espaço. Enfim, é a partir das técnicas que os homens realizam os eventos e propiciam os acontecimentos, é a partir das técnicas que as regiões e os lugares se inserem na divisão interna do trabalho, é a partir das técnicas que os territórios se inserem na divisão territorial do trabalho. E, tudo isso, técnicas e objetos técnicos, ou seja, objetos criados pelos homens, não existiriam sem as ações dos homens. Então, o acesso às técnicas é fundamental para uma inserção próspera dos homens nos processos espaciais, na realização dos eventos, na participação nos acontecimentos, na inserção nos processos de trabalho nos lugares, conseqüentemente, na divisão interna do trabalho e na divisão territorial do trabalho. Enfim, nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço.

Já registramos neste capítulo, em parágrafos anteriores que durante o Regime de Escravidão os africanos e seus descendentes eram como um objeto, vivendo como propriedade de um senhor. Após a escravidão e após a Proclamação da República os negros permaneceram em extrema desvantagem nas relações sociais, mais precisamente nas relações raciais vigentes no território brasileiro e em suas frações, a Bahia e Salvador aí inclusos. As técnicas mais modernas, mais adequadas para a realização das ações ficaram inacessíveis para os negros naquele período histórico. Aos negros, ao grupo racial negro restou o acesso às técnicas defasadas, inadequadas para a realização das diversas ações de transformação da natureza, de artificialização da mesma, de usos de objetos, e de criação de novos objetos, ou seja, de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Tudo isso, remeteu os negros para as ações pouco ou nenhum pouco prósperas, para a realização de eventos também pouco ou nenhum pouco prósperos, para a inserção enquanto grupo racial na divisão interna do trabalho em posições pouco ou nenhum pouco prósperas, o mesmo ocorrendo com relação à divisão territorial do trabalho.

Tal situação expressa as mais significativas desigualdades entre brancos e negros no acesso às técnicas, aos objetos e na realização das ações, desde aquele período histórico até os dias de hoje, no território e no espaço de Salvador, como frações do território e do espaço. As desigualdades entre negros e brancos no acesso às

técnicas, conseqüentemente, na realização das ações, no uso dos objetos já existentes, na criação de novos objetos, na constituição e uso do território e na produção e habitação do espaço, definiram as posições no mercado de trabalho da época e no futuro, sendo nos dias de hoje, para muitos estudiosos, a principal razão para uma amplamente majoritária presença dos negros nos mercados de trabalho informal, e nos formais ocupando posições de menor qualificação e rendimento, no âmbito urbano, e de uma grande participação nas atividades econômicas de subsistência, não geradoras de excedentes, no âmbito rural. Ou seja, a população negra foi amplamente punida pelos diversos mecanismos de exclusão engendrados pelas elites dominantes, mesmo com a transição do trabalho escravo para o assalariado, com a extinção da Escravidão, e, além disso, não encontrou nos ideários da República um reconhecimento ao seu direito de cidadania em igualdade de condições com os membros do grupo racial branco.

As características do território e do espaço em Salvador, resultantes dos processos de acesso às técnicas, dos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, desencadeadas desde a Abolição da Escravidão e da Proclamação da República, permanecendo nas décadas seguintes, podem se observadas, ainda hoje, pela distribuição das técnicas e seus respectivos sistemas no território e no espaço soteropolitanos. Pelo perfil das técnicas disponíveis nos diversos lugares da cidade, pelo perfil das ações realizadas nos lugares, pela articulação dos lugares com a divisão interna do trabalho e com a divisão territorial do trabalho, e pela presença predominante desse ou daquele grupo racial nos lugares, podemos observar e analisar o quanto é desigual a distribuição e o acesso às técnicas no território e no espaço de Salvador.

CAPÍTULO 4

TÉCNICAS, PRODUÇÃO, RENDA E O ACESSO DOS GRUPOS RACIAIS, EM SALVADOR

O período histórico atual, identificado por estudiosos de diversas disciplinas como globalização, período que SANTOS, 1998, 2002, 2002b, 2004, denomina de meio técnico-científico-informacional, forma ou expressão geográfica da globalização, período em que a técnica, a ciência e a informação juntas cumprem papel decisivo nos processos espaciais em geral, nos processos de constituição e usos do território e nos processos de produção e habitação do espaço, é continuidade dos processos históricos anteriores. Ele, apesar das grandes mudanças, ainda traz elementos também existentes em períodos históricos e processos espaciais anteriores, ou seja, muitos elementos do período histórico atual existiram em períodos anteriores. Essa ligação entre o período histórico atual e períodos históricos anteriores é dada pelas técnicas e seus sistemas.

Afinal, nenhum período histórico tem todos os seus sistemas técnicos completamente ou totalmente novos, na verdade, sistemas técnicos novos convivem simultaneamente com sistemas técnicos antigos ou ultrapassados. Em não raros momentos encontramos na paisagem de grandes cidades como Salvador técnicas de transporte de mercadorias cujo objeto técnico realizador do transporte é uma carroça, ou seja, um meio de transporte cuja força motriz é um cavalo ou um jegue. Tudo isto, existindo ao lado de modernos veículos automotores circulando na paisagem urbana e realizando a mesma função, integrando sistemas técnicos mais modernos.

Outro conjunto de técnicas que estão ainda aqui no presente e que são expressão bastante contundente de técnicas inadequadas para o presente são as técnicas da moradia, presentes e bastante usadas nos bairros periféricos ou nas ocupações irregulares existentes nos bairros centrais da cidade de Salvador que são a maioria das moradias desses bairros e ocupações irregulares, com suas instalações precárias e muitos objetos também ultrapassados e inadequados para a realização

das diversas ações do morar. Então, podemos encontrar em uma fração do território ou do espaço uma variedade de sistemas técnicos, sistemas técnicos modernos e antigos, atuais e ultrapassados, com idades também variadas.

A evolução dos processos históricos implica no surgimento de novas técnicas, que superam os conjuntos de técnicas antigas quanto à adequação na realização dos diversos processos de trabalho, quanto à realização das diversas ações no cotidiano de permanente criação de objetos, como expressão de técnicas aparentes na paisagem, e na realização das ações por meio de técnicas não aparentes na paisagem. Tudo isso, em incessantes processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. É importante registrar que as novas e mais modernas técnicas, que são criadas e surgem no território e no espaço, são possuídas pelas classes e grupos sociais dominantes e podem ser acessadas por famílias e indivíduos não integrantes das classes e grupos sociais dominantes, porém, invariavelmente o acesso está a serviço dos dominantes nas relações sociais, na hierarquia social. As classes e os grupos sociais subalternos possuem e acessam para seu proveito as técnicas de menor importância na hierarquia de valor das técnicas para os processos de produção, ou seja, invariavelmente são técnicas a serviço de eventos não prósperos e ou pouco prósperos. São técnicas de menor relevância nas relações sociais e econômicas.

No período histórico imediatamente após a Abolição e a Proclamação da República o grupo racial negro, ou seja, os pretos e os pardos participaram das relações sociais e econômicas em desvantagem quanto ao acesso às técnicas mais adequadas para a realização dos diversos processos de trabalho, seja nas atividades produtivas seja nas atividades domésticas. As técnicas acessadas e usadas pelos negros nos processos de constituição e usos do território e de suas frações, a cidade de Salvador como uma destas, eram ultrapassadas e cumpriam um papel de terceira ou quarta importância nos processos de produção e habitação do espaço. Esse traço característico da distribuição da posse, do acesso e do uso das técnicas entre os grupos raciais no território e no espaço de Salvador permaneceu nos períodos históricos posteriores, e ainda está fortemente presente no atual.

As características do território e do espaço presentes nos processos espaciais nos dias de hoje têm muito de heranças do passado, essas características e heranças expressam a reprodução para o futuro das possibilidades, oportunidades e capacidades que as classes e os grupos sociais, entre estes os raciais, tiveram no passado e têm no presente de constituir e usar o território e de produzir e habitar o espaço, tudo isso através do acesso às técnicas e, conseqüentemente, aos objetos mais adequados para a realização das ações durante os períodos históricos. Afinal, nunca é demais lembrar que é através das técnicas, um conjunto de meios instrumentais e sociais, que os homens criam e produzem o espaço, SANTOS, 2002.

Outra questão essencial para a compreensão dos processos espaciais no atual período histórico é o atual estágio da divisão do trabalho social e do percurso multi-escalar realizado por ela, penetrando os diversos territórios e frações, adentrando os espaços e subespaços através da solidariedade orgânica, ou seja, da inexorável associação e do inevitável compartilhamento de compromissos e interesses dos diversos atores nos processos de criação de objetos, nos processos de produção e consumo, enfim nos diversos processos espaciais. Fenômenos que se acentuaram no atual período histórico nos processos espaciais, na permanente redefinição da totalidade, a partir da imensa quantidade de eventos e acontecimentos que ocorrem nos territórios com muito mais velocidade que em períodos históricos anteriores. Tudo isso, promovendo, também com muita rapidez, mudanças de posições dos territórios na totalidade expressa pela divisão territorial do trabalho.

Para melhor compreendermos as características essenciais dos processos espaciais no atual período histórico precisamos lembrar sempre que a razão de ser do sistema capitalista é a permanente e voraz criação de objetos para uso ao longo de determinado tempo e para consumo imediato, tudo isso, realizado através das técnicas, principalmente na criação, produção de objetos, mas, também no consumo dos mesmos. Os processos de produção e criação de objetos atravessam as fronteiras territoriais, dando muito mais nitidez e velocidade aos momentos da divisão do trabalho social, conseqüentemente, aos eventos e aos acontecimentos e à realização de alinhamentos e realinhamentos, que materializam as solidariedades.

Os processos espaciais são expressos pelos constantes e intermináveis processos de trabalho de transformação da natureza, de realização de ações usando objetos para a criação de novos objetos, de processos de consumo imediato de objetos e dos usos dos objetos ao longo do tempo, tudo isso tendo as técnicas como viabilizadoras dessas realizações, desses eventos. Esses eventos sintetizam os processos de constituição e usos dos territórios e de produção e habitação do espaço de países determinados, que integram o sistema capitalista em suas relações de produção e de trocas nacional e internacionalmente e, simultaneamente, de redefinição da totalidade, ou seja, de mudanças provocadas pelos eventos ocorridos nos lugares e de promoção de rearranjos na totalidade, isto é, na divisão do trabalho social e, conseqüentemente, na divisão territorial do trabalho.

Essa interminável realização de eventos, a partir das técnicas, ocorre com muito mais velocidade no atual período histórico graças aos avanços da ciência, da técnica e da informação, como podemos ver na análise de SANTOS, 2002, pg. 165:

Com a aceleração a que assistimos, produto da evolução concomitante da ciência, da técnica e da informação, os chamados “momentos” da divisão do trabalho se tornaram muito mais numerosos. A cada momento, é como se a totalidade se estivesse cindindo, para reconstituir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento. Não distinguiríamos entre unidade e diversidade, se não soubéssemos que a unidade é o próprio do planeta e da história e a diversidade é o próprio dos lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. A região e o lugar, aliás, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente.

Os processos de mudanças constantes na totalidade, a partir dos eventos que ocorrem nos lugares, decorrentes dos acontecimentos em curso no interior dos territórios, são promovidos pelas técnicas distribuídas nos territórios e nas suas frações. Esses processos não acontecem de maneira igual nos territórios e nas suas frações. Eles acontecem em acordo com o estágio de desenvolvimento das técnicas existentes, das técnicas dispostas nos territórios e nas suas frações. As diversas técnicas existentes nos territórios não têm estágios de desenvolvimento iguais. Em alguns pontos de um determinado território podemos encontrar sistemas técnicos avançados, em outros podemos encontrar sistemas técnicos atrasados. Os sistemas técnicos avançados congregam as realizações de eventos mais prósperos e estão articulados com sistemas técnicos também avançados e realizadores de eventos mais prósperos existentes em outros territórios e suas respectivas frações.

Os fenômenos de articulação dos sistemas técnicos mais avançados e realizadores dos eventos mais prósperos dos diversos territórios são decorrentes da divisão do trabalho social, e da solidariedade orgânica provocada pela divisão do trabalho, em que os agentes internos e externos aos territórios encontram-se comprometidos com os mesmos objetivos de produção, de criação de objetos e de consumo desses objetos, realizando em cada território e suas frações os eventos e os acontecimentos, em constantes processos de constituição e usos dos territórios e de produção e habitação dos espaços, tudo isso como realização das relações sociais e de produção dos territórios, dentro da divisão territorial do trabalho.

Os processos espaciais, expressos pelos eventos, pelos acontecimentos, enfim, pelos permanentes processos de trabalho transformadores da natureza, criadores de novos objetos, utilizadores de objetos já existentes nos processos de usos e consumo dos objetos imediatamente e ao longo do tempo, são concretamente processos de constituição e usos dos territórios e de produção e habitação dos espaços, e tudo isso ocorre tendo as técnicas no centro desses processos. Os processos de constituição e usos dos territórios e de produção e habitação dos espaços são diferenciados, são desiguais em cada espaço e em cada território e suas respectivas frações e, conseqüentemente, no interior da divisão do trabalho social e no interior da divisão territorial do trabalho. Como já dissemos anteriormente, podemos encontrar em uma mesma fração de um território paisagens com conjuntos de objetos ultrapassados e obsoletos e conjuntos de objetos modernos com uma atualidade que não fica atrás dos mais modernos do mundo. E, conseqüentemente, podemos encontrar nas frações de um determinado território ou espaço ações avançadas sendo realizadas utilizando objetos modernos, e podemos encontrar simultaneamente ações ultrapassadas sendo realizadas com objetos inadequados.

Essa desigualdade de objetos e ações no espaço e no território e em suas frações tem características mais contundentes nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que é o caso do Brasil, de seu território e frações, que apresenta um número bem maior de indivíduos e de famílias integrando a realização de eventos pouco prósperos ou não prósperos, conseqüentemente, com esses indivíduos e famílias acessando técnicas ultrapassadas, inadequadas para a realização das ações, e vivendo em desvantagem nos processos de constituição e

usos do território e de produção e habitação do espaço. Na Bahia e em Salvador, frações do território e do espaço brasileiros, encontramos situações em que a maior parte das famílias e dos indivíduos estão articulados e participando da realização de eventos não prósperos ou pouco prósperos, portanto, convivendo com processos de trabalho que utilizam técnicas ultrapassadas e obsoletas que são inadequadas para a realização das melhores ações nos processos espaciais. Podemos ver em SANTOS, 2004, pg. 20, uma análise contundente desses fenômenos:

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vêm as diferenças entre espaços.

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais freqüentemente em escala mundial.

A análise feita por SANTOS, em 1979, antecipa uma compreensão acerca do espaço nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que precisa ser ainda mais aprofundada nos dias de hoje, lamentavelmente não mais com a sua riquíssima contribuição em vida. Ao nos legar a idéia de variação qualitativa e quantitativa do espaço nos diversos países, e de afirmar que uma característica primordial do espaço nos países subdesenvolvidos é expressa por interesses distantes, SANTOS constata que as posições dos países e as características do espaço nesses países, são em larga medida resultantes dos arranjos realizados pelos países quanto à produção de bens, ou seja, quanto à criação de objetos, e quanto às relações de troca e consumo nos concertos das nações e seus respectivos territórios no interior da divisão territorial do trabalho.

Na verdade os arranjos para a produção de bens, para a criação de novos objetos, para a realização das relações de trocas, para as relações de consumo, são as disposições, existentes em cada território e espaço, de técnicas, de objetos e de realização de ações, e elas, as disposições, nada mais são que expressões do estágio das técnicas em cada território e suas frações. O estágio das técnicas não é uniforme nos territórios, não é igual em todos os territórios, nem é igual entre as frações de um território, e também não é igual nem mesmo dentro de uma fração do território. Como já dissemos anteriormente, podemos encontrar dentro de uma mesma fração do território técnicas modernas e técnicas antigas, técnicas

avançadas e técnicas atrasadas. Tudo isso porque o surgimento de uma nova ou de novas técnicas não expulsa do território e do espaço as técnicas velhas, as técnicas antigas, as técnicas ultrapassadas.

No interior das relações sociais e das relações de produção o acesso às técnicas, aos objetos necessários para a realização das ações criadoras de novos objetos ou não, também não é uniforme entre as classes e os grupos sociais. Portanto, não é igual, entre todas as famílias e indivíduos estabelecidos no território; os usos do território são desiguais entre as classes e entre os grupos sociais; assim como a habitação do espaço não é igual entre as classes sociais, os grupos sociais e as famílias. As ações de criação de novos objetos realizadas pelos homens nos diversos processos de trabalho nas empresas, nas instituições públicas e privadas, enfim, os diversos trabalhos realizados nos processos produtivos e não produtivos de uma dada sociedade, também não são uniformes nem iguais quanto à criação de valor. Daí a existência de diferenças de renda numa dada sociedade de um dado país, de um dado território, como nos revela SANTOS, 2004b. pg., 21:

O espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços.

Recorrendo à interdisciplinaridade, trazendo para a cena de análise o auxílio das Ciências Econômicas, sabemos que o tamanho da renda existente numa determinada fração do território tem uma relação direta com a quantidade de valor agregado aos produtos e serviços gerados, produzidos na fração do território. Ou seja, se a fração do território, no seu conjunto de atividades produtivas, gera bens e serviços de baixo valor agregado, a renda distribuída aos agentes partícipes do conjunto de atividades produtivas será baixa, numa relação direta com o valor dos bens e serviços produzidos. Esta é uma regra básica que, como todas, têm suas exceções, principalmente considerando a diversidade produtiva do território e de suas frações. No exemplo apresentado, provavelmente encontraremos pouquíssimas exceções. Normalmente, nos países subdesenvolvidos e, em menor grau nos países em desenvolvimento, os processos de produção de bens e serviços,

os processos de criação de objetos para consumo imediato e para consumo ao longo do tempo são majoritariamente geradores de objetos e de bens e serviços de baixo valor agregado, conseqüentemente, geradores de renda baixa.

Porém, como o espaço é produzido de maneira desigual e, em decorrência, é habitado de maneira também desigual, com técnicas distribuídas no território e no espaço de maneira desigual quanto à sua forma e, principalmente, quanto à sua função ou papel nos processos de trabalho e de realização cotidiana da vida, essa desigualdade se apresenta em frações minoritárias do espaço, minoritárias em termos de área de abrangência, minoritárias em termos de quantidade de pessoas participando dos eventos realizados, onde encontramos a produção de bens e serviços e a criação de objetos com maior valor agregado, conseqüentemente, gerando maior renda, reunindo um número maior de pessoas possuidoras de renda alta, proporcionalmente falando. Tudo isso ocorre porque nessas frações minoritárias do território e do espaço é onde se realizam os eventos mais prósperos, é onde as técnicas são mais modernas, mais adequadas para a realização das diversas ações, é onde estão os objetos mais adequados para a realização dos diversos afazeres do cotidiano. É onde os processos de trabalho produtivos e domésticos acontecem de maneira mais eficiente, com mais produtividade.

A disponibilidade de técnicas mais adequadas proporciona a realização de ações também mais adequadas nos diversos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, ou seja, o uso de técnicas mais adequadas nos processos de trabalho permite uma melhor criação de objetos, tanto para o consumo imediato quanto para o consumo ao longo do tempo. O que proporciona melhor retorno em termos de renda para as famílias e para os indivíduos envolvidos nos processos de trabalho realizados pelos homens utilizando as técnicas mais modernas e mais adequadas. Então, a desigualdade quanto às técnicas significa também desigualdade quanto à organização do espaço, quanto aos diversos processos espaciais, desigualdade quanto à realização dos eventos e quanto à prosperidade dos eventos. Como já dissemos antes, os segmentos sociais, as frações do território e do espaço que possuem e usam as técnicas mais modernas e mais adequadas realizam mais eventos prósperos, auferem maior e melhor

rendimento. Além disso, se articulam melhor à divisão do trabalho social no percurso multi-escalar realizado por ela, e participam melhor na divisão do trabalho interno ao território e na divisão territorial do trabalho.

A presença desigual das técnicas no território e no espaço provoca seletividade no espaço e no território quanto à sua habitação e usos, respectivamente. Além disso, nunca devemos esquecer que a constituição e os usos do território e a produção e habitação do espaço são decorrentes do trabalho realizado pelas classes e pelos grupos sociais, ou seja, são resultantes das ações dos homens no cotidiano das relações sociais e de produção. As desigualdades de acesso às técnicas, de acesso e de usos de objetos consubstanciam os elementos de desigualdade no espaço quanto às suas formas, quanto às ações realizadas pelos homens, pelas classes e pelos grupos sociais, pelas famílias e pelos indivíduos. A busca de elementos que reforçam a percepção quanto à existência de desigualdades na organização e evolução do espaço pode ser feita em SANTOS, 2004b, pg., 21:

O comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual.

Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. Esse termo exprime duas coisas diferentes segundo se considere a produção ou o consumo. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente.

Os processos de trabalho criadores de objetos para consumo imediato e para consumo ao longo do tempo, realizadores das atividades econômicas, os processos realizadores das diversas atividades sociais no âmbito das organizações diversas e na vida doméstica, acabam consubstanciando processos diversos de constituição e de usos do território e de produção e habitação do espaço. Processos diversos quanto à variedade, quanto à quantidade e quanto à qualidade nas atividades econômicas, e também nas atividades sociais em geral. Do ponto de vista das atividades econômicas “criam-se dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo de organização do espaço”, SANTOS, 2004b, pg. 21.

Continuando a análise acerca das características do território e do espaço, quanto aos processos de constituição e usos e quanto aos processos de produção e habitação, respectivamente, encontramos elementos bem representativos de como ocorrem os processos econômicos e de como os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento se articulam com a divisão do trabalho social e, conseqüentemente, integram a divisão territorial do trabalho. A articulação prioritária da parte dinâmica das economias dos países subdesenvolvidos e dos em desenvolvimento ocorre como determinação dos centros hegemônicos dentro da divisão territorial do trabalho, como extensão dos negócios, dos processos de trabalho criadores de objetos para usos e consumo imediatos e, principalmente, dos processos de trabalho para criação de objetos que se inserem nos processos de trabalho como bens de capital e os bens para consumo ao longo do tempo. Em suas análises acerca dos processos econômicos nos países subdesenvolvidos SANTOS, 2004b, pg. 40, nos revela como as economias desses países se dividem em dois circuitos, um superior e outro inferior:

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

Tais características do território e do espaço nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, expressas pela criação de dois circuitos econômicos, podem ser vistas na cidade de Salvador, como fração do território e do espaço. Encontramos na cidade de Salvador, em diversos bairros da periferia, uma forte presença das atividades econômicas características do circuito inferior, onde os processos de trabalho são realizados em grande medida com técnicas já ultrapassadas e realizando ações inadequadas para os padrões do período técnico atual, o meio técnico-científico-informacional. Conseqüentemente, realizando eventos pouco prósperos ou não prósperos, gerando compensações pouco significativas economicamente para as organizações produtivas, ou seja, para as empresas formais e informais, para as famílias e para os indivíduos partícipes desses processos de trabalho. Por outro lado, em outros bairros situados nas áreas centrais e mais dinâmicas da cidade, áreas que reúnem atividades mais avançadas, economicamente falando, encontramos uma predominância das atividades econômicas típicas do circuito econômico superior. Neste, as técnicas utilizadas nos

processos de trabalho são modernas, em consonância com o padrão de técnicas acessadas e usadas pelas classes e grupos sociais hegemônicos nas relações sociais e econômicas. Portanto, realizando eventos prósperos ou mais prósperos, e angariando compensações maiores e mais significativas nas relações de trabalho produtivo, economicamente falando.

Os traços característicos da economia de Salvador, com a existência dos dois circuitos estão registrados, quanto ao circuito inferior, no artigo A Produção Espacial do Comércio e dos Serviços nas Periferias Urbanas, escrito por SANTOS e SERPA, 2001, onde analisam as atividades econômicas dos serviços e do comércio em bairros periféricos da cidade como Calçada, Liberdade, Ribeira e Plataforma, deixando evidentes elementos essenciais quanto aos processos de constituição e usos cotidianos do território e da produção e habitação do espaço da cidade, a partir daqueles lugares. Não por coincidência, nem obra do divino espírito santo, trata-se de lugares majoritariamente habitados por negros, onde os processos espaciais são realizados por técnicas e ações majoritariamente defasadas e, conseqüentemente, aquém do padrão acessado e usado nos lugares da cidade integrados aos processos de ponta na reprodução do capitalismo no espaço de Salvador. Tudo isso, evidencia desvantagens do grupo racial negro, em relação ao grupo branco, quanto ao acesso às técnicas, quanto à realização das ações mais adequadas para o atual período histórico, e quanto à realização e participação em eventos prósperos.

As desigualdades existentes entre os dois principais grupos raciais, branco e negro, em diversas dimensões da vida brasileira já são bastante identificadas e reconhecidas, ainda que precise de mais reconhecimento e, principalmente, de providências para superá-las na vida social, econômica, política e cultural brasileira, devido ao grande obstáculo que essas desigualdades representam para o desenvolvimento do Brasil e das frações de seu território, notadamente na cidade de Salvador, que a população negra representava 75,2% (setenta e cinco vírgula dois por cento) no Censo 2000, ou seja, 1.837.216 pessoas; e em 2010 representava 79,5% (setenta e nove vírgula cinco por cento), de acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE, ou seja, de um total de 2.675.656 habitantes os negros somam 2.126.261, como podemos observar na **Tabela 1**, imediatamente abaixo.

Tabela 1. População total, população branca e população negra, em Salvador, nos Censos 2000 e 2010.

Censo	População				
	Total	Branca	Negra	Preta	Parda
2000	2.443.107	561.914	1.837.216	498.394	1.338.822
2010	2.675.656	505.645	2.126.261	743.718	1.382.543

Fonte: IBGE, Censos 2000 e 2010.

O reconhecimento da existência de desigualdades entre brancos e negros nas relações raciais realizadas no território brasileiro e em suas frações é bastante expressivo e pode ser observado nas pesquisas e estudos realizados por órgãos do Governo Federal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Outro meio em que já existe um amplo reconhecimento acerca da existência de desigualdades entre brancos e negros são os centros de estudo das Ciências Sociais em muitas Universidades brasileiras. Recentemente o Supremo Tribunal Federal, Corte mais elevada do Sistema de Justiça no Brasil, maior guardião da Constituição da República o Supremo Tribunal Federal reconheceu como Constitucionais, como legais os programas de Cotas Raciais realizados por diversas Universidades Federais com o objetivo de ampliar o acesso dos negros às Universidades e seus respectivos cursos. Tal decisão do Supremo Tribunal Federal consagra como Jurisprudência a correção de uma grande distorção que já dura séculos, e que do ponto de vista dos direitos civis consagrados a todos os brasileiros pelas sucessivas Constituições da República completou 124 anos, em 2012, que é a existência na vida social brasileira da grande desigualdade vivida pelos negros quanto ao acesso a uma das principais técnicas para a ascensão social e econômica dos homens e mulheres desde séculos aos dias atuais, que é o ensino superior.

A **Tabela 2**, imediatamente abaixo, apresenta os números referentes à População e aos Domicílios Particulares Permanentes existentes em Salvador no ano 2000 e a evolução desses números até o ano de 2010, de acordo com os Censos realizados nos respectivos anos. Os números apresentam um crescimento da quantidade de Domicílios em relação ao número de habitantes. Esses números revelam uma redução da Média de Moradores por Domicílio, refletindo uma evolução quanto à quantidade de pessoas que moram em um mesmo Domicílio.

Tabela 2. População total, quantidade de domicílios e média de moradores por domicílios, em Salvador, nos Censos 2000 e 2010.

Censo	População Total	Total de Domicílios	Média de Moradores por Domicílio
2000	2.443.107	651.293	3,75
2010	2.675.656	858.887	3,11

Fonte: IBGE, Censos 2000 e 2010

Outra variável ou evidência da distribuição desigual das técnicas na cidade de Salvador, como fração do território e do espaço é o lugar que as pessoas pertencentes aos dois principais grupos raciais, brancos e negros, ocupam nos processos de trabalho produtivo e o correspondente rendimento auferido como compensação decorrente da participação nas relações de trabalho produtivo, ou seja, trabalho realizado em alguma unidade produtiva, uma empresa ou em algum negócio formal ou informal e a respectiva renda.

Já analisamos que a participação das famílias ou indivíduos em processos de trabalho que realizem eventos prósperos possibilita melhores compensações pelo trabalho realizado, ou seja, melhor renda pelo trabalho realizado. Vimos também que a grande maioria das pessoas pertencentes ao grupo racial negro foram colocadas à margem das técnicas mais modernas e mais adequadas, ou seja, mais atuais em cada período histórico, no atual período não é diferente. Isso remete as famílias e ou indivíduos pertencentes ao grupo racial negro para a integração nos processos produtivos na realização de eventos não prósperos ou pouco prósperos, o que lhes permite pequenas ou menores compensações pelo trabalho realizado nos processos produtivos.

A **Tabela 3** apresenta números bastante expressivos quanto às desigualdades existentes entre os grupos raciais, branco e negro, em Salvador, como fração do território e do espaço no Brasil. Na Tabela 3 analisamos a posição na ocupação no trabalho principal, em Salvador, da população de 10 anos ou mais de idade, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco, e nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro.

Na referida Tabela, encontramos, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas, um total de 197.442 (cento e noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois) habitantes, destes, 77.663 (setenta e sete mil seiscentos e sessenta e três) são empregados, ou seja, 39,3% das pessoas com 10 anos ou mais de idade, habitantes das 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas estavam ocupadas, empregadas; 13,8% do total de pessoas brancas habitando em Salvador; e 3,2% de todos os habitantes da cidade, de acordo com o Censo 2000. Quanto às pessoas pertencentes ao grupo racial negro, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros, encontramos 59.389 (cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove) pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas, empregadas. Estes números representam 33,1% do total de habitantes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros. Ou seja, 3,2% do total dos negros habitantes de Salvador, e 2,4% do total de habitantes de Salvador, conforme o Censo 2000.

Quando analisamos, na mesma Tabela, as pessoas de 10 anos ou mais de idade empregadas com carteira de trabalho assinada, encontramos, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas, 50.657 (cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e sete), que representam 25,6% do total de habitantes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas; 9,01% do total de pessoas brancas residentes em Salvador; e 2,1% do total de habitantes da cidade, revela o Censo 2000. Com relação às pessoas negras, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por elas, encontramos 35.903 (trinta e cinco mil, novecentos e três) pessoas com 10 anos ou mais de idade empregadas com carteira de trabalho assinada. Ou seja, 20% do total de habitantes com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros; esse número representa 1,9% do total de habitantes negros da cidade; e 1,5% do total de habitantes de Salvador, tudo isso de acordo com o Censo 2000.

Ainda analisando os números da Tabela 3, quando tratamos das pessoas com 10 anos ou mais de idade, empregadas, Militares e Funcionários Públicos Estatutários, encontramos, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por

peças brancas, 9.086 (nove mil e oitenta e seis) pessoas, representado 4,6% do total de habitantes com 10 anos ou mais de idade; ou seja, 1,6% do total de pessoas brancas residentes na cidade; e 0,37% do total de habitantes da cidade de Salvador, segundo o Censo 2000. Já o grupo racial negro, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitada por negros, encontramos 2.379 pessoas com 10 anos ou mais de idade trabalhando como Militar ou Funcionário Público Estatutário. Este número representa 1,3% das pessoas com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras; ou seja, 0,13% do total habitantes negros; e 0,09% do total de habitantes de Salvador, de acordo com o Censo 2000.

Observando ainda a **Tabela 3**, a posição na ocupação principal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas e nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro, encontramos a ocupação Empregados Outros sem carteira de trabalho assinada, onde, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por brancos contamos com 17.921 (dezesete mil, novecentos e vinte e um) habitantes com 10 anos ou mais de idade empregados sem carteira de trabalho assinada, ou seja, 9,07% do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade habitando as 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente composta por pessoas brancas; 3,2% do total de pessoas brancas residentes em Salvador; e 0,7% do total de habitantes da cidade, segundo o Censo 2000.

Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas que se declararam negras, pretas e pardas, ao Censo 2000, encontramos 21.106 (vinte e um mil, cento e seis) pessoas com 10 anos ou mais de idade empregadas sem carteira de trabalho assinada. Estes números representam 11,7% do total dos moradores com 10 anos ou mais de idade, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras; ou seja, 1,14% do total de pessoas que se declararam negras ao Censo 2000, na cidade de Salvador; e 0,86% do total de habitantes em Salvador, no ano 2000.

Observando a posição na ocupação das pessoas com 10 anos ou mais de idade, ainda na **Tabela 3**, analisamos a ocupação empregadores, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas e nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas com 10 anos ou mais de idade que se declararam negras. Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por brancos, encontramos 12.607 (doze mil, seiscentos e sete) pessoas ocupadas na posição de empregadores, este número representa 6,4% do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por brancos; e 2,2% do total de pessoas brancas habitantes de Salvador; o número também representa 0,52% do total de habitantes de Salvador, segundo o Censo 2000.

Analisando o mesmo indicador contido na **Tabela 3**, ou seja, pessoas ocupadas na posição de empregadores nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras, encontramos 552 (quinhentos e cinquenta e dois) habitantes com 10 anos ou mais de idade ocupadas na posição de empregadores. Este número representa 0,3% do total de habitantes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras; além disso, o número significa 0,03% do total de habitantes negros, em Salvador, no ano 2000; e 0,02% do total de habitantes de Salvador, segundo o Censo 2000.

O trabalhador por conta-própria, posição ocupada por pessoas com 10 anos ou mais de idade, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas e nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras, em Salvador, no ano 2000, é o objeto de análise, a partir dos números apresentados na **Tabela 3**. Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas, encontramos 17.111 (dezessete mil, cento e onze) pessoas ocupadas na posição trabalhador por conta-própria. Este número representa 8,7% do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas; 3,04% do total de pessoas que se declararam brancas ao Censo 2000, na cidade; e 0,7% do total de habitantes de Salvador.

Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras, as pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas trabalhando por conta-própria eram 17.851 (dezesete mil, oitocentos e cinquenta e um) pessoas. Este número representa 9,9% do total de pessoas com 10 anos ou mais, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros; ou seja, 0,97% do total de pessoas que se declararam negras, em Salvador; e 0,7% do total de habitantes de Salvador, segundo o Censo 2000.

Tabela 3. População de 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) áreas de ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 (dez) áreas de ponderação majoritariamente habitadas por negros, e posição na ocupação no trabalho principal, em Salvador, no Censo 2000.

APs	População de 10 anos ou mais e idade nas 10 APs majoritariamente habitadas por Brancos, e nas 10 APs majoritariamente habitadas por Negros	Empregados	Empregados com Carteira de Trabalho assinada	Empregados Militares e Funcionários Públicos Estatutários	Empregados outros sem Carteira de Trabalho assinada	Empregadores	Conta-própria
Branco	197.442	77.663	50.657	9.086	17.921	12.607	17.111
Negro	179.488	59.389	35.903	2.379	21.106	552	17.851

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Os números apresentados pela **Tabela 3** são muito expressivos quanto às desigualdades de acesso às técnicas sofridas pelo grupo racial negro em relação grupo racial branco. Quando analisamos, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros, as posições das pessoas, com 10 anos ou mais, na ocupação principal no mercado de trabalho, constatamos que exceto os indicadores referentes ao trabalho por conta-própria, as pessoas pertencentes ao grupo racial branco vivem situações de vantagens em relação às pessoas pertencentes ao grupo racial negro. A quantidade de pessoas com 10 anos ou mais empregadas e suas respectiva estratificações não deixam dúvida quanto às vantagens do grupo racial branco em relação ao grupo racial negro na acesso às técnicas disponíveis no mercado de trabalho de Salvador, no ano 2000, de acordo com o Censo realizado pelo IBGE.

O acesso às técnicas disponíveis no mercado de trabalho na condição de empregador é o que mostra os números mais contundentes, em termos de desigualdades entre os dois principais grupos raciais habitantes da cidade de Salvador. Enquanto nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas encontramos 12.607 (doze mil, seiscentos e sete) pessoas na condição de empregadores, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras encontramos apenas 552 (quinhentos e cinquenta e dois) habitantes com 10 anos ou mais de idade na condição de empregador, ou seja, como proprietário da empresa.

A **Tabela 4**, que apresenta os dados referentes ao valor médio do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais por raça cor, fornece elementos que confirmam as desvantagens dos negros quanto ao acesso às técnicas no território e no espaço de Salvador, como fração do território brasileiro e do espaço total. Enquanto o rendimento médio mensal das pessoas brancas, na cidade de Salvador, de acordo com o Censo 2010, é de R\$ 2.540 (dois mil, quinhentos e quarenta reais), o rendimento médio mensal das pessoas pretas é de R\$ 870 (oitocentos e setenta reais), e o das pessoas pardas é de R\$ 1.185 (um mil, cento e oitenta e cinco reais). Podemos ver que a razão entre as médias de rendimento das pessoas brancas em relação às pretas é de 2,9, ou seja, para cada real ganho pelas pessoas pretas as brancas ganham quase 3. Quando a busca da razão de média de rendimento ocorre comparando as pessoas brancas com as pessoas pardas a razão de média de rendimento é de 2,1, ou seja, para cada real ganho por uma pessoa parda a branca ganha mais que 2 reais.

Tabela 4. Valor médio do rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais, por raça cor, em Salvador, em 2010. Valores em R\$.

Branca	Preta	Parda
2.540	870	1185

Fonte: Censo 2010, IBGE.

Na **Tabela 5**, encontramos informações ou indicadores acerca do número de Domicílios e das classes de rendimento que eles participam. O Censo 2000, em Salvador, informa que do total de 651.008 Domicílios, 74.215 deles ganham uma renda per capita em Salário Mínimo de até 1/4 (um quarto de salário mínimo); 92.443

Domicílios ganham mais de 1/4 (um quarto) até 1/2 (meio); 146.477 ganham mais de 1/2 até 01 salário mínimo; 133.456 ganham renda per capita de mais de 01 até 02 salários mínimos; e 57 939 Domicílios auferem renda per capita de mais de 02 até 03 salários mínimos. O Censo de 2000 nos informa que dos 651.008 Domicílios, 504.530 auferem renda per capita até 03 salários mínimos. Esses números representam 77,49% do total de Domicílios existentes em Salvador durante a realização do Censo 2000. Ou seja, olhando por mais um prisma, os números dizem que apenas 22,51% dos Domicílios de Salvador têm renda per capita superior a 03 salários mínimos.

Quanto ao Censo 2010, a **Tabela 05** revela que 59.141 Domicílios ganham renda per capita até 1/4 (um quarto) de salário mínimo; 175.722 auferem renda per capita de mais de 1/4 até 1/2 (mais de um quarto até meio) salário mínimo; 238.534 domicílios têm renda per capita de mais de 1/2 até 01(mais de meio até um) salário mínimo; 161.124 Domicílios auferem renda per capita de mais 01 até 02 salários mínimos; 57.826 domicílios ganham renda per capita de mais de 02 até 03 salários mínimos. É importante registrar que embora a quantidade de Domicílios que ganham até 1/4 de salário mínimo de renda per capita tenha diminuído no Censo de 2010, o percentual de Domicílios que ganham renda per capita até 03 salários mínimos cresceu para 80,61% (oitenta vírgula sessenta e um por cento), conseqüentemente, o percentual de Domicílios que ganham acima de 03 salários mínimos diminuiu para 19,39%.

Tabela 5. Número de domicílios e classes de rendimento domiciliar per capita, em salário mínimo, nos Censos 2000 e 2010, em Salvador.

Censos	Total de Domicílios	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3
2000	651.008	74.215	92.443	146.477	133.456	57.939
2010	858.887	59.141	175.722	238.534	161.124	57.826

Fonte: Censos IBGE, 2000 e 2010.

Os números apresentados pelas **Tabelas 04 e 05** representam uma síntese numérica das desigualdades de acesso às técnicas existentes no território e no espaço, em Salvador, com relação aos dois principais grupos raciais que habitam a cidade. Tomando as técnicas como instrumento e meio definitivo para a realização dos processos de trabalho, para a criação de objetos, para a constituição e usos do território e para a produção e habitação do espaço, não podemos perder de vista

que elas cumprem um papel essencial na distribuição das oportunidades para as famílias e para os indivíduos quanto à realização dos diversos processos espaciais, observando-as pelo prisma estritamente geográfico. Como as técnicas cumprem um papel decisivo na realização dos diversos processos de trabalho, elas terminam, também cumprindo um papel fundamental na distribuição das oportunidades das famílias e indivíduos nas relações sociais e nas relações econômicas. Afinal, não há processos de trabalho exterior às relações sociais e econômicas, a margem das relações sociais e econômicas.

Para compreendermos melhor as desigualdades de renda entre os grupos raciais que integram as pessoas brancas e as pessoas negras no território e no espaço de Salvador, não podemos esquecer que nas relações sociais e nas relações de produção duas dimensões, a de produção e a de consumo, estão permanentemente presentes e se constituindo na razão de ser dos diversos processos de trabalho, nos trabalhos de transformação da natureza, nos trabalhos de criação de novos objetos, nos trabalhos realizados nas instituições públicas e nas organizações civis, nos trabalhos domésticos, enfim, nos processos de constituição e usos do território e nos processos de produção e habitação do espaço. A dimensão produção se expressa pelas técnicas e ações na utilização de objetos já existentes para a criação de novos objetos, que se constitui no início dos processos espaciais, mobilizando homens e mulheres para participar com seu trabalho da produção dos objetos, na produção das mercadorias e na oferta dos serviços, que, neste caso, classifico a maioria deles como bens intangíveis. Tudo isso, realizado através das técnicas e das ações.

Desses processos resultam não apenas a criação de objetos, a criação de mercadorias e de bens intangíveis, resultam, também, as remunerações aos que trabalharam nos processos de criação dos objetos e dos bens intangíveis, como compensações pela participação das classes e dos grupos sociais, das famílias e dos indivíduos na criação dos objetos e dos bens intangíveis. Isto é, compensação pela realização dos eventos que ocorreram durante a produção. Então, a distribuição do acesso às técnicas e aos objetos para a realização das ações é iniciada no momento de distribuição das compensações aos que trabalharam criando os novos objetos. Nesse sentido, existindo desigualdades entre os grupos raciais no acesso aos processos de produção, nos momentos de criação dos objetos e dos bens

intangíveis, inexoravelmente haverá desigualdades na distribuição das compensações e, conseqüentemente, no usufruto dos objetos e dos bens intangíveis criados nos processos de produção. Daí surge uma das explicações para as desigualdades entre o grupo racial composto pelas pessoas brancas e o grupo racial composto pelas pessoas negras. Os números apresentados nas Tabelas imediatamente acima são apenas a consagração numérica de fenômenos que têm natureza e andamento em processos anteriores.

CAPÍTULO 5

TÉCNICAS, CONSUMO E ACESSO DOS GRUPOS RACIAIS, EM SALVADOR

Os processos espaciais têm as técnicas como elemento fundamental, até mesmo decisivo, afinal as técnicas estão na natureza dos processos espaciais, estão em dimensões essenciais das relações sociais e de produção, elas estão na natureza dos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Dada à compreensão de que o espaço e o território são produto das relações sociais e das relações de produção, no caso do território as dimensões de constituição e usos, portanto, exceto a sua configuração física não artificializada pelo trabalho dos homens, não podemos perder de vista que são os homens, por meio das técnicas materializadas nos objetos e nas ações, que produzem e habitam o espaço, constituem e usam o território. Diante disso, as técnicas como natureza e centralidade dos processos de trabalho, como já dissemos antes, cumprem um papel decisivo na distribuição das oportunidades para as classes e para os grupos sociais no interior das relações sociais e das relações de produção, conseqüentemente, no interior dos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço.

Os processos de trabalho realizado pelos homens, seja nas atividades econômicas ou de negócios, seja nas atividades em organizações públicas e em organizações civis, seja nas atividades domésticas, têm pelo menos uma de duas dimensões: ou são atividades de produção, de criação de objetos, ou são atividades de consumo, ou seja, de uso dos objetos. As atividades de produção ou de criação de objetos ou de oferta de bens intangíveis são realizadas através das técnicas e as pessoas que participam dos processos de criação de objetos ou bens intangíveis são recompensadas com uma renda pela sua participação nos referidos processos. As atividades de usos dos objetos e dos bens intangíveis são proporcionadas às pessoas mediante a aquisição dos objetos e dos bens intangíveis, são atividades que podem também ser classificadas como de consumo.

Precisamos registrar que nos processos sociais de distribuição dos objetos e dos bens intangíveis, através dos processos de troca, as classes e os grupos sociais, as famílias e os indivíduos não são recompensados de maneira igual, ou equânime, ou seja, o acesso aos objetos e aos bens intangíveis não ocorre de maneira igual para todos os grupos sociais. Então, às técnicas materializadas nos objetos e às não materializadas nos objetos, porém, também com sua intencionalidade, recai o papel, a função de viabilização tanto do merecimento à recompensa, quanto do usufruto da recompensa, isto, a partir do exercício e uso das técnicas que servem com sua intencionalidade aos homens e mulheres, enfim, servem à sociedade na realização da vida cotidiana.

É claro que, diante da inexistência de distribuição igual ou equânime das técnicas, seja nos momentos da produção, para satisfazer as exigências dos processos de trabalho na criação de objetos e de bens intangíveis, seja nos momentos do consumo para se beneficiar das intencionalidades materializadas e servidas pelas técnicas, faz-se necessário o exercício da função desempenhada pelos entes públicos no sentido de cumprir um papel de redistribuição das técnicas e das recompensas para aqueles segmentos sociais que se encontram em desvantagens nos processos de utilização das técnicas para a criação de novos objetos, ou seja, para a inserção nos processos de produção, e para o usufruto das técnicas e suas intencionalidades como recompensa nos processos de consumo.

Esse processo de redistribuição das técnicas e suas intencionalidades nos atos da produção e nos momentos do consumo, respectivamente, é fundamental para a realização do imperativo categórico do desenvolvimento e da construção de uma sociedade com igualdade de oportunidade para todas as classes sociais, para todos os grupos sociais, para todas as famílias e para todos os indivíduos. Os entes públicos, as instituições públicas são essenciais enquanto redistribuidores das recompensas aos que não foram recompensados por não participarem dos processos de criação de objetos e bens intangíveis, e aos que participaram e foram recompensados, porém, de maneira e medida insatisfatórias para os padrões adequados de recompensa consagrados no atual período histórico para satisfação das necessidades das famílias e dos indivíduos, e para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, é fundamental a verificação se há ou não nas relações sociais e nas relações de produção igualdade entre os grupos sociais, notadamente os grupos raciais quanto ao acesso às técnicas nos processos de produção e também nos processos de consumo, estes como a esfera de realização das recompensas através do acesso e do usufruto das técnicas e suas intencionalidades, enfim, é muito importante verificar como que os grupos raciais participam dos processos de produção e de consumo no território e no espaço de Salvador, como fração do território e do espaço.

O objetivo é analisar como ocorre o acesso às técnicas pelo lado do consumo nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, em Salvador, como fração do todo territorial e espacial que a cidade integra, e como as técnicas de educação, telefonia fixa, micro computador, energia elétrica e coleta de lixo têm sido acessadas pelos grupos raciais composto por pessoas brancas e o grupo racial composto por pessoas negras nos diversos processos de trabalho realizados em Salvador. Tudo isso, destacando o acesso às técnicas da educação e as da informação que são o carro-chefe, no atual período histórico, da integração das classes e dos grupos sociais e das famílias e indivíduos, das instituições públicas, das organizações civis e das empresas nos processos de trabalho realizados pelos homens para produzir, para criar objetos, e para os processos de consumo para usufruir das técnicas e de suas intencionalidades no território usado e no espaço habitado, em Salvador.

A **Tabela 6** apresenta os números da população em Salvador, números totais e desagregados por raça cor apenas para os dois principais grupos raciais, os mais representativos grupos raciais, o branco e o negro, no Censo de 2000, realizado pelo IBGE. Como podemos observar, a população pertencente ao grupo racial branco soma 561.914 (quinhentos e sessenta e um mil novecentos e quatorze pessoas), representando 22,9% do total de 2.443.107 habitantes em Salvador de acordo com o Censo 2000. Já as pessoas que pertencem ao grupo racial negro, ou seja, pretos e pardos, somam 1.837.216 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil, duzentos e dezesseis) pessoas, apresentando um percentual em relação à população total de 75,2%.

Tabela 6. População total, população branca e população negra, em Salvador, no Censo 2000.

Censo	População				
	Total	Branca	Negra	Preta	Parda
2000	2.443.107	561.914	1.837.216	498.394	1.338.822

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Portanto, o grupo racial composto por pessoas pretas e pardas representa mais de três quartos da população total de Salvador, de acordo com os dados do Censo 2000. A população total de Salvador morava em 651.293 (seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e três) domicílios, com uma média de 3,75 moradores por domicílio, conforme revela a **Tabela 7**.

Tabela 7. População total, quantidade de domicílios e média de moradores por domicílios, em Salvador, nos Censos 2000.

Censo	População Total	Total de Domicílios	Média de Habitante por Domicílio
2000	2.443.107	651.293	3,75

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Entrando na distribuição do acesso às técnicas pelo lado do consumo começaremos analisando a técnica educação e como os grupos raciais participam da distribuição do acesso a essa técnica fundamental para abrir portas de acesso a outras técnicas necessárias para a realização de uma vida com bem-estar e dignidade. É importante registrar que no atual período histórico, reconhecido por muitos como de globalização das relações econômicas, de aceleração na realização dos eventos, de enorme ampliação das relações econômicas entre os territórios na divisão territorial do trabalho, a técnica educação ocupa papel de destaque para a inserção dos indivíduos e famílias nos diversos processos de trabalho, nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Afinal vivemos no período técnico classificado por SANTOS, 1998, 2002, 2002b, 2004, de meio técnico-científico-informacional.

A **Tabela 8** apresenta a quantidade de anos de estudos da população com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco e nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro. Encontramos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação habitadas majoritariamente por brancos um total de 197.442 habitantes, que representam 35,1% do total de pessoas

que declararam serem brancas ao Censo 2000, e 8,1% do total de habitantes de Salvador, em 2000. Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação habitadas majoritariamente por pessoas pertencentes ao grupo racial negro encontramos um total de 179.488 habitantes, que representam 9,8% do total de pessoas que se declararam negros, ou seja, pretos e pardos, segundo o Censo 2000. O total de pessoas negras encontradas nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros representa 7,3% do total de habitantes de Salvador. Os números são muito mais que expressivos para serem tomados como amostra.

Tabela 8. População de 10 (dez) anos ou mais de idade nas 10 (dez) áreas de ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 (dez) áreas de ponderação majoritariamente habitadas por negros, e quantidade de anos de estudos, em Salvador, no Censo 2000.

As	População de 10 anos ou mais de idade nas 10 áreas majoritariamente habitadas por brancos, e nas 10 áreas majoritariamente habitadas por negros	Sem Instrução e menos de 1 ano de estudo	Com 1 ano a 3 anos de estudos	Com 4 anos a 7 anos de estudos	Com 8 anos a 10 anos de estudos	Com 11 anos a 14 anos de estudos	Com 15 anos ou mais de estudos
Branco	197.442	2.894	8.909	27.173	24.726	74.956	57.774
Negro	179.488	13.739	35.792	69.290	32.257	25.425	981

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade sem instrução e com menos de 01 ano de estudo encontramos 2.894 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro) pessoas nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco, que representa 1,5% (um vírgula cinco por cento) do total de habitantes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por brancos. Nas 10 Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro encontramos 13.739 pessoas sem instrução e com menos de 01 ano de estudo. Estes números representam 7,6% (sete vírgula seis por cento) das 179.488 pessoas das 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros. É importante registrar que de um total de 197.442 habitantes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação habitadas majoritariamente por brancos apenas 1,5% do total não tem instrução e tem menos de 01 ano de estudo, enquanto nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros encontramos 7,6% de um total de 179.488, ou seja, mesmo apresentando 17.954 habitantes a menos, as 10 (dez) Áreas de Ponderação

majoritariamente habitadas por negros têm muito mais pessoas sem instrução e com menos de 01 ano de estudo que nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas. Estas são mais evidências de que a presença de pessoas pertencentes ao grupo racial negro é maior nos indicadores de baixa escolaridade em relação às pessoas pertencentes ao grupo racial branco.

Analisando as pessoas com 01 ano a 03 anos de estudos, encontramos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas que se declararam brancas 8.909 habitantes com 1 a 3 anos de estudos, que representam 4,5% do total de habitantes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas que se declararam brancas. Estes números representam 1,6% do total de habitantes da cidade de Salvador que se declararam brancas, e 0,4% do total de habitantes de Salvador, de acordo com o Censo 2000. Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras encontramos 35.792 habitantes com 01 ano a 03 anos de estudos, que representam 19,9% do total de habitantes, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros. Os números encontrados nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras representam 1,9% do total de pessoas que se declararam negras, e 1,5% do total de habitantes de Salvador, segundo o Censo de 2000. Confrontando os números apresentados nos dois grupos de Áreas de Ponderação, percebemos que os números encontrados nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros são muito mais negativos, revelando uma situação de desvantagens para os negros, mesmo considerando a existência de uma razoável oferta de ensino público nessas faixas de anos de estudos, ainda que de uma qualidade que deixa a desejar.

Quanto ao grupo de pessoas com 10 anos ou mais de idade e que têm de 04 a 07 anos de estudos, encontramos 27.173 pessoas nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco, representando 13,7% do total de 197.442 pessoas que habitam as referidas Áreas de Ponderação. Estes números representam 4,8% do total de pessoas que se declararam brancas, e 1,1% do total de habitantes de Salvador, de acordo com o Censo 2000. As 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro apresentaram 69.290 pessoas de 10

anos ou mais de idade com 04 a 07 anos de estudos, esses números representam 38,6% do total de pessoas com 10 anos ou mais de idade nas referidas Áreas de Ponderação. Os números referentes às pessoas com 04 a 07 anos de estudos nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros representam 3,8% do total de habitantes que se declararam negros, e 2,8% do total de habitantes de Salvador, segundo o Censo 2000. Aqui, os números continuam com o mesmo perfil apresentado em relação às faixas de anos de estudos anteriormente analisadas, ou seja, as pessoas que habitam as Áreas de Ponderação com ampla maioria de moradores negros permanecem em grande desvantagem com relação às pessoas que habitam as Áreas de Ponderação com grande presença de pessoas brancas.

O grupo de pessoas com 10 anos ou mais de idade e que têm entre 08 e 10 anos de estudos apresenta números que não são diferentes em relação aos anteriormente observados. Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco encontramos 24.726. Estes números representam 12,5% do total de habitantes encontrados nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente ocupadas por moradores pertencentes ao grupo racial branco. As 24.726 pessoas com anos de estudos entre 08 e 10 anos representam 4,4% do total de pessoas que se declararam brancas, e 1,01% do total de habitantes de Salvador, de acordo com o Censo 2000. Com relação aos números encontrados nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro temos 32.257 pessoas com 10 anos ou mais de idade que têm entre 08 e 10 anos de estudos. Estes números representam 17,9% do total de habitantes com 10 anos ou mais de idade encontrados nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras. As 32.257 pessoas pertencentes ao grupo racial negro, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas pelos negros representam 1,75% do total de pessoas negras no levantamento feito pelo IBGE no Censo 2000, e 1,3% do total de habitantes de Salvador.

Analisando as pessoas com 10 anos ou mais de idade e que têm entre 11 e 14 anos de estudos encontramos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco, encontramos 74.956 pessoas com anos de estudos entre 11 e 14 anos, representando 37,9% do total de

peças residentes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco. Estes números significam 13,3% do total habitantes de Salvador que se declararam brancas no Censo 2000. Quanto ao grupo racial negro encontramos 25.425 pessoas com anos de estudos entre 11 e 14, o que representam 14,2% do total de habitantes residentes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras. Os números referentes aos habitantes negros com 10 anos ou mais de idade e que têm entre 11 e 14 anos de estudos representam 1,4% do total de pessoas que se declararam negras no Censo 2000, e 1,04% do total de habitantes de Salvador.

Os números referentes às pessoas com 10 anos ou mais de idade e que têm entre 11 e 14 anos de estudos apresentam uma expressiva mudança. Nas Áreas de Ponderação ocorre uma inversão dos números. Nas outras faixas de anos de estudos apresentadas anteriormente a participação das pessoas que habitam as Áreas de Ponderação majoritariamente ocupadas por pessoas negras apresentavam maior participação que nas Áreas de Ponderação de presença majoritária de pessoas brancas. Observa-se que nas faixas de anos de estudos anteriores a presença de negros é muito maior que a de brancos. Vejamos na faixa das pessoas sem instrução e com menos de 01 ano de estudo temos 2.894 pessoas nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas; e 13.739 pessoas nas Áreas de Ponderação habitadas majoritariamente por pessoas negras; na faixa de pessoas com 01 a 03 anos de estudos temos 8.909 nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas e 35.792 nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras; na faixa de 04 a 07 anos de estudos encontramos as Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas com 27.173, e nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras encontramos 69.290; na faixa de 08 a 10 anos de estudos as Áreas de Ponderação com maior presença de pessoas brancas apresentaram 24.726, enquanto que nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras os números encontrados foram 32.257. A partir da faixa de anos de estudos entre 11 e 14 anos ocorre uma mudança bastante expressiva, nas Áreas de Ponderação com maior presença de pessoas brancas encontramos 74.956 pessoas nessa faixa de anos de estudos, enquanto que nas Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras acontece uma

queda expressiva do número de pessoas com anos de estudos entre 11 e 14. Nesta faixa de anos de estudos encontramos 25.425 pessoas. Este número representa 14,2% do total de pessoas das 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras; e 1,4% do total de pessoas negras moradoras em Salvador, e 1,04% do total de habitantes de Salvador.

Continuando a análise dos anos de estudos das pessoas com 10 anos ou mais de idade nas Áreas de Ponderação escolhidas para aferição quanto aos anos de estudos, encontramos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco 57.774 pessoas com 15 anos ou mais de estudos. Estes números representam 29,3% do total de habitantes com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente ocupadas por pessoas brancas, e simultaneamente representam 10,3% do total de pessoas que se declararam brancas no Censo 2000, representando 2,4% do total de habitantes de Salvador. Quando observamos os números referentes às 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros encontramos apenas 981 pessoas de 10 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudos, que representam 0,5% do total de habitantes com 10 anos ou mais de idade nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente ocupadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro. Estes números significam, confrontando-os com o total de pessoas que se declararam negras no Censo 2000, dados muito mais contundentes, ou seja, 0,05% do total de 1.837.216 pessoas negras, em Salvador, que têm 15 anos ou mais de estudos, e apenas 0,04% do total de habitantes de Salvador.

As desvantagens vividas pelo grupo racial negro são bastante expressivas quando analisamos o acesso às técnicas da educação, evidenciando desigualdade no acesso às técnicas e nas relações raciais vivenciadas em Salvador. Já analisamos antes que o acesso às técnicas é fundamental para uma boa inserção das pessoas e das famílias nos processos de trabalho para criação de objetos e para o uso dos mesmos, observando pelo lado do consumo. Tratando-se das técnicas da educação a contundência da necessidade de democratização dos acessos para todos os grupos sociais é muito maior no atual período histórico, onde técnica, ciência e informação estão presentes em quase todos os processos de trabalho de maneira decisiva. Afinal, vivemos o período que é definido por SANTOS, 1998, 2002, 2002b,

2004, como meio técnico-científico-informacional, período em que os objetos técnicos, desde a sua concepção até a sua utilização nos processos de trabalho, contêm grande componente de ciência e de informação que se não forem conhecidos e dominados não será possível explorar toda a sua intencionalidade. Portanto, demandando às pessoas que os utilizam nos diversos processos de trabalho um conjunto de conhecimento que remete para a compreensão de que para ingressar e realizar satisfatoriamente as tarefas de trabalho são necessários pelo menos 11 anos de estudos para um trabalhador.

Diante disso, as desvantagens no acesso às técnicas em geral e às técnicas da educação particularmente constituem-se em grande obstáculo para a participação das pessoas pertencentes ao grupo racial negro nos eventos prósperos, para participação nos eventos que estão articulados à criação de objetos e bens intangíveis de maior valor agregado, ou seja, nos eventos que proporcionam aos participantes maiores recompensas na distribuição dos resultados gerados nos processos de produção, nos processos de criação de objetos ou bens intangíveis. Outro aspecto muito importante a considerar é que a não participação nos eventos prósperos, pela insuficiência das recompensas aos participantes, cria obstáculos para o acesso às técnicas existentes nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço quanto ao consumo.

As desvantagens enfrentadas pelos negros no acesso às técnicas da educação são mais uma evidência, entre tantas, do quanto é adversa a vida dos negros em Salvador. Porém, mesmo considerando as desvantagens no acesso às técnicas da educação como mais uma evidência, não podemos deixar de reconhecer que elas são chave para a exclusão dos negros das melhores posições na vida social e econômica soteropolitana. Afinal, como vimos anteriormente, as presenças dos negros nas faixas de anos de estudos são muito maiores nas faixas com baixa quantidade de anos de estudos e, por outro lado, como mais uma demonstração do quanto é desvantajosa a presença dos negros na utilização das técnicas da educação, nas faixas mais elevadas de anos de estudos a situação se inverte, mostrando uma presença muito maior das pessoas pertencentes ao grupo racial branco.

Considerando que o acesso dos negros é maior nas faixas de menor quantidade de anos de estudos, que normalmente estão dentro dos níveis de ensino ofertados pelas instituições de governo, existe um agravante nessa situação devido à baixa qualidade do ensino ofertado pelas instituições públicas nos níveis de ensino que vão do fundamental ao médio. Diante disso, o que seria uma chance de redistribuição das oportunidades e também das recompensas, a partir da intervenção governamental, acaba não cumprindo o papel de redistribuição das oportunidades e das recompensas porque há uma grande insuficiência do ensino público nas faixas de ensino que vão do fundamental ao médio, quanto à qualidade. O papel que deve ser desempenhado pelas instituições públicas de ensino, ou seja, de criar as condições para que as classes e os grupos sociais que vivem em desvantagem quanto à participação em eventos prósperos possam acessar melhores oportunidades, tanto nos processos de produção quanto nos processos de consumo, deixa a desejar, por causa da baixa qualidade do ensino ofertado pela rede pública.

Voltando à análise da distribuição do acesso às técnicas da educação, já dispomos de alguns estudos significativos quanto à comprovação da existência de grandes obstáculos enfrentados pelo grupo racial negro quanto ao acesso às técnicas da educação. Como vimos nos levantamentos feitos pelo Censo 2000 a participação dos negros no ensino superior é bastante inferior à participação dos brancos. É possível que o quadro de desvantagens dos negros no que diz respeito ao ensino superior tenha mudado do ano 2000 até os dias de hoje, porém, é pouco provável que esta situação tão enraizada na vida baiana e soteropolitana tenha melhorado, inclusive pela ausência de políticas públicas com o objetivo de corrigir tão grande e grave distorção na distribuição das oportunidades de acesso dos grupos raciais às técnicas da educação. Para encontrar mais uma evidência das desvantagens dos negros no acesso ao ensino superior podemos observar QUEIROZ, 2004, pg., 116, em sua pesquisa acerca do acesso dos grupos raciais à Universidade Federal da Bahia:

A UFBA revelou-se um espaço de predominância de brancos e morenos. Embora representando quase quatro quintos da população do estado, o contingente constituído pelos mulatos e pretos tem aí uma baixa participação, representando um pouco mais de um quarto dos estudantes.

Como podemos ver, os números do Censo 2000 e o levantamento feito por QUEIROZ se encontram quanto à participação das pessoas pertencentes ao grupo racial negro nas faixas de anos de estudos de 11 a 14 anos e de 15 anos ou mais de estudos. A presença das pessoas pertencentes ao grupo racial branco no ensino superior ofertado pela UFBA é muito maior que a dos negros.

As desvantagens dos negros no acesso às técnicas da educação é algo que está presente na vida social baiana e soteropolitana desde a primeira hora de inauguração da Abolição da Escravidão e da Proclamação da República, quando se instituiu um sistema legal de igualdade de direitos entre brancos e negros na vida social soteropolitana. Porém, a igualdade de direitos nunca se realizou, pelo contrário, a todo instante as elites tentaram desqualificar os negros como merecedores de direitos.

Analisando o acesso dos grupos raciais branco e negro às técnicas de telefonia fixa e micro computador constatamos, na **Tabela 9**, também a existência de desvantagens para as pessoas pertencentes ao grupo racial negro. Nas 10 Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas encontramos um total de 65.462 domicílios, e nas 10 Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras encontramos 58.406 domicílios. O total de domicílios existentes em Salvador de acordo com o Censo 2000 era 651.293.

Tabela 9. Total de domicílios nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitadas por negros, com telefonia fixa e micro computador, em Salvador, no Censo 2000.

APs	Total de Domicílios nas 10 AP majoritariamente habitadas por brancos, e nas 10 AP majoritariamente habitadas por negros	Telefonia fixa no domicílio	Microcomputador no domicílio
Branco	65.462	62.730	35.587
Negro	58.406	20.672	1.449

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Nas 10 Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco encontramos 62.730 domicílios usufruindo das técnicas da telefonia fixa, ou seja, 95,8% do total de 65.462 domicílios existentes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas. O acesso às técnicas de telefonia fixa nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente

habitadas por pessoas negras apenas 20.672 domicílios contavam os serviços de telefonia fixa. Estes números representam 35,4% do total de domicílios existentes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros. Os números expressam que para cada 01 (um) domicílio com serviços de telefonia fixa nas 10 (dez) Áreas de Ponderação habitadas por maioria de pessoas negras, encontramos 2,7 (dois vírgula sete) domicílios com serviços de telefonia fixa nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco. É claro que, nos dias de hoje, devemos relativizar o uso das técnicas de telefonia fixa, baixou significativamente o uso da telefonia fixa para transmissão de voz, porém, ela ainda permanece ocupando papel significativo para transmissão de dados. Portanto, trata-se de uma técnica ainda importante para a inserção das pessoas nos diversos processos de trabalho. Ou seja, mesmo com a grande utilização das técnicas de telefonia celular, as técnicas de telefonia fixa permanecem como importante técnica de consumo que se apresenta nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço.

Quanto às técnicas de micro computador os números são mais vantajosos ainda para as pessoas pertencentes ao grupo racial branco. Vejamos, nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco encontramos 35.587 domicílios usando as técnicas de micro computador, ou seja, 54,4% dos domicílios contavam com o acesso às técnicas de micro computador. Quanto à participação do grupo racial negro no acesso às técnicas de micro computador encontramos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro apenas 1.449 domicílios acessando as técnicas de micro computador, ou seja, apenas 2,5% dos domicílios existentes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras.

As técnicas de educação, as técnicas de telefonia fixa e as técnicas de micro computar se situam no topo da hierarquia das técnicas utilizadas nos processos de trabalho no atual período histórico. Elas se encaixam e definem com muita propriedade os contornos do período técnico atual, o meio técnico-científico-informacional, expressão geográfica da globalização das relações econômicas e sociais em curso no interior da divisão do trabalho social e da divisão territorial do

trabalho. As técnicas de telefonia juntas com as técnicas de informática vêm materializando os progressos em ciência e técnica, e as unicidades, a unicidade técnica, a unicidade do tempo ou convergência dos momentos, e a unicidade do motor da economia mundial, SANTOS 2002, 2002b, 2004, ou seja, dos processos de produção e consumo em suas várias dimensões nos vários territórios do Planeta.

Então, ficar com desvantagem de acesso às técnicas da telefonia e do micro computador significa ficar em desvantagem quanto à participação na grande maioria dos eventos prósperos que acontecem nos territórios e nas suas frações. Afinal, as técnicas da informação são as que dão a ligação entre os diversos lugares, permitindo que o conhecimento acerca dos diversos eventos ocorra simultaneamente às suas realizações, não havendo separação entre o evento e a percepção da sua ocorrência, mesmo que um e outro ato ocorra em Continentes muito distantes fisicamente falando, porque as técnicas da informação se incumbem de promover a aproximação. Quando encontramos as pessoas pertencentes ao grupo racial negro acessando as técnicas da telefonia fixa e as técnicas do micro computador em grande desvantagem com relação às pertencentes ao grupo racial branco, estamos constatando, simultaneamente, que as pessoas pertencentes ao grupo racial negro também vivem grandes desvantagens quanto à participação nos processos de trabalho mais modernos e que criam objetos e bens intangíveis de maior valor agregado, portanto, remunerando melhor as pessoas que participam desses processos de trabalho. Os eventos mais prósperos realizados nos processos de trabalho acontecem nas atividades mais modernas, nas atividades que contam com grande utilização das técnicas da informação e da comunicação. E, não é possível participar plenamente dos processos de trabalho com larga presença das técnicas da informação e da comunicação sem adquirir, sem dominar amplamente as técnicas da educação. Então essas três técnicas andam de mãos dadas nos diversos processos de trabalho, inclusive nos trabalhos domésticos.

Depois de analisar o acesso dos principais grupos raciais que constituem e usam o território e produzem e habitam o espaço de Salvador às técnicas da educação, da telefonia fixa e das técnicas da informática, considerando o uso de micro computador nos domicílios, vamos analisar outras técnicas não tão modernas quanto as técnicas da informática, porém, também muito importantes para que o usufruto das outras técnicas aconteça de maneira satisfatória. Trata-se das técnicas de coleta regular de lixo, das técnicas de energia elétrica, e das técnicas do automóvel particular para uso particular, como podemos observar na **Tabela 10**.

Tabela 10. Total de domicílios nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitadas por brancos e nas 10 áreas de ponderação majoritariamente habitadas por negros, com coleta regular de lixo, energia elétrica e automóvel particular, em Salvador, no Censo 2000.

APs	Total de domicílios nas 10 APs majoritariamente habitadas por brancos, e nas 10 APs majoritariamente habitadas por negros	Coleta regular de lixo no domicílio	Energia elétrica no domicílio	Automóvel particular no domicílio
Branco	65.462	65.395	65.462	48.159
Negro	58.406	49.410	58.153	5.267

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Quanto às técnicas de coleta regular de lixo, encontramos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco 65.395 domicílios com coleta regular de lixo, ou seja, os números indicam que 99,9% dos domicílios usufruem da coleta regular de lixo. O acesso às técnicas de coleta regular de lixo nos domicílios instalados nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros ocorre com os seguintes indicadores: 49.410 domicílios contavam com coleta regular de lixo, que representavam 84,6% dos domicílios estabelecidos nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas negras. Percebe-se que enquanto nos domicílios das 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas brancas apenas 67 domicílios não contavam com coleta regular de lixo. Enquanto nas 10 (dez) Áreas de Ponderação com maior presença de moradores negros 8.996 domicílios não contavam com coleta regular de lixo, de acordo com o Censo 2000.

O acesso às técnicas de energia elétrica nos domicílios das 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco ocorria em 65.462 domicílios, que representavam 100% do total de domicílios existentes nas 10 (dez) Áreas de Ponderação. Já o acesso dos domicílios situados

nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial negro ocorria em 58.153 domicílios, ou seja, em 99,6% dos domicílios. Embora a desvantagem dos negros quanto ao acesso às técnicas de energia elétrica seja aparentemente pequena, ela não deixa de ser expressiva considerando-se que as técnicas de energia elétrica já estavam amplamente difundidas no meio urbano da cidade de Salvador a dezenas de anos.

As técnicas de automóvel particular são técnicas já disponíveis no território e no espaço de Salvador a décadas, porém, o acesso a elas é também largamente vantajoso para o grupo racial branco. Vejamos os números. Nas 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por pessoas pertencentes ao grupo racial branco 48.159 domicílios possuíam automóvel particular, ou seja, 73,6% dos domicílios possuíam automóvel particular. Já nas 10 (dez) Áreas de Ponderação habitadas por maioria de pessoas negras encontramos 5.267 domicílios com automóvel particular, isto é, apenas 9,0% dos domicílios das 10 (dez) Áreas de Ponderação majoritariamente habitadas por negros possuíam automóvel particular. Aqui também se apresenta uma extrema desvantagem dos negros em relação aos brancos. Os indicadores referentes ao acesso dos grupos raciais às técnicas de automóvel particular evidenciam outra desvantagem bastante significativa para os negros em relação aos brancos. Trata-se da realização do gasto público com pavimentação das vias para o tráfego dos automóveis, ou seja, os negros pagando impostos e tributos para financiar a pavimentação das vias usufruem muito pouco enquanto beneficiários desse gasto público porque não possuem automóveis na mesma quantidade dos brancos.

Observamos ao longo deste capítulo o acesso dos grupos raciais às técnicas do consumo, às técnicas que utilizamos nos processos de trabalho produtivo como insumo para a criação de objetos de consumo imediato e objetos de consumo ao longo de determinado tempo, e também para utilização nos trabalhos domésticos, e em afazeres diversos. Nunca devemos esquecer que as técnicas de consumo são fundamentais para a inserção das famílias e dos indivíduos nos diversos processos de trabalho, elas se apresentam nos processos de trabalho para constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, como elemento essencial para as técnicas de produção, de criação de produtos e de bens diversos, as técnicas de

consumo se associam às técnicas de produção na realização dos diversos processos de trabalho. Portanto, para a viabilização da participação das famílias e dos indivíduos nos eventos em geral e nos eventos prósperos principalmente é fundamental viabilizar igualdade de acesso a elas para todos os grupos raciais.

CONCLUSÃO

As desigualdades de acesso às técnicas entre os grupos raciais, branco e negro, no território e no espaço de Salvador constituem-se em grandes obstáculos para o desenvolvimento da cidade. Afinal, o grupo racial negro representava, no Censo 2000, 75,2% da população de Salvador, e representa mais de 79% do total de habitantes da cidade, de acordo com o Censo 2010. Portanto, não se trata de um contingente populacional pouco expressivo, que as desvantagens tão gritantes de acesso a técnicas tão essenciais para uma inserção positiva na vida social e econômica como educação, micro computador, telefonia fixa e automóvel particular, possam continuar existindo e a superação de tão graves problemas sejam postergadas por dezenas e dezenas de anos.

Estamos tratando de técnicas que já existem e são largamente ofertadas no Brasil e na Bahia, portanto, nada justifica, senão as reproduções das desigualdades herdadas historicamente desde o período da escravidão. A não distribuição equânime das oportunidades na vida social e econômica constitui a manutenção de privilégios para poucos e de exclusão para muitos. Trata-se de uma afronta ao imperativo categórico de reconhecimento de que todos os homens e mulheres têm direitos iguais quanto ao acesso aos bens e serviços socialmente produzidos. Esta compreensão, já amplamente consagrada, ainda precisa ser efetivamente realizada em Salvador, no que diz respeito às relações entre os dois principais grupos raciais.

A partir da produção de frações distintas do espaço, e de vivências também distintas nessas frações do espaço, os homens vão forjando também diferenciações ou desigualdades entre classes sociais distintas, grupos sociais também distintos, famílias distintas, pessoas distintas. Tudo isto, através das técnicas, dos objetos e das ações, ou seja, dos processos permanentes de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Nunca é demais lembrar que as distinções se realizam, como ponto de partida pelo domínio das técnicas e suas propriedades, pela posse de objetos técnicos, pelo acesso aos objetos técnicos, por ter à sua disposição conjuntos de objetos que permitem realizar mais adequadamente as ações do cotidiano. A concretização, inevitavelmente geográfica, de tais fenômenos

pode ser percebida, ser identificada nas diferentes técnicas, nos diferenciados objetos e nas também diferenciadas ações existentes, distribuídos, acessados e usados desigualmente nas respectivas frações do território e do espaço.

Diante disso, podemos constatar que a natureza do espaço é, simultaneamente, também a natureza das desigualdades entre os homens, desde os primórdios dos processos de trabalho. A partir das técnicas e suas intencionalidades, expressas na realização mais adequada das ações, fica evidente que nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, além das diferenciações ou desigualdades geográficas, vão se realizando desigualdades sociais, expressas pelo processo de posse dos objetos criados e pela utilização deles nos processos de criação de novos objetos, portanto, de constituição do território e de produção do espaço. Tais fenômenos só podem ser percebidos em sua abrangência pela teoria geográfica, se ela estiver acompanhada por uma boa teoria social, ou seja, por uma teoria social da geografia, SANTOS, 2002.

O economista Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia, na sua obra *Introdução à Análise Econômica*, Volume II, 1977, pg., 836, afirma que “a maior parte do mundo é formada por indivíduos não brancos, mas a minoria branca controla a maior parte do poder econômico e goza de um padrão de vida desproporcionadamente alto”. A observação de Samuelson refere-se ao mundo, mas, poderia ser perfeitamente utilizada para a cidade de Salvador, que tem na sua faixa litorânea, indo da Barra até Stella Maris, a concentração da maioria das técnicas e das ações mais adequadas para o atual período histórico, portanto, em consonância com os padrões vigentes no meio técnico-científico-informacional. Nessa faixa da cidade habita a maioria das pessoas e famílias participantes da realização dos eventos prósperos na cidade de Salvador. Nessa faixa da cidade quando encontramos um número expressivo de negros trata-se de algum enclave de moradias marcadas por técnicas ultrapassadas e muito inadequadas. O fato é que as pessoas pertencentes ao grupo racial negro vivem em grande desvantagem e passa por privações de liberdade que a consciência moral da vida moderna não pode mais aceitar, muito menos ficar omissa.

As desvantagens vividas pelos negros se revelam como diferenciação nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço em Salvador, que apresentam perfis distintos entre lugares que podem ser observados através do conjunto de objetos que compõem os sistemas de objetos nos bairros situados na faixa litorânea, desde o Campo Grande em direção a Stela Maris, bairros habitados majoritariamente por pessoas brancas, onde a existência de domicílios de classes médias e altas e pertencentes ao grupo racial branco é predominante, absorvendo a maior parte dos investimentos públicos e privados nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, SANGODEYI-DABROWSKI, 2003, em contraposição à grande maioria dos bairros periféricos, com composição social de classes de renda baixa, participantes de pouco ou nenhum evento próspero, e pertencentes majoritariamente ao grupo racial negro. Lugares caracterizados pela existência de objetos defasados e inadequados, em contraposição aos padrões de técnicas e objetos que dão a tônica da globalização, estabelecidos na cidade através da fragmentação e criação de espaços comandados pelas redes, hierarquizando subordinando o espaço de todos, o espaço de todas as famílias, o espaço de todas as firmas, o espaço banal.

A globalização, através dos processos de verticalização e fragmentação em curso nos espaços reticulares, subordina e hegemoniza o espaço banal e as técnicas, os objetos e as ações, e as pessoas que atuam no espaço banal, por tratar-se de um conjunto ultrapassado para os padrões hegemônicos estabelecidos pelos processos de verticalização e fragmentação, constituindo dinâmicas de diferenciação entre os diversos lugares. Considerando-se que as técnicas, os objetos e as ações ocorrem num contexto de relações econômicas, sociais e políticas, que produzem a riqueza, que fazem circular os diversos bens e mercadorias, que produzem o espaço, que estabelecem as posições das classes e dos grupos sociais, abre-se um clarão para enxergarmos e entendermos o porquê de tantas evidências de desigualdades entre os grupos raciais, branco e negro, na medida em que este está, em sua grande maioria, atuando realizando ações, utilizando objetos e criando objetos, majoritariamente em organizações que atuam no espaço banal, em Salvador.

As desvantagens vividas pelos negros nas relações raciais em Salvador originam-se no regime de escravidão e têm continuidade, mesmo após a Abolição consagrar novas relações sociais e jurídicas que promoveram mudanças na realização das ações e, conseqüentemente, alterações quanto ao acesso às técnicas e aos objetos, cujo alcance passa a ser mediado pelas novas relações sociais e de produção, fortemente marcadas pela maneira como as elites trataram os negros na busca de concepção de uma nova nacionalidade e de inserção dos grupos raciais e dos indivíduos na vida social, econômica e política após a Abolição.

Nesse sentido, é importante lembrar que dentro desse contexto de transição da economia caracterizada por relações de produção baseadas na mão-de-obra escrava para a economia com relações de produção fundadas no trabalho livre, o território e o espaço de Salvador, desde aquele período, devem ser observados como fração do território e do espaço em duas dimensões: a do âmbito estrito das relações de produção no processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, com inserções diversificadas na divisão territorial do trabalho e, conseqüentemente, dos processos desiguais de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, em suas diversas frações, e a maneira como as classes proprietárias ou capitalistas locais se propuseram ou foram capazes de liderar a inserção do país no processo de crescimento desigual do capitalismo, ou seja, de inserir o Brasil na divisão territorial do trabalho e promover a sua evolução técnica de maneira não abrangente e concentrada territorialmente, espacialmente e socialmente; a outra dimensão, não menos fundamental que a anterior, foi o discurso racial, originário da Europa, que orientou o grupo racial dominante e as classes dominantes, no Brasil e em Salvador, na definição do lugar dos ex-escravos e dos negros em geral na sociedade que nascia após a Abolição e a República. Portanto, não podemos perder de vista que, para a interpretação do espaço de Salvador como acontecimento histórico, mais uma vez recorrendo a SANTOS, 1979, pg. 09, “somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial”.

A evolução de Salvador nos seus processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço, em articulação com a divisão do trabalho social e seu percurso multi-escalar e que percorre a divisão territorial do trabalho numa

perspectiva de subordinação dos lugares periféricos, de acordo com os processos desiguais de reprodução e desenvolvimento desigual do capitalismo, trouxeram as marcas e características sócio-espaciais estabelecidas no processo de transição das relações de produção escravistas para as de trabalho assalariado ou livre. Marcas e características que acompanharam a realização do capitalismo em sua singularidade na cidade de Salvador.

É muito importante a percepção e análise pela abordagem geográfica dos fenômenos de desvantagens vividos pelos negros, em relação aos brancos, com um corte teórico fundado no social; a modernidade, além de promover um processo de crescente laicização da vida dos homens e mulheres, trouxe consigo o desenvolvimento científico e o aumento da percepção dos homens acerca de sua condição social e de sua relação com a natureza, a ampliação das liberdades coletivas e individuais e um conjunto de valores que desautorizam quaisquer privilégios como direitos intrínsecos a esta ou aquela classe social ou a este ou aquele grupo social. Estes fatores fornecem, com contundente clareza, a noção de que a posição das classes sociais, dos grupos sociais, das famílias e dos indivíduos no território e no espaço, no acesso às técnicas, aos objetos e na utilização dos objetos para a realização das diversas ações, além das posições sociais e econômicas vividas por esta ou aquela classe social ou este aquele grupo social, são decorrentes das relações sociais realizadas cotidianamente pelos homens.

O processo de desvantagens vividas pelos negros nas relações sociais em Salvador se caracteriza pela existência de novos recortes no território, pela fragmentação do lugar, revelando que uma pequena parte do território usado e do espaço habitado em Salvador está integrada aos sistemas técnicos mais modernos e hegemônicos, está integrada e a serviço da acumulação mundial de capital, que incorpora diversificadamente o território usado e o espaço habitado e as pessoas que neles vivem à divisão territorial do trabalho. Ou seja, o lugar Salvador articula-se com a totalidade através daquilo que ele tem de melhor a serviço do processo de acumulação mundial de capital, que está presente em cada lugar por meio das três unicidades, a unicidade técnica, unicidade do tempo ou convergência dos momentos e a unicidade do motor da economia mundial, SANTOS, 2002, 2002b e 2004. É fundamental lembrar que esses processos ocorrem sob o comando do mercado,

colocando um desafio para os Estados, os Governos e o povo dos lugares enfrentarem, reverterem e transformarem tal situação em benefício da maioria das pessoas que habitam o lugar.

Pelo conjunto de questões abordadas anteriormente ao longo dos capítulos, o território usado e o espaço habitado em Salvador apresentam novos recortes com muita contundência, daí o registro de SANTOS, 1996, quanto ao retorno do território, quanto à emergência de uma nova abordagem que seja capaz de apreender essa nova realidade em toda a sua abrangência e significado. Por tudo isso, a abordagem do atual período histórico, a partir do território usado, da fração do território usado e do espaço habitado, torna-se fundamental pela percepção das possibilidades e necessidades de mobilização institucional, política, econômica e social de todos os agentes estabelecidos em Salvador, como fração do território, não apenas dos agentes hegemônicos. Pois, só assim será possível viabilizar outras possibilidades para a democratização do uso da fração do território e da produção do espaço, e para uma utilização e distribuição espacial mais equânime das técnicas e dos objetos para que as ações mais adequadas possam ser realizadas por um número muito maior de pessoas e de agentes e também possam ser mais bem distribuídas nos processos de constituição e usos do território e de produção e habitação do espaço. Só assim, será possível construir alternativas ao processo de concentração espacial das técnicas e social da riqueza em Salvador, enfim, concentração dos objetos mais adequados para a realização das diversas ações, sob pena de continuar a reprodução de um processo que é cada vez mais excludente da maioria dos habitantes da cidade de Salvador e beneficiário de poucas famílias e indivíduos e de poucas organizações produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. F. de. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

AZEVEDO, C. M. M. de, **Onda Negra, Medo Branco** – O Negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo. Annablume. 2004.

BACELAR, J. **A Hierarquia das Raças**. Negros e Brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas. 2001.

BRITO, J. L. **A Abolição na Bahia: 1870-1888**. Salvador. Centro de Estudos Baianos: EDUFBA. 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo. Paz e Terra. 2005.

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução**; In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA. 2005.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro e São Paulo. Editora Record. 1999.

GERTH, H. H. e MILLS, C. Orgs. **Max Weber**. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora. 2008.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo. Editora UNESP. 1997.

_____. **Sociologia**. Porto Alegre. Artmed. 2005

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Salvador.

_____. **Censo 2010**. Salvador.

JACCOUD, L. e BEGHIN, N. **Desigualdades Raciais no Brasil – Um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF. IPEA. 2002.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.

_____, **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo. Martins Fontes. 2003.

MATTOSO, K. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. São Paulo. 1982.

_____, **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1992.

_____, **Da Revolução dos Alfaiates À Riqueza dos Baianos no Século XIX**. Itinerário de uma historiadora. Salvador. Currupio Edições e Promoções Culturais Ltda. 2004.

MORAES, A. C. R., **Bases da Formação Territorial do Brasil**. São Paulo. Editora Hucitec. 2000.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2003.

QUEIROZ, D. M., **Universidade e Desigualdade**. Brancos e Negros no Ensino Superior. Brasília D F. Liber Livro Editora. 2004.

REIS, J.J. **Rebelião Escrava no Brasil**. História do levante dos Malês em 1835. São Paulo. Companhia das Letras. 2003.

SAMUELSON, P. A. **Introdução à Análise Econômica**. Volume II. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora. 1977.

SANGODEYI-DABROWSKI, D. **As raízes ideológicas da segregação no Brasil: o exemplo de Salvador**. In: ESTEVES JUNIOR, M. e URIARTE, U. M. (Orgs.). **Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador. EDUFBA. 2003.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis. Editora Vozes. 1979.

_____. **O Retorno do Território.** In: SANTOS, M., SOUZA M. A. A. de, e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território Globalização e Fragmentação. São Paulo. Editora Hucitec e Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 1996a.

_____. **Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia.** In: SANTOS, M. Org. Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Editora Hucitec. 1996b.

_____. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo. Editora Hucitec. 1997.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo. Hucitec. 1998.

_____. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo. EDUSP. 2002.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo. EDUSP. 2002a.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo. EDUSP. 2002b.

_____. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record. 2004.

_____. **O Espaço Dividido.** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP. 2004a.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: EDUSP. 2005.

_____. **O Centro da Cidade do Salvador.** São Paulo. EDUSP. Salvador. EDUFBA. 2008.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade.** São Paulo. EDUSP. 2009.

SANTOS, J. L. de J. e SERPA, A. **A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas;** in: SERPA, A (Org.). Fala, Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador. UFBA. 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

_____, **Usos e Abusos da Mestiçagem e da Raça no Brasil**: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: AFRO-ÁSIA Nº 18. Salvador. CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. EDUFBA. 1996.

SEN, A. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2008.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco**. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1989.

SOUZA, M. A. A. de. **Geografias da desigualdade**: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M., SOUZA M. A. A. de, e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território Globalização e Fragmentação. São Paulo. Editora Hucitec e Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 1996.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. São Paulo. Editora UFBA. Fundação Editora UNESP. 2001.

THEODORO, M. L. **As Características do Mercado de Trabalho e as Origens do Informal no Brasil**; In: JACCOUD, L. (Org). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA. 2005.

TOLEDO JUNIOR, R. de. **Verticalidades, horizontalidades e o período popular da história**. In: Maria Auxiliadora da Silva; Rubens de Toledo Junior; Clímaco César Siqueira Dias. (Org.). Encontro com o pensamento de Milton Santos: O lugar fundamentando o período popular da história. 01 ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005, V. 01, p. 63-70.

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador Transformações e Permanências (1549-1999)**. Ilhéus - Bahia. EDITUS. 2002.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Fundamentos de Sociologia Compreensiva. Volume I. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2003.

_____. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Volume II. Editora Universidade de Brasília. Distrito Federal. 2009.